



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo

ANDRESSA ARAÚJO SOUZA

**O TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ITABUNA-BA, NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão/SE

2021

ANDRESSA ARAÚJO SOUZA

**O TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ITABUNA-BA, NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, para a obtenção do grau de Mestre em geografia, na linha de pesquisa: Análise Regional e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Josefa de Lisboa Santos

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão/SE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Souza, Andressa Araújo
S729t O trabalho na indústria têxtil em Itabuna-BA, no contexto da
reestruturação produtiva / Andressa Araújo Souza ; orientadora
Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.
127 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2021.

1. Geografia econômica. 2. Mercado de trabalho. 3. Política
econômica. 4. Capitalismo. 5. Indústria têxtil – Itabuna (BA). 6.
Política de trabalho. 7. Espaço em economia. I. Santos, Josefa de
Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:331.5(813.8)

**O TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ITABUNA-BA, NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

BANCA EXAMINADORA

Presidente Orientador (a) - Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos (PPGEO/UFS)

1º Examinador (a) – Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos
(PPGEO/UFS)

EXAMINADORA INTERNO

2º Examinador (a) – Prof.^a Dr. Delza Rodrigues de Carvalho (UESB)

EXAMINADORA EXTERNO

À minha mãe Vera Leide, fonte de todo amor e inspiração. Quem me impulsiona a sonhar e caminhar sempre mais além.

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória acadêmica começou em 2014, quando eu corajosamente saí da Região da Zona da Mata na Bahia e fui morar no Agreste Sergipano. Cresci rodeada da mata fechada, e logo me acostumei com a paisagem de transição que eu conseguia literalmente enxergar o horizonte. Me diverti ao conhecer uma cultura diferente e cada detalhe me interessava, fiz amizades valiosas, que me receberam de braços abertos. Fazer parte da Universidade Federal de Sergipe - UFS é a realização de um sonho, e esse sonho de ingressar na universidade pública fui descobrindo com o passar dos anos que ele era possível, o mesmo aconteceu com a possibilidade fazer parte de um programa de pós-graduação. Tive poucas referências de pessoas próximas formadas em universidades públicas e mesmo possuindo um espírito questionador e pais que não colocavam barreiras no que concerne à educação, muitos desafios surgiram e eu tive que ultrapassá-los. cursar licenciatura em geografia me transformou como ser social por meio da criticidade do pensar. Orgulhosamente fui representante discente, fiz parte do centro acadêmico, mergulhei em todas as oportunidades de aprendizado e de viver a práxis. Nesse processo, conheci pessoas que ampliaram a minha forma de enxergar o mundo e foram fundamentais para que eu alcançasse algumas conquistas, como a de concluir essa pesquisa de mestrado.

Antes de tudo, preciso ressaltar a presença incontestável de **Deus** na minha vida, ao acalmar meu coração nos momentos de angústias e me fortalecer durante todo caminho percorrido.

Minha eterna gratidão a mãe **Vera Leide**, minha maior referência de força e paciência. Obrigada por confiar em mim, por estar ao meu lado sempre, e apesar da distância ser presente mesmo que através das nossas ligações diárias me arrancando sorrisos, por me consolar quando a saudade fazia morada, me mostrando que tudo valeria a pena, te amo incondicionalmente. À minha sobrinha **Tauana Victória**, por me trazer esperança e por transformar a minha vida tornando os meus dias mais alegres desde o seu nascimento, me enchendo sempre de abraços e beijinhos, te amo, Tória.

Aos meus irmãos, **Enzo**, pelas orações, e **João Victor** (*in memoriam*), pelas memórias construídas de alegria e amor. A meu pai **João Alves**, por ter me incentivado a ir atrás dos meus objetivos com persistência e bravura, por ter me apoiado ao longo da minha trajetória com todo carinho.

À minha orientadora, professora Doutora **Josefa Lisboa**, a quem tenho muita admiração, que me acolheu desde o nosso primeiro contato no Programa de Educação Tutorial – PET e nas disciplinas da graduação, me acompanhou para além da jornada acadêmica com todo afeto e compreensão. Sou grata pelas orientações, por ter me impulsionado nos momentos difíceis, pela amizade e por todos os momentos juntos que me trazia uma segurança inexplicável.

Agradeço a toda minha família pelas mais diversas formas de apoio, em especial minha tia **Lúcia Araújo**, pelas sábias palavras durante nossas longas conversas, por ser uma verdadeira fonte de luz para todos que te cercam. Minha Tia **Silvia** por sempre me fazer rir com seu jeito autêntico de ser, minhas tias **Creuza** e **Neuza**, por sempre torcerem por mim. Sou grata aos meus avós, **Iara** (*in memoriam*) e **João** (*in memoriam*), **Filomena** e **Armando**, por generosamente se preocuparem com o meu bem-estar.

À minha prima-irmã **Milena Araújo**, por todos os momentos de felicidade desde a infância, pelas palavras de incentivo, por nossos diálogos e reflexões acerca da vida, por ser um verdadeiro porto seguro para mim, sou grata por ter você em minha vida.

À minha amiga-irmã **Rafaela Paz**, tão destemida e inteligente, obrigada por fazer da nossa amizade um lar. A meu amigo **Hericondio**, por me amparar com seu bom humor, tenho muito orgulho da nossa amizade que colore os meus dias e me enche de leveza. Obrigada por terem me acolhido nos dias de aflição e por ter contribuído com essa pesquisa, com as análises geográficas, discussões e direcionamentos.

À **Lana**, **Lays**, **Layana** e **Jeanderson**, meus amigos, agradeço por todos os momentos felizes que vivemos na rua Antônio Dutra, vocês foram a minha família em Sergipe, os anos que passamos juntos eu vou carregar para sempre no meu coração. Que nossa amizade perdure por toda vida, amo vocês.

Às minhas amigas do serviço social, **Francielle, Robertta, Izabel, Silvia, Edinara** e minha amiga da geografia **Thaís**. Agradeço por nossa amizade de respeito e sinceridade. Obrigada pelo apoio e pelos sorrisos.

À minha querida professora de inglês **Lucy**, e minhas colegas de turma **Brenda** e **Virgínia**, por fazerem das aulas um momento tão prazeroso de aprendizado.

À professora **Marleide Sérgio**, pelas excelentes aulas na graduação, por gentilmente me dar a mão, pela preocupação dentro e fora da universidade, estendo os agradecimentos à **Gerônimo** pela atenção e bondade.

Às professoras Doutoras **Christiane Senhorinha Soares Campos** e **Delza Rodrigues de Carvalho**, agradeço por terem aceitado participar da banca de qualificação do mestrado, e por todas as observações e contribuições que foram fundamentais para a conclusão dessa pesquisa.

Às minhas amigas de turma na licenciatura em geografia e na pós-graduação, **Camila Santos** e **Juliana Lima**, sou grata por ter passado por esse longo caminho ao lado de duas mulheres incríveis, inteligentes e com uma força descomunal, dividindo as alegrias e angústias do mestrado, que sigamos juntas!

Aos **professores** do departamento de geografia da universidade Federal de Sergipe - Campus Itabaiana, pelos ensinamentos compartilhados, agradeço ao Programa de Educação Tutorial – **PET**, em especial ao professor **Hunaldo**, pelas orientações e por proporcionar momentos de aprendizado e discussões enriquecedoras.

Ao Laboratório de Estudos Territoriais – **LATER**, em especial à **Bruno**, pelos bons encontros, livros emprestados e pela parceria de sempre.

Agradeço aos **professores** do PPGEQ, por toda dedicação e ensinamentos, em especial à professora **Alexandrina Luz Conceição**, por todos os diálogos assertivos na construção do pensamento crítico.

Aos **funcionários** do PPGEQ, por todo atendimento prestativo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES**
por ter possibilitado o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado através do
financiamento.

Muito obrigada a todos!

*Você deve notar que não tem mais tutu
E dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
E dizer que está recompensado*

*Você deve estampar sempre um ar de alegria
E dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
E esquecer que está desempregado*

*Você merece
Você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba e amanhã, seu Zé
Se acabarem teu carnaval*

*Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: muito obrigado
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado*

*Deve pois só fazer pelo bem da nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um fuscão no júízo final
E diploma de bem-comportado*

*Você merece
Você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba e amanhã seu Zé
Se acabarem teu carnaval*

*Você, você merece
Você merece
Tudo vai bem, tudo legal
E um fuscão no júízo final
Você merece
E diploma de bem-comportado
Você merece
Você merece
Se esqueça que está desempregado
Você merece
Você...
Tudo vai bem, tudo legal
Que maravilha*

(Comportamento Geral - Luiz Gonzaga Jr)

RESUMO

No Brasil, a indústria têxtil adota o novo arranjo para o processo produtivo a partir da década de 1990. A espacialização das empresas no Nordeste teve como objetivo a busca por condições favoráveis para a produção e o lucro. Essa espacialização é consequência do processo de acumulação de capital e da intensa adoção de políticas públicas neoliberais no país. A realidade do município de Itabuna, revela uma população que anseia por trabalho formal como forma de conseguir se reproduzir socialmente, mas que carrega os rebatimentos das transformações no espaço desde a nova conjuntura política e econômica, como por exemplo, a rotatividade do trabalho, as ameaças de desemprego, as extensas cargas horárias de trabalho, e todas as estratégias que as empresas criam para redução de custos, que implicam nas condições de trabalho dos sujeitos. Para a compreensão do referido quadro, metodologicamente adotou-se como procedimentos entrevista com trabalhadores das empresas, com ex trabalhadores e representantes sindicais. A proposta é analisar o arranjo espacial e do trabalho engendrado pela reestruturação produtiva em Itabuna/Ba, com a chegada das indústrias têxteis Pênalty e Trifil. Buscou-se utilizar autores que abordam o trabalho, como categoria central para entender o mundo. Aqui compreende-se trabalho como uma categoria intrinsecamente ligada a ideia de autonomia humana, e não como elemento que desumaniza o sujeito. A expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho formal, os empurram para precárias condições de vida e obriga os trabalhadores formais a se submeterem as pressões exercidas no interior da fábrica, com o trabalho polivalente e flexível, além de remuneração baixa, fazendo com que as empresas continuem obtendo altas taxas de lucratividade. Assim, as marcas encontradas presentes no trabalho fabril no interior dessas empresas apontam um processo de coisificação ainda mais desumanizado, dadas as condições de ausência de direitos e submissão às regras impostas no cenário recente.

Palavras-chave: Trabalho; Indústria Têxtil na Bahia; Reestruturação Produtiva do Capital

ABSTRACT

In Brazil, the textile industry adopts the new arrangement for the production process, starting in the 1990s, the spatialization of companies in the Northeast aimed to search for favorable conditions for production and profit. This spatialization is a consequence of the capital accumulation process and the intense adoption of neoliberal policies in the country. The reality of the municipality of Itabuna, a revelation of a population that yearns for formal work as a way of being able to reproduce socially, but that carries the repercussions of transformations in space since the new political and economic conjuncture, such as, for example, the turnover of work, threat of unemployment, extensive workload, and all the strategies that companies create to reduce costs, which imply in the subjects' working conditions. To identify the issues related to the research, it was necessary to have an interview with the current workers, with former workers of the companies, union representatives. With all the information framework, this research aims to analyze a socio-spatial configuration of work in the textile industries Pênalty and Trifil, in the municipality of Itabuna / Ba, in the context of the current phase of capital accumulation; contemporary capitalism, therefore, we seek to use authors who approach the concepts related to the centrality of work, so that an analysis is based on work as a category that is intrinsically linked to human development and autonomy, and not as an element that dehumanizes the subject. The expulsion of workers from the formal labor market, pushes them into precarious working conditions, and force formal workers to submit as pressures exerted inside the factory, with multipurpose and flexible work for the same remuneration, causing companies to continue obtaining high rates of profitability. Thus, the marks found in the new production configuration attract attention, due to the damage they cause to workers.

Keywords: Work; Textile Industry in Bahia; Productive Restructuring of Capital

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da microrregião Itabuna-Ilhéus e do município de Itabuna-BA.....	17
Mapa 2 - Itabuna e Municípios Limítrofes	17

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fábrica da Penalty em Itabuna/Ba	19
Figura 2 - Foto aérea da Trifil em Itabuna/Ba	18
Figura 3 – Cacau saudável e cacau infectado.....	71
Figura 4 – Manifestantes em frente à Trifil em Itabuna/ Ba, em 2013 devido a morte de um trabalhador dentro da fábrica	890
Figura 5 – Trabalhadores se manifestam contra assédio moral na porta Fábrica da Penalty em Itabuna/Ba em 2011	90
Figura 6 – Trabalhadores em protesto por campanha salarial na frente da Penalty.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CEPLAC	Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTB	Central de Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
LER	Lesão por esforço repetitivo
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPS	Ministério Da Previdência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PRLCB	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana
PROBAHIA	Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia
SINTRATEC	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SDE	Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia
UESC	Universidade Estadual De Santa Cruz
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - O trabalho como mediação da relação homem/natureza.....	244
1.1 O “necessário” processo de separação entre produtor e meio de produção.....	33
1.2 Nos modelos de organização da produção e no Welfare State: o trabalho permanece na centralidade da produção da riqueza.....	40
CAPÍTULO II - 2.1 Do Fordismo ao Toyotismo: rebatimentos para o mundo do trabalho.....	53
2.1 A economia de Itabuna/Ba a partir da monocultura cacaueteira e as novas formas de acumulação.....	64
2.2 Formação territorial e econômica da região Sul da Bahia.....	65
CAPÍTULO III - Desdobramentos da reestruturação produtiva no trabalho têxtil em Itabuna: rotatividade do trabalho, gênero e o trabalho polivalente na indústria têxtil.....	80
3.1 A rápida substituição do trabalhador têxtil.....	84
3.2 A situação da mulher na indústria têxtil de Itabuna.....	95
3.3 O trabalho polivalente no chão da fábrica.....	103
3.4 A organização dos trabalhadores através do sindicato.....	114
Considerações finais	118
Referências Bibliográficas.....	122

INTRODUÇÃO

No Brasil, a indústria têxtil adota um novo arranjo para o processo produtivo que segue a lógica da modernização e do avanço técnico-científico. Para tanto a espacialização das empresas no Nordeste tem como objetivo a busca de condições favoráveis para o lucro. Essa espacialização é também resultado dos inúmeros incentivos fiscais, do baixo poder de organização sindical e menores custos salariais em relação aos trabalhadores dos estados do Sul e Sudeste.

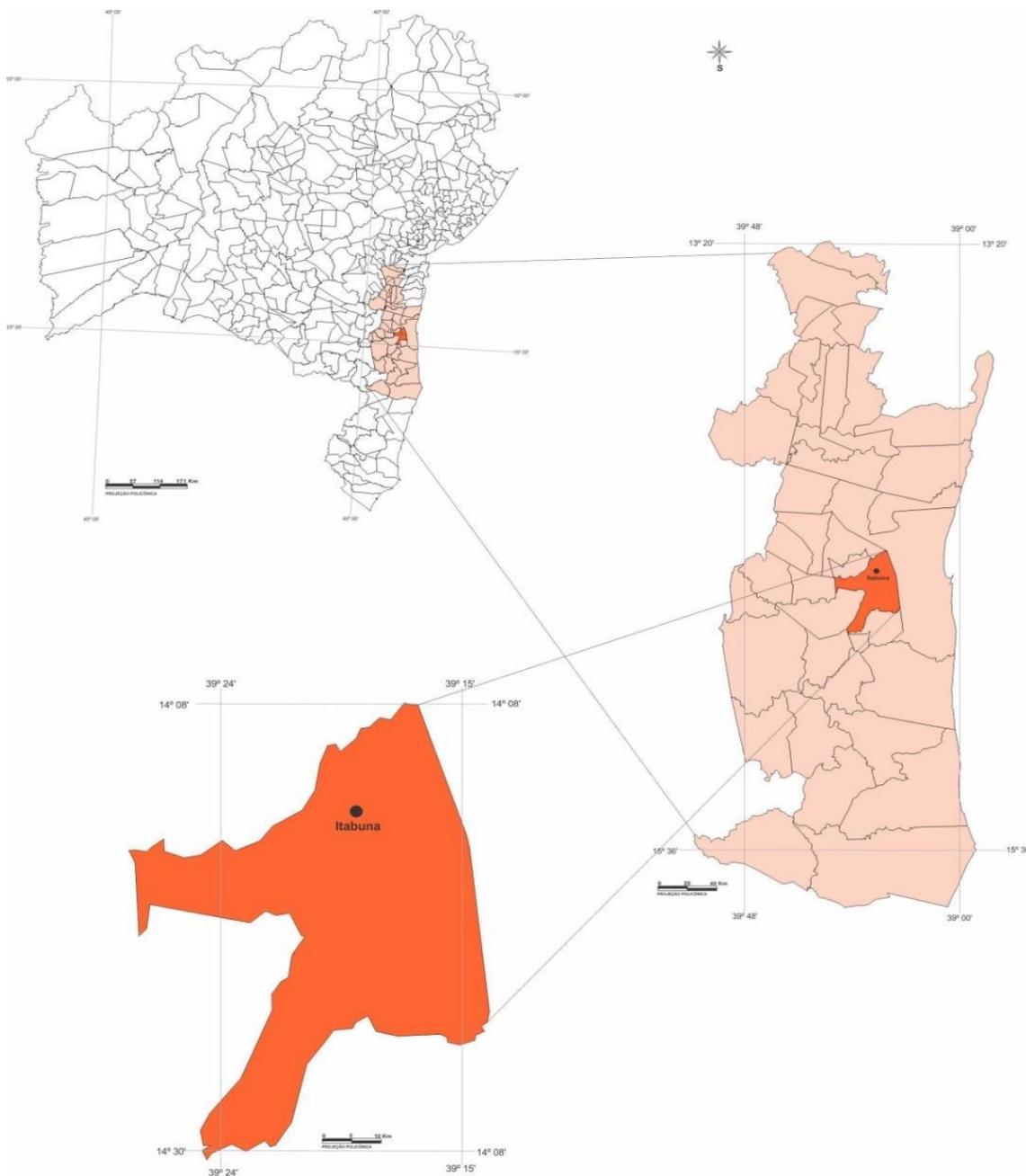
De acordo com os dados do Banco do Nordeste/2014, a indústria têxtil brasileira apresentou tendência de queda no número de emprego entre 2007 e 2009 e entre 2010 e 2013. Contrastando com a evolução do emprego, o número de estabelecimentos cresceu continuamente entre 2006 e 2012, diminuindo o tamanho médio das unidades produtivas de 34 para 29 empregados formais por estabelecimento. Os dados do Banco do Nordeste de novembro de 2020, também apontam que os estados do Ceará e da Bahia dominam a produção têxtil na Região Nordeste com a participação do Banco do Nordeste. A taxa de crescimento da economia no Brasil é associada às taxas de crescimento da produção têxtil. Esse quadro aponta para o contexto de transformações técnicas e substituição do trabalho vivo, como resultado da reestruturação produtiva do capital e revela a dimensão que o setor têxtil ocupa na economia do país.

Esta pesquisa tem como recorte de análise as indústrias têxteis, Penalty e Trifil, situadas no município de Itabuna-BA. Este município de acordo com os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), possui uma população de 204.667 habitantes, com população estimada em 2020 de 213.685 pessoas. O município está localizado na região do Sul da Bahia, e compõe a microrregião Itabuna-Ilhéus, cujo principal produto econômico foi o cacau até meados da década de 1970.

A realidade do município de Itabuna revela uma população que anseia por trabalho formal como forma de conseguir se reproduzir socialmente, e a proposta anunciada com a implantação das fábricas, dentre elas, as fábricas têxteis na região, a princípio, dissemina o discurso de empregabilidade e geração de renda.

O mapa 1, a seguir, destaca o município de Itabuna e a microrregião Itabuna-Ilhéus no estado da Bahia.

Mapa 1 Localização da microrregião Itabuna-Ilhéus e do município de Itabuna-BA



Organização: José Hinaldo Lima
Digitalização: José Hinaldo Lima

Mapa 1- Localização da microrregião Itabuna-Ilhéus e do município de Itabuna-BA

O município de Itabuna possui grande importância como uma cidade polo da região, que atende a mais de 40 municípios em praticamente todos os setores e serviços, mas que há pouco tempo possuía sua base econômica na produção do monocultivo do cacau, que ainda hoje permanece ativo, ainda que a presença do parque industrial e do comércio seja predominante. No que concerne à crise do cacau, de acordo com Trindade (2011) as principais motivações da crise do cacau associam-se a:

Grande competição no mercado internacional, longas estiagens, endividamento dos produtores rurais e sua consequente descapitalização, queda do preço internacional do cacau, desemprego em massa dos trabalhadores da lavoura cacauzeira, êxodo rural e aumento da favelização nas periferias das pequenas “cidades do cacau” e não apenas em Ilhéus e Itabuna (TRINDADE, 2011, p. 151).

As consequências da queda da taxa de lucro com a produção do cacau refletem de forma expressiva na região cacauzeira, e no crescimento desordenado da periferia urbana do município, tais núcleos de segregação são facilmente visíveis e, ao mesmo tempo, acompanhados do aumento expressivo da violência, o que colocou o município de Itabuna no ranking nacional dos municípios mais violentos do país. Esse dado demonstra a situação do atual cenário que o município apresenta, pois denuncia a latente desigualdade social, que faz parte do desenvolvimento do município desde seu passado “próspero”, com as lavouras de cacau. Nesse sentido, de acordo com Thomaz Júnior (2008, p. 276)

Nos centros urbanos, as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora [...].

A fim de suprir a necessidade de vagas de trabalho para a população marginalizada, além do comércio, a chegada de empresas no final da década de 1990 reflete a dinâmica provocada pelas políticas neoliberais no país. Harvey (2005), analisa que o Estado neoliberal ganha impulso em escala máxima, com o intuito de manter os interesses dos donos das grandes empresas, diante da crise

estrutural do capital, em que os detentores do poder utilizaram-se de artifícios para manterem-se ativos no processo de acumulação.

Figura 1 Fábrica da Penalty em Itabuna/Ba



Fonte 1 (<https://jnbahia.com>) Acesso em: fev de 2021

Figura 2 Foto aérea da Trifil em Itabuna/Ba



Fonte 2 (<https://www.trt5.jus.br>) Acesso em: Acesso em: fev de 2021

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar o arranjo espacial e do trabalho engendrado pela reestruturação produtiva em Itabuna/Ba, com a chegada das indústrias têxteis Pênalty e Trifil, além de discutir o perfil dos trabalhadores vinculados à produção para as fábricas no município da pesquisa,

também foi nosso objetivo, investigar as relações e as condições de trabalho em que os produtores diretos estão inseridos, e analisar os desafios dos mesmos, nesse cenário de contrarreformas trabalhistas e seus desdobramentos para as condições de vida dos trabalhadores.

Buscando atingir os objetivos propostos para a realização dessa pesquisa, fizemos um percurso metodológico pautado inicialmente na realização de levantamentos bibliográficos, através de leituras e análise de artigos, pesquisas, monografias e livros. Perpassamos pela caracterização do município de Itabuna, à luz da sua formação territorial no contexto do movimento da economia brasileira, afim de explicar as mudanças no espaço/tempo. Após a pesquisa bibliográfica, outro passo fundamental foi a criação de um diário de campo, para planejar e organizar todo processo, além do ponto inicial da investigação, que foi a pesquisa de campo, que permitiu a coleta de dados de origem qualitativa, a partir de entrevistas e questionários, que de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 186):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes ao registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

As coletas de dados secundários fornecidos de anuários estatísticos do estado da Bahia, da prefeitura municipal, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), através do IBGE e de outros órgãos públicos, serviram de base para a execução da pesquisa, e por meio desses dados, foi possível realizar uma análise sistemática do trabalho têxtil no município. Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 169)

É bom auxiliar na apresentação de dados, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, podendo, apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relações. Todavia seu propósito mais importante é ajudar a investigar na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações.

Neste contexto de pandemia, a realização da coleta de dados, via aplicação de questionário foi bastante dificultada, contudo, conseguimos através da metodologia “bola de neve”, na qual partimos de um sujeito, que vai indicado novos sujeitos a serem entrevistados, e a partir da indicação de trabalhadores e ex-trabalhadores pelo sindicato, realizar as entrevistas que se mostram fundamentais para este estudo. A realização de entrevistas semiestruturadas foi feita com 24 trabalhadores e ex trabalhadores das fábricas Trifil e Penalty, de diferentes cargos, desde os trabalhadores da linha de produção, até ex líderes e coordenadores, membros do Sindicato dos trabalhadores têxtil e calçadista do Sul e Extremo Sul da Bahia – SINTRATEC, para a coleta de dados primários. A priorização das histórias orais nos permitiu adentrar em questões e experiências singulares que cada trabalhador enfrentou, as perguntas elaboradas foram analisadas e condensadas para que as narrativas de cada um se sobressaíssem, as informações serviram de base para explicar a realidade encontrada em lócus.

Para entendermos o forte processo de degradação do trabalho, tanto os dados de origem quantitativa, quanto de qualitativa foram fundamentais. As duas abordagens nos aproximam dos sujeitos afetados pelas mudanças no mundo do trabalho, de modo que muitas questões são silenciadas por falta de provas e pelo medo da exposição.

As entrevistas possibilitam também analisar os discursos dos próprios sujeitos. Nesse sentido, a visita ao município de Itabuna tornou-se indispensável, mesmo no contexto de pandemia provocado pelo COVID-19, encontramos alguns desses trabalhadores e conversamos pessoalmente com os representantes sindicais. Os trabalhadores se apresentam na pesquisa de forma anônima, com a garantia de que nenhuma informação seria repassada à terceiros, a fim de preservarmos a imagem de cada um. O formato da entrevista com questionamentos abertos permitiu maior liberdade para os entrevistados em rememorar as histórias vividas, tais como os impactos dos anos trabalhados em ambas as indústrias para a vida de cada um.

Em história oral, dificilmente trabalhamos com um quadro de perguntas fixas, isso porque o interesse é estimular o processo de rememoração, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento. Recomenda-se não propriamente uma entrevista, mas uma

conversa livre em que a pessoa é convidada a falar de um assunto de interesse comum. (HARRES, 2008, p.10)

“A entrevista é um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. (MARCONI e LAKATOS 2010, p. 195). Metodologicamente pensamos em ter “conversas” sem interrupções constantes, que nos levou a uma riqueza de detalhes importante que concernem a subjetividade de cada trabalhador, as entrevistas foram gravadas mediante a autorização de cada um, e em seguida, transcritas.

As imagens fotográficas, também se constituem como passo importante, através da análise das imagens, o leitor conseguirá evidenciar a realidade apresentada.

O método utilizado na construção dessa pesquisa foi da perspectiva histórico-dialética, pois, através da análise crítica é possível enxergar a realidade por meio da totalidade. O intuito é atingir um conteúdo geográfico e compreender a centralidade da categoria trabalho, no seu sentido ontológico, como condição fundamental do desenvolvimento humano e da produção do espaço, que é mediada pela relação homem-natureza. Para ir além da aparência, até chegarmos à essência dos fenômenos, e então desnudar a realidade. Durante os capítulos da pesquisa iremos trazer discussões dos conceitos que ajudarão a compreender os acontecimentos, que juntos, formam a questão o debate sobre a configuração socioespacial do trabalho nas duas indústrias têxteis do município de Itabuna na Bahia.

A dissertação encontra-se sistematizada em três seções, nas quais é discutida na primeira seção: o debate da centralidade do trabalho, como proposta teórica, para a compreensão da relação homem/natureza e as transformações resultantes no espaço, bem como, a análise do trabalho em diferentes configurações. São abordadas as formas que o capitalismo subverte o papel do homem frente à natureza, causando uma separação que legitima o comportamento de exploração e superioridade que resulta na degradação do trabalho como condição histórica. Um empreendimento que se desenvolve desde sua fase inicial com a acumulação primitiva, além do desenvolvimento das técnicas e do avanço

tecnológico, mas que se expressa na atualidade carregando as marcas econômicas ditadas pelo capital ainda em seu processo de expansão.

Na segunda seção, a discussão é pautada pelo debate das alterações que as transformações do capitalismo promovem no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, e segue pelo desvelar das políticas neoliberais no Brasil, que atende aos chamados do mercado econômico mundial servindo como porta de entrada para o capital internacional. É abordado a formação territorial e econômica da Região Sul da Bahia, tal qual as medidas adotadas pela legislação brasileira que recaem sobre os trabalhadores, também de que forma as mudanças na reestruturação produtiva favorecem o aumento da extração da mais-valia no setor têxtil.

A terceira seção tem como foco o trabalho industrial têxtil em Itabuna/Ba, e os rebatimentos para os trabalhadores com os reajustes do capital e as novas organizações de gerenciamento das fábricas, que transformam o trabalho e os sujeitos em meras mercadorias. Os resultados das entrevistas nos mostram como as constantes instabilidades do trabalho polivalente, com altas incidências de rotatividade que fazem parte da rotina dos trabalhadores e afetam principalmente as mulheres em sua condição histórica de desigualdade. Desta forma, faz-se necessário apresentar as relações de trabalho na atualidade com o novo arranjo produtivo, assim como as especificidades que formam a classe trabalhadora excluída em Itabuna, que se sujeita ao trabalho em condições diversas para a garantia da sobrevivência.

Por fim, buscamos analisar as formas de organização dos trabalhadores para o enfrentamento das transformações provenientes da reestruturação produtiva ao longo dos anos, e mais contemporaneamente, como as reformas trabalhistas vem afetando o conjunto dos trabalhadores das referidas fábricas, pois sabe-se que historicamente os ganhos da classe trabalhadora estiveram pautados na luta e na pressão por parte dos trabalhadores para a garantia de direitos e melhorias nas condições de trabalho, portanto a atuação dessas organizações têm um papel significativo nessa pesquisa.

CAPÍTULO I

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, o processo em que o ser humano com a sua própria ação impulsiona regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais (MARX, 2004, p. 24)

1. O trabalho como mediação da relação homem/natureza

Apesar do trabalho comumente ser entendido somente como condição da produção de riquezas, em sua essência, é o que permitiu e permite o próprio desenvolvimento humano, além do suprimento das necessidades que possibilitam a sobrevivência do homem por meio do trabalho. Há uma relação de troca constante com a natureza, na mesma medida, a natureza vai transformando o homem.

Ocorre um longo processo histórico, acompanhado de constantes evoluções e criação de novas necessidades. A expansão das habilidades cognitivas humanas viabiliza a criação pelo homem. Os estudos sobre a evolução cultural como produto do próprio trabalho, mostram de que forma o funcionamento de determinados órgãos, membros e sentidos, causam transformações simultâneas no homem, Engels relata esse processo em seus estudos, como algo inerente ao ser humano,

E posto que a posição erecta havia de ser para os nossos peludos antepassados primeiro uma norma, e logo uma necessidade, daí se depreende que naquele período as mãos tinham que executar funções cada vez mais variadas (1977, p. 64).

O aperfeiçoamento das atividades mentais do ser humano causa essa sensação de domínio sobre a natureza em decorrência da possibilidade de armazenar e produzir em maiores quantidades, ou de superar as dificuldades de sobrevivência,

Entretanto, em sociedades, nas quais o trabalho de alguns é, tão-somente, um meio para satisfazer as necessidades ou caprichos de outros, ele, ao invés de proporcionar o desenvolvimento das capacidades do trabalhador, passa a atuar no sentido de desumanizá-lo. Essa situação é particularmente visível em sociedades escravocratas, nas quais o trabalho se torna algo forçado e penoso. No entanto, também em sociedades mais complexas, que já dispensaram a escravidão, ao menos de modo oficial, o trabalho pode ser utilizado, simplesmente, como um meio para se conseguir uma finalidade, de todo alheia às necessidades do trabalhador. (LUZ, 2008, p.21).

Ou seja, em quaisquer sociedades as formas de uso do trabalho apontam consequências que surgem para lembrar que toda transformação gerada, faz parte de um movimento no qual estamos conectados e que necessita de um equilíbrio, pois determinadas alterações têm potencial para causar impactos negativos para a sociedade, gerando um efeito contrário ao almejado,

Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (Engels, 2018, p. 14).

O desenvolvimento humano também ocorre a partir da necessidade do homem de viver em comunidade tornando-o um ser social, além da percepção que o trabalho em conjunto pode ser mais eficiente para a reprodução social, então a comunicação torna-se um elemento essencial, assim, a linguagem toma forma, Engels assinala:

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano - que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição. E à medida em que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus Instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. (Ibidem, 1977, p. 68)

O trabalho é essencial durante a transformação do macaco em homem e também para a sua emancipação, como possibilidade de livrar-se dos percalços

que a natureza ia lhes impondo, uma vez que é o trabalho que cria as formas novas de adaptações.

O processo histórico que revela o “afastamento” entre o animal e o homem é gradual e carregado de motivações, como o surgimento de novas atividades e exigências, que são satisfeitas com o trabalho empregado na natureza. De acordo com Engels (Ibidem, 1977, p. 72), “O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez as novas atividades”.

O processo dialético do trabalho é impulsionado pela necessidade da transformação da primeira natureza em segunda natureza. “A natureza representa então “primeiro” instante do processo dialético e o trabalho o “segundo” momento, e nesse movimento o homem transforma a sua própria natureza”. (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Antunes, com base na ontologia de Lukács, traz a discussão sobre o trabalho e a teleologia para a análise da ontologia do ser social, o autor cita o fato do homem ser capaz de ter um objetivo ao realizar qualquer trabalho, portanto, “A teleologia está presente na própria colocação de finalidades. ” (ANTUNES, 1999). Isso o separa do animal, o homem ao executar um trabalho, ele divide o processo entre o pensar e o agir, assim a teleologia e a causalidade estão intrinsecamente ligadas e não podem ser analisadas separadamente, esse seria o resultado da relação natureza e trabalho, “A causalidade é dada pela materialidade fundante, pelo movimento que se desenvolve em suas próprias bases, ainda que tendo como elemento desencadeador um ato teleológico.” (ANTUNES, 1999).

O ponto de partida defendido por Antunes é que o trabalho não seria apenas uma das diversas formas fenomênicas, e sim o pressuposto chave da própria formação do ser social, Em Marx o trabalho não é entendido como uma das diversas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas como único ponto onde a posição teleológica pode ser ontologicamente demonstrada como um momento efetivo da realidade material. (ANTUNES, 1999, p. 137)

Com o desenvolvimento humano, algumas expressões se destacam em relação a outras, desta forma, alguns atos teleológicos tornam-se secundários, mas é fundamental pensar que uma ação leva a outra, contudo, não há como não

reportarmos à sua base originária, a ontologia do trabalho, para compreendermos a autonomia e consciência adquirida pelo homem.

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens. ANTUNES, 2002, p.176.

Antunes, no conjunto dos seus estudos sobre trabalho, com o propósito de expressar sua centralidade para a explicação do desenvolvimento do capitalismo, apresenta as análises de André Gorz (1982), Claus Offe (1989) e Jürgen Habermas (1987; 1990).

Para autores que acenam preocupações similares, como André Gorz (1982), Claus Offe (1989) e Jürgen Habermas (1987; 1990), outros fatores são responsáveis pelo desenvolvimento humano, como por exemplo, a comunicação e a linguagem, desta forma contraria o sentido puro da ontologia do trabalho, pautada na produção do valor de uso. É importante ressaltar, que a comunicação na ontologia do trabalho é fase fundamental do desenvolvimento, à vista disso, a linguagem é possibilitada pela necessidade da organização em grupo, e por uma nova fase de evolução que se inicia no ato laborativo.

Antunes observa que, os autores que minimizam a centralidade do trabalho, apresentam teorias, que dão destaque ao caráter da subjetividade individual e coletiva como elemento crucial na sociabilidade humana. As interações humanas são vistas como definidoras, além do trabalho ser visto como uma derivação política, acredita-se que por meio das relações sociais haveria um consenso de ideias, acontece, que esse consenso ocorre dentro de uma estrutura analítica específica, que uma das partes precisa se omitir, sendo assim, uma ideia se sobrepõe a outra. Tais pensamentos são fortalecidos a partir dos rumos tomados pelo sistema produtivo, que mostra a relevância do trabalhador enquanto ser indispensável apenas na produção de valor.

Como consequência, aquilo que aparece como a mais ousada reformulação de Habermas em relação a Marx mostra-se como o seu maior limite. Habermas atribui a Marx a redução da esfera comunicacional à ação instrumental. Como contraposição, realiza uma sobrevalorização e disjunção entre essas dimensões decisivas da vida social, e a perda desse liame indissolúvel permite a Habermas valorizar e autonomizar a esfera comunicacional. Nesse sentido, falar em colonização do mundo da vida pelo sistema parece ser, então, uma versão muito tênue, no mundo contemporâneo, frente à totalização operada pela vigência do trabalho abstrato e pela fetichização da mercadoria e suas repercussões reificadas no interior da esfera comunicacional. E o capitalismo por certo é muito mais do que um subsistema. No nível mais abstrato, a sobrevalorização habermasiana se efetiva pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma relacional entre esferas que se tornaram dissociadas, a partir da complexificação da vida societal. Enquanto para Habermas opera-se um desacoplamento que leva à separação, para Lukács tem lugar um distanciamento, complexificação e ampliação que, entretanto, não rompe o liame e os vínculos indissolúveis entre essas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na gênese como no próprio processo emancipatório. (ANTUNES, 1999, p. 157).

De acordo com a análise feita por Antunes, no livro “Os Sentidos do Trabalho” de 1999, são defendidos por Habermas os conceitos de “sistema” e “mundo da vida”, que se dividem em diferentes esferas, o sistema, engloba os meios de controle e poder, enquanto o mundo da vida, é considerado o espaço intersubjetivo. Esses dois conceitos possuem visões distintas entre os autores, apesar de ambos concordarem com a importância da subjetividade para a emancipação do homem através do pensar.

Para Lukács, dentro de uma visão que parte da totalidade das relações, há uma indissociabilidade entre as esferas subjetivas e concretas, uma coisa explica a outra, a partir do próprio trabalho a subjetividade foi desenvolvida. Enquanto Habermas defende o “desacoplamento” de ambos, para ele não há relação entre a regulação dos sistemas de poder (econômico), e as questões institucionais.

Para Habermas, na disjunção que realiza a partir da complexificação das formas sociais, com a efetivação do

desacoplamento entre sistema e mundo da vida e a consequente autonomização da intersubjetividade, caberá à esfera da linguagem e da razão comunicacional um sentido emancipatório. Em Lukács, ao contrário, os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissolúveis. Assim, tanto na gênese do ser social quanto no seu desenvolvimento e no próprio processo emancipatório, o trabalho, como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da sua vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante. (ANTUNES, 1999, p. 161).

Entretanto, o mesmo trabalho carrega em si um valor de uso determinado, a capacidade ou qualidade específica de ser produtor de bens na sua relação com a natureza. Essa mesma qualidade, ao tempo que humaniza o homem, na sociedade capitalista, o desumaniza. Os efeitos da utilização do trabalho para fins imediatos geram problemas como os que encontramos hoje, com o atual meio de produção, relacionados, por exemplo, à explorações e devastações, que apesar de anteceder o capitalismo, na atualidade é muito mais latente e frequentemente gera um movimento contrário, pois o trabalho pode ser favorável e trazer resultados satisfatórios, como também pode assumir um caráter de exploração e ser limitante para o ser humano, impossibilitando um desenvolvimento pleno.

Isso acontece também, por conta do processo de alienação imposto através de artifícios criados para que o trabalhador perdesse a criatividade, assim, os processos de produção separados em etapas, criados pela divisão social do trabalho, retirou do trabalhador toda autonomia no processo de criação. De acordo com Marx, “embora a divisão do trabalho aumente o poder produtivo do trabalho e a riqueza e o requinte da sociedade, empobrece o trabalhador e transforma-o em máquina” (1964, p. 108),

Nas organizações sociais pré-capitalistas, a relação homem-natureza estava, de certa forma, em consonância com as intencionalidades e condições objetivas dessa fase do desenvolvimento da sociedade e apresentava traços de desigualdades e conflitos, porém, esse processo se dava de maneira diferente do que ocorre na sociedade capitalista que prioriza a apropriação da natureza para a produção de riquezas e distancia a relação homem/natureza (SILVA, 2016. P. 36).

No modo de produção capitalista o homem não se enxerga como pertencente a natureza, isso legitima as alterações e exploração, como se não fosse existir consequências futuras, por isso a necessidade de resgate do sentido ontológico do trabalho, que no modo de produção capitalista se esvai.

Assim, de maneira resumida, no modo de produção primitivo, o trabalho tinha o regime de propriedade coletivo, os grupos se uniam para conseguir suprimentos, algumas tribos, além da caça, domesticavam uma grande quantidade de animais, além de possuírem a prática da colheita. É nessa fase que a técnica e até mesmo criação de novos instrumentos começam a ser melhor elaborados para atender as novas necessidades de maneira mais hábil:

O traço característico do período da barbárie é a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas. Pois bem: o continente oriental, o chamado mundo antigo, tinha quase todos os animais domesticáveis e todos os cereais próprios para cultivo, exceto um; o continente ocidental, a América, só tinha um mamífero domesticável, a lhama – e, mesmo assim, apenas numa parte do Sul -, e um só dos cereais cultiváveis, mas o melhor, o milho. Em virtude dessas condições naturais diferentes, a partir desse momento, a população de cada hemisfério se desenvolveu de maneira particular, e os sinais nas linhas das fronteiras entre as várias fases são diferentes em cada um dos dois casos (Engels, 2018, p. 30).

Com a produção do excedente, surge à exploração do homem pelo homem, modificando as relações sociais existentes até então e, pondo fim ao modo de produção vigente, a comunidade primitiva. As diferenças entre o trabalho manual e intelectual se tornam o ponto central para a hierarquização social, as duas formas de trabalho são vistas de formas distintas, e legitima o trabalho escravo, como na Grécia Antiga. “Sem dúvida, essa forma de ver o trabalho manual é compatível com a idéia de que a escravidão é legítima, e até necessária, para o bom funcionamento da sociedade.” (Luz, 2008, p.19)

Posteriormente, surgem os feudos com a crise do escravismo, devido à queda do império Romano, que se estrutura com novas forças produtivas, de caráter agrário.

A crise do feudalismo se deu com a ascensão da burguesia, por conta da intensa comercialização e o acréscimo do valor de troca às mercadorias, segundo (Oliveira, 2007, p. 41). A dimensão abstrata do trabalho surge então com o ascenso das relações capitalistas de produção, em que a força de trabalho é subordinada ao capital e aos meios de produção. As técnicas, são transformadas em capital em processo de valorização e criação de mais-valia. Finda mais uma vez outro modo de produção, as mudanças ocorreram em um lapso de tempo distinto em cada processo de transformação das sociedades. Isso posto;

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2004, p. 214).

A ruptura com o feudalismo é totalmente gradual, e para constituição do modo de produção capitalista as bases estruturais burguesas permaneceram, de modo que a contradição e a exploração dos mais fracos se tornaram essenciais.

Os camponeses não eram juridicamente livres, estavam privados do direito de propriedade e embora detivessem o direito ao uso da terra eram obrigados a entregar o trabalho ou o produto desse trabalho para o senhor. O fim do regime feudal por meio da expropriação dos servos camponeses de suas terras, possibilitou ao capitalismo nascente criar o manancial de trabalhadores assalariados. A expropriação do produtor rural camponês, privado de suas terras constitui base da acumulação primitiva capitalista e é marcada por deslocamento de grandes massas humanas (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Para analisarmos as mudanças na configuração do trabalho e o processo de destituição da autonomia laborativa, a partir do modo de produção capitalista, é fundamental nos determos ao processo histórico-geográfico que constitui o capitalismo atual. A lógica que permeia o trabalho no capitalismo está materializada nas relações de trabalho da empresa capitalista contemporânea, como as que daremos destaque no capítulo que segue.

1.1 O “necessário” processo de separação entre produtor e meio de produção

A exploração do trabalho no capitalismo e a alienação se intensificam, o trabalho ganha novas especificações. Trata-se de uma relação conflituosa entre quem detém os meios de produção e quem detém apenas a força de trabalho para venda, ou seja, para relações mercantis, sendo que a base da exploração tem um valor, denominado salário, e o dinheiro é o equivalente universal de trocas de mercadorias.

Pois é demasiado simplista vislumbrar a instituição da ordem hegemônica alternativa do trabalho à ordem de reprodução social do capital por meio da tomada política do Estado capitalista. Essa é *reversível* como a dolorosa evidência histórica mostra, e somente pode ser uma parte da tarefa transformadora. Pois o desafio histórico consiste em ir *para além do capital* sentido pleno do termo, englobando todas as suas dimensões do complexo emancipatório, incluindo todas as suas dimensões ontológicas sociais que remontam um passado muito distante (...) (MÉSZÁROS, 2009, p.223).

Em outros momentos da história, o trabalho possuía outros sentidos, ele permitiu a reprodução social e o desenvolvimento humano, pois o trabalho foi e é um elemento fundamental da constituição do homem enquanto ser social.

Por sua vez, no sistema de mediação de primeira ordem, conforme analisa Mézáros (2005), o trabalho concreto existe para a satisfação das necessidades básicas do homem e sua reprodução social, produzindo o valor de uso das mercadorias. Enquanto na segunda ordem, o trabalho abstrato assume papel primordial de exploração no sistema capitalista, uma vez que explora, aliena e expropria o trabalhador dos meios de produção e o torna estranho ao que produz à medida que o capital passa a controlar até mesmo as subjetividades do sujeito.

No primeiro momento, a aplicação da técnica desenvolvida pelo homem, em função da sua capacidade de ser racional propicia um avanço. Ao capacitar o homem a produzir além do que era disponibilizado pela natureza, essa ação

permitiu que as técnicas fossem aperfeiçoadas cada vez mais, até o momento em que a tecnologia ganhasse forma:

Ambos, trabalho e técnica, surgem da necessidade de superação humana do que a natureza não podia fornecer de imediato, unem a racionalidade objetiva da natureza à racionalidade subjetiva do homem. Assim, a técnica é também inerente ao processo mediador da natureza-homem e base para a reflexão de toda a criação humana, visto que, o homem enquanto ser produtivo produz a si mesmo e a natureza tecnicamente. A técnica envolve o conhecimento das operações, o manejo das habilidades, ferramentas e instrumentos criados para a realização do trabalho. Esses meios e instrumentos sociais produzidos pelo homem adquirem diferentes feições no espaço geográfico de acordo com o respectivo momento histórico. (OLIVEIRA, 2007 p. 31).

Nesta análise, se observa que não há produção e transformação do espaço sem atuação do trabalho humano, pois,

Com a produção do espaço, a prática humana e o espaço são integrados no nível do “próprio” conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma “amputação” filosófica. Além disto, a relatividade do espaço não se torna uma questão filosófica, mas um produto de uma prática social e histórica; igualmente a unidade do espaço geográfico é um resultado social, mais do que filosófico. (SMITH, 1988, p. 123).

A compreensão desse quadro nos leva a querer destacar a relação entre trabalho e produção do espaço na fase da acumulação primitiva de modo a elucidar como e onde começa a germinação do modo de produção que passa a alienar o trabalho.

O processo base para a sustentação do modo de produção capitalista, inicia-se com acumulação primitiva.

Para que houvesse a acumulação primitiva por ser a pré-história do capital, foi necessário que o trabalhador fosse separado do meio de produção e subsistência. A sociedade capitalista passou a existir em detrimento do feudalismo. Durante esse período o trabalhador era tido como prisioneiro, apesar da falsa ideia

de libertação com a ascensão do capitalismo, pois era necessário “fantasiar” um futuro de melhores possibilidades.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal, a decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. (Marx, 1985 p. 830)

Os trabalhadores que foram “livres como pássaros”, foram expulsos de suas propriedades para que virassem pastos de criação de ovelhas, empobrecendo grande parte da população.

A expropriação se torna muito maior durante a reforma. A Igreja Católica era dona de grande parte da base fundiária Inglesa, mas tudo foi confiscado e vendido à arrendatários, expulsando a população e conseqüentemente resultando no empobrecimento dessas pessoas. O roubo de terras se tornou um fato comum e constante. “E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”. (Marx, 1985 p. 830). Os burgueses procuravam agir de acordo com os seus interesses e buscavam aumentar o número de proletariados “livres”, através da lei de cercamento das terras comunais, e com um golpe de Estado os burgueses mais uma vez expropriam essas terras, e tentam minimizar o caos, oferecendo uma “indenização” aos proprietários. Então é quando começa a ascensão da realidade atual, muitas terras nas mãos de poucos.

À época da reforma, a Igreja Católica era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado. Os bens eclesiásticos foram amplamente doados a vorazes favoritos da Côrte ou vendidos a preço ridículo a especuladores, agricultores ou burgueses, que expulsaram em massa os velhos moradores hereditários e fundiram seus sítios. O

direito legalmente explícito dos lavradores empobrecidos a uma parte dos dízimos da Igreja foi confiscado tacitamente. (MARX, 1985 p. 837).

Essas terras que antes habitavam várias famílias se tornaram pastos e elas foram obrigadas a vender sua força de trabalho por preço baixíssimo na tentativa de sobreviver. A forma como expropriaram essas terras foi marcada por muita violência, todo esse movimento de expropriação foi naturalizado, para que o capitalismo fosse introduzido no mundo. O último processo de expropriação se chamou (clarear propriedades), e de fato isso já vinha ocorrendo, porém nesse momento não sobraria nada, todos foram violentamente retirados de suas casas.

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo de roubo das terras pertencentes ao povo, embora grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores de terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo. (Marx, 1985 p. 840)

Na Inglaterra, a legislação obrigava as pessoas que por consequência das circunstâncias foram submetidas a viver, e não se adaptaram tão rapidamente à vida na cidade. Com toda situação problemática, esses, que não trabalhavam ou se inseriam no processo imposto, eram tratados como criminosos, leis grotescas e sanguinárias foram criadas contra a “vagabundagem”. Algumas pessoas recebiam licença para mendigar como velhos e incapacitados, os restantes eram todos condenados. Desta forma, a sociedade foi se moldando ao modo de produção capitalista, com base no terror instaurado, tornando natural as condições que viviam, conformando uma classe de trabalhadores necessária para a fluidez do capital.

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela

manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformam em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (MARX, 1985 p. 851)

Um momento bastante importante da acumulação primitiva é quando o proletariado é obrigado a ver seu salário decair por conta da extração necessária da mais-valia absoluta:

A burguesia nascente precisava e empregava a força do estado para "regular" o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador, num grau adequado de dependência." (MARX, 1985 p. 854-855).

O salário máximo era ditado pelo Estado, mas o mínimo não. O estatuto do trabalho criava leis para que esses trabalhadores fossem explorados. Somente em 1813, as leis da regulação do salário foram abolidas, e com o passar dos anos algumas leis foram sendo criadas para acabar com a coalização do trabalhador, e eram reconhecidas como um atentado à liberdade e a declaração dos direitos humanos, os trabalhadores começaram a possuir alguns poucos direitos, como o de realizar greves, e o salário mínimo foi instituído.

Essa lei que, por meio da coação policial, comprime a competição entre o capital e o trabalho dentro de limites convenientes ao capital sobreviveu a revoluções e a mudanças de dinastias. Mesmo o regime do terror deixou-a intacta. Só recentemente, foi essa norma proibitiva excluída do código penal. Nada caracteriza melhor a mentalidade burguesa do que o pretexto desse golpe de estado. Le

Chapelier, o relator da lei; "diz indesejável que o salário esteja mais alto do que está atualmente, a fim de que o assalariado não fique nessa dependência absoluta causada pela privação dos meios de subsistência indispensáveis, e que é quase a dependência da escravidão." Entretanto, assegurado ele, não devem os trabalhadores ter a permissão de estabelecerem entendimentos entre si sobre seus próprios interesses, de agirem em comum e assim moderarem sua "dependência absoluta que é quase escravidão", pois sua coligação fere "a liberdade dos empresários, os antigos mestres corporativos" (a liberdade de manterem os trabalhadores na escravidão!), e uma associação contra o despotismo dos ex-mestres (adivinhem!) é uma restauração das corporações abolidas pela constituição francesa. (MARX, 1985 p. 859)

O surgimento dos primeiros capitalistas acontece quando os primeiros arrendatários os "bailiff", que eram servos, começam a trabalhar em conjunto com "landlor" (fornecedores de sementes, gado e produtos agrícolas), durante a revolução agrícola. O arrendatário enriquece rapidamente através da usurpação das pastagens comunais, e o aumento do preço dos produtos agrícolas fizeram com que esses, cada vez arrecadassem mais dinheiro. "Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Logo se torna parceiro, um tipo que se parece mais com o verdadeiro arrendatário." (Marx, 1985 p. 860).

O mercado interno para o capital industrial surge com o manufaturamento, o que antes era produzido para consumo próprio, agora abastece o mercado interno, e para atender as necessidades do modo de produção capitalista, outras formas de acumulação foram também introduzidas, como por exemplo, sistema colonial, dívidas públicas, e cobrança de impostos.

A chegada das máquinas nas indústrias foram substituídas pelas manufaturas, e a necessidade de mão de obra se tornou muito maior, então a exploração acontecia excessivamente e de forma cada vez pior.

A partir da análise crítica Marxista, podemos perceber todo o processo de introdução do capitalismo que surge principalmente de um processo de expropriação das grandes massas, das terras onde produziam e se reproduziam, com o apoio de leis provenientes do capitalismo, que se alteravam, de acordo com o interesse da burguesia em ascensão. Desta forma, poucos passaram a possuir

mais, e a classe trabalhadora, juntamente com a pobreza só aumentaram. Todo esse processo foi caracterizado pelo terror e violência e ocorreu lentamente com o passar dos anos, até que o movimento de acumulação do capital se tornasse “natural”, dentro da necessidade de sobrevivência humana.

Esse percurso que fizemos até aqui é no sentido de reforçar a categoria trabalho como central para a compreensão da produção do espaço em diferentes modos de produção. Como o trabalho foi perdendo sua condição ontológica e se transformando para atender a acumulação de capital.

Na ciência geográfica a categoria precisa ser destrinchada, ao ponto de que a compreensão sobre o trabalho, supere a subordinação da categoria ao capital. Essa forma de pensar é reflexo de um passado que a geografia enfrentou no período de sistematização da ciência, assim, tivemos como resultado a dicotomia da relação sociedade-natureza, por buscarmos incessantemente a definição do objeto de estudo. No entanto, existe uma tentativa de superação dessa visão dicotômica, que contribuiu para o estranhamento do homem em relação à natureza.

Com a renovação da ciência geográfica e os estudos a partir de referenciais teóricos críticos, essas análises foram se constituindo necessárias para que possamos enxergar que sem o trabalho o capital não se reproduz, sem a exploração dos trabalhadores como base para a produção de riquezas e extração da mais-valia não há capitalismo.

A história das sociedades de classe sempre se caracterizou pela extração forçada do trabalho excedente, fosse sua modalidade política ou econômica ou, na verdade uma combinação de ambas. A extração lucrativa do trabalho excedente como mais-valia, característica da ordem social do capital, não alterou a substância da antiquíssima relação exploratória, mas apenas a sua modalidade: por tornar estruturalmente dominante a expropriação econômica forçada de trabalho excedente, reduzindo os seres humanos – a serviço da mais-valia que se acumula cada vez mais – à carcaça do tempo (Mészáros, 2007 p.44-45).

A revolução industrial inglesa e a passagem para o capitalismo, com as condições prévias asseguradas pelo longo período de acumulação primitiva, leva ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e o debate para o plano da

economia política. A preocupação passa a ser dirigida pelas melhores estratégias de acumulação de capital. Isso posto, na passagem do século XIX para o século XX, com a segunda revolução industrial emergem as crises econômicas do próprio capitalismo, impondo estratégias de recuperação por dentro.

1.2 Nos modelos de organização da produção e no Welfare State: o trabalho permanece na centralidade da produção da riqueza

No modo de produção capitalista, a base da lucratividade é a exploração do trabalho. Contudo, inerente à própria dinâmica de acumulação, o conceito de crise se põe como importante mecanismo teórico de compreensão sobre a formação de um constante exército industrial de reserva, emergente nas estatísticas como desemprego, ou desemprego estrutural na perspectiva crítico-marxista. A precarização e precariedade das condições de vida de bilhões de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do mundo se colocam como proposital à dinâmica acumulativa e, ao mesmo tempo, contradição inata a esse sociometabolismo que a tudo descarta e desperdiça, tornando a própria vida, conceito supérfluo.

Deste modo, apesar de haver um esforço para a substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, com o uso intensivo das maquinarias, e com o desenvolvimento das forças produtivas, por meio da “ciência moderna que se tecnifica”, o objetivo é causar a desvalorização do trabalhador, essa desvalorização é um mecanismo importante para a extração da mais-valia, assim, apesar do trabalho ser a principal fonte de perpetuação do modo de produção capitalista, pois não há como eliminar o trabalho vivo, tendo em vista a sua importância para a própria produção das máquinas, ou a necessidade de manuseamento que as novas criações tecnológicas exigem, “A ciência, tecnologia e o trabalho vivo formam uma complexa e contraditória unidade.” (ANTUNES, 2009, p, 121).

Os trabalhadores das fábricas no século XIX enfrentavam jornadas extenuantes de trabalho que, muitas vezes, ultrapassavam 14 horas diárias. A ausência de férias, previdência e uma remuneração satisfatória que lhes permitisse a reprodução física mantinha os trabalhadores em condições de miséria. A situação era ainda mais grave entre os desempregados.

Em meio à crescente onda de reivindicação de direitos e formação de sindicatos na passagem do século XIX para o século XX, surgiram teorias que defendiam que o Estado deveria prover um bem-estar mínimo para a população em geral.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no interior do conflito entre elas tornando-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe economicamente dominante, a classe que por seu intermédio, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios de repressão e a exploração da classe oprimida. (Engels, 1981, p. 197)

Pode-se afirmar que nos primeiros anos do século XX, ainda prevalecia a doutrina econômica liberal, tendo o Reino Unido e Estados Unidos como principais representantes. A Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e seus rebatimentos e a crise econômica de 1929 promoveram transformações importantes nas estruturas político-econômicas vigentes até então.

As transformações que vemos hoje no modo operativo de produção dominante, iniciaram-se com as ideias Tayloristas no Século XIX. Frederick W. Taylor (1856-1915), apresenta formas de organização e sistematização da produção industrial, ao final do século XIX, e ficou conhecida como administração científica. Frederick Winslow Taylor, ao final do século XIX, estudava maneiras de aceleração e controle do trabalho, para a obtenção de maiores lucros, desta forma, um dos seus pressupostos baseava-se na introdução intensiva de maquinaria, propiciando o desaparecimento do trabalho artesanal, que exige domínio e saber do processo produtivo. Ao observar a atividade realizada pelos operários, ele pensa a otimização do trabalho. Acreditava que a racionalização do trabalho, superaria o que ele chamava de fase intuitiva, o que o fez estudar estratégias que pudessem ser aplicadas no sistema produtivo.

Taylor buscou organizar o trabalho de modo que os trabalhadores realizassem a mesma atividade mecanicamente, e separadamente por meio da divisão social do trabalho, tornando-os verdadeiras máquinas, o resultado era a perda da capacidade de criação dos sujeitos.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre ações individuais das quais a esteira fazia interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização de tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerencia científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (Antunes, 1999, p. 37)

Apesar do intuito de negar o trabalho vivo no processo de robotização dos trabalhadores, o trabalho vivo continua sendo indispensável, pois é crucial para o próprio desenvolvimento das máquinas. O ritmo do processo de trabalho, a qualidade do produto não tem nada mais a ver com o trabalho humano e sua ferramenta, mas sim com as especificações, com a qualidade, com a natureza da máquina. O trabalho ganha novos moldes que não cabe o conhecimento e sim ações vazias de sentidos.

Já o Fordismo surge em 1914, durante a segunda Revolução Industrial, nos Estados Unidos, inicialmente na indústria automobilística, propiciando a produção em massa, e dando início ao processo produtivo em larga escala, e ganhos para economia, foi uma das formas de retomada da acumulação do capital, após a primeira guerra mundial. Que definitivamente marcou o avanço da economia americana.

O modelo de produção fordista, em sua essência, adota ideias do Frederick Winslow Taylor, que estudou a racionalização do trabalho em sua obra “Princípios da administração científica”, onde o controle do tempo é utilizado para a obtenção dos maiores índices de produtividade. “Ele estudou o tempo exato para realização de cada tarefa e afirmava que o controle de cada operação fabril é fundamental na busca por maior produtividade do trabalho.” (Jinkings, 2002, p.14). No fordismo, outras técnicas são acrescentadas, além de terem como objetivo o consumo de massa, nos Estados Unidos, alguns salários são planejados com esse intuito. As mudanças no modo produtivo, não refletiram positivamente para os trabalhadores.

Esse modelo se desdobra durante as décadas seguintes, causando um grande impacto para o mercado mundial, Henry Ford utilizou-se de algumas das ideias Tayloristas, para formar o novo padrão de produção voltado para a intensificação do uso da tecnologia, assim, surgem as linhas de montagem, e uma série de processos, que incluem: o total controle do sujeito, ações repetitivas, e em um curto período, além de outras preposições que aumentavam a produção significativamente.

Portanto, o fordismo nasce utilizando alguns princípios tayloristas, como o controle de tempo de cada atividade, mas inova através da linha de montagem, da focalização e homogeneização do produto, da verticalização produtiva, da produção de massa (economias de escala), do trabalho parcelar e fragmentado (cada operário, uma tarefa) (...) (JIKINGS, 2007, p. 14)

As transformações nas bases produtivas impactaram a vida dos trabalhadores, de modo que as doenças se tornaram corriqueiras e cada vez mais frequentes devido o esforço empregado para acompanhar o ritmo das máquinas, além dos salários reduzidos e das políticas liberais que precarizavam ainda mais o trabalho. “O resultado é uma rotina de trabalho insuportavelmente monótona, repetitiva e mecânica, com um não menos desumano e rigoroso controle e pressão sobre os trabalhadores” (LESSA, 2013, p. 97)

Dos fatores que moveram o Estado Liberal e o capitalismo na direção de algumas melhorias para a classe trabalhadora, já no século XIX, foi a eclosão de movimentos, que partem dos trabalhadores, na busca pela garantia dos direitos. Devido as crises econômicas e sociais bastante evidentes, fruto do liberalismo econômico, que pregava o livre mercado e o menor controle do Estado, as regras contratuais partiam das instituições privadas, que ditavam as regras que melhor funcionassem para o aumento da lucratividade dos empresários.

De outro modo, a concepção da independência do Estado, diante das exigências da produção material do sistema dominante, também encontra apoio na visão liberal da disjunção entre economia e política, o que favorece o ocultamento da exploração do trabalho pelo capital como a fonte real de riqueza. Expressão da

antinomia entre liberdade política formal e desigualdade social real, preceitos inseparáveis do ideário liberal. (PANIAGO, 2012 p.61).

A presença do Estado de “Bem-Estar Social”, com sua função imprescindível para a manutenção da ordem capitalista, serve para amenizar os conflitos, dadas as ameaças de rebeldia dos trabalhadores, nos momentos de eclosão das crises.

Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter os conflitos de classe e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). (Harvey, 2004, p.80)

No capitalismo liberal a mão do Estado era dispensada, era o mercado quem ditava as regras do jogo. A teoria liberal, genericamente atribuída a Adam Smith, defendia o funcionamento do livre mercado. Para ele, o Estado se preocuparia com a garantia do direito à propriedade privada. Ao Estado era dado o papel da amenização dos conflitos entre as classes antagônicas. Na passagem para o período chamado de estado de bem-estar social, a fase dos “anos dourados do capitalismo, o controle do Estado pelo capital foi ainda mais preciso e determinante do desenvolvimento do capitalismo. A doutrina Keynesiana, se constituía uma superação da teoria liberal. Para Keynes, cujas ideias ganham corpo nas primeiras décadas do século XX, principalmente, em 1929, no auge da crise financeira ou grande Depressão, o Estado deveria intervir na economia sempre que fosse necessário, afim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego.

A regulamentação aconteceria por meio das legislações, unido ao atendimento de algumas das demandas dos trabalhadores, de forma bastante estratégica, e o principal preceito era a amenização das desigualdades sociais, o financiamento estatal para a produção, e em grande medida a criação das condições básicas para a implantação dos parques industriais.

Na prática os objetivos tinham uma ênfase na correção dos problemas surgidos com a crise. O Estado passaria a ser o grande financiador da produção e da lucratividade do capital:

No caso da intervenção Keynesiana, o leque de observações de estudiosos é extenso no sentido de mostrar os limites e contradições da ação estatal, notadamente no que se refere às políticas sociais. A visão Keynesiana de política social buscava subsidiar o consumo e o subconsumo, estimulando a demanda das camadas, grupos excluídos do mercado ou produtos específicos, politicamente selecionados, não resolvendo a fratura estrutural entre produção e consumo. A política Keynesiana usada para combater a queda na taxa de lucro, permitiu que os Estados passassem a planificar a economia para evitar flutuações periódicas, através da política fiscal, de juros e da oferta de crédito, além das políticas sociais. (OLIVEIRA, 2017, p.113).

O famoso New Deal do presidente Roosevelt, na década de 1930, objetivou recuperar os EUA da retração econômica. A forte presença do estado deveria garantir o controle na emissão de moedas, fortes investimentos na indústria e, políticas de criação de emprego, dessa maneira criando as bases do chamado Welfare State ou Estado de bem-estar social.

Keynesianismo e fordismo associados obtém êxito por algumas décadas após a Segunda Guerra Mundial e fortalecem a economia devido a demanda por produtos de outros países, principalmente os atingidos pela guerra e de produtos bélicos. Houve um aumento expressivo no consumo em massa, e a economia Norte Americana cresceu absurdamente. Contudo, alguns anos depois a Europa começa a se reconstituir no âmbito econômico, exigindo menos das exportações estadunidenses. O aumento do estoque de produtos, somado a queda na taxa de lucros, corroboram para a grande crise estrutural dos anos de 1970.

O Estado de “Bem-Estar Social” foi uma oportunidade de melhorar o sistema econômico, já que se tornaria o grande financiador e comprador de mercadorias, dessa forma ajudando na redução dos efeitos das crises, que costumam fornecer brechas para mais acúmulo de capital, propiciando o aumento da extração da mais-valia, ou, nas palavras de Mészáros (2005) contrarrestando os efeitos das crises.

As políticas voltadas para as áreas da saúde, educação, serviços públicos, mediados pelo Estado, que colaboraram para alavancar o desenvolvimento industrial a partir das compras do Estado keynesiano, em suma abarcaram uma parcela restrita da população. Tais políticas foram seletivas, atingindo os países centrais, sobretudo. Um quadro que faz com que o Estado vá fazendo o papel também do controle do trabalho, ele vai “assumindo seu papel histórico no controle da população não absorvida e também absorvida no processo produtivo, administrando os conflitos em diversas frentes. (OLIVEIRA, 2017, p.117). Lessa explica esse cenário chamando atenção para a contraditória e combinada relação entre capital e trabalho;

[...] a necessidade para a reprodução do capital de um patamar superior de articulação entre as mais-valias absoluta e relativa, com o conseqüente desenvolvimento do imperialismo e da aristocracia operaria forneceram os elementos imprescindíveis para o predomínio da colaboração de classes sobre as propostas políticas mais à esquerda. Cancelado o seu solo na reprodução material da sociedade, o predomínio de uma ideologia sobre outras se converte em um verdadeiro mistério. Mas, se trouxermos para a análise a alteração nas necessidades de reprodução ampliada do capital, a hipótese de um “pacto” ou “compromisso” entre capital e trabalho como fundante do Estado de Bem-Estar perde qualquer sentido. (LESSA, 2013, p.210).

Lessa, em seu livro “Capital e Estado de Bem-Estar”, publicado em 2013, desmistifica o caráter revolucionário do Estado de bem estar social, ainda que se obtivesse um consenso social em relação a isso. A partir de uma análise sistemática de dados, fica claro o quão segregacionista eram o acesso às políticas sociais. Nessa direção, o que o Estado fazia e faz era/é o financiamento do capital. Para esse autor, com o passar dos anos algumas melhorias são confirmadas, no entanto, Lessa aponta para um fato, “Com avanços e recuos, com idas e vindas, com movimentos “contraditórios”, foi-se delineando um pacto pelo qual algumas vantagens materiais são concedidas aos trabalhadores em troca do seu apoio à manutenção do capital” (LESSA, 2013, p. 209).

Em síntese, antes da crise de 1929, a economia norte americana encontrava-se fortalecida, com o aumento da produção de bens e consumo, os

produtos foram barateados, por conta das características do modo produtivo, que permitia o aumento da taxa de lucro, baseado no aumento da taxa de exploração do trabalho, o preço dos alimentos, eletrodomésticos e automóveis era acessível, sobretudo para a classe média que se formou.

O mercado industrial crescia sem precedentes, além do aumento de crédito disponibilizado, houveram bastante investimentos na bolsa de valores, e por conta de toda vulnerabilidade da expansão e flutuação de crédito, o mercado entrou em colapso total. A crise de 1929, revelou a instabilidade do mercado financeiro, com a queda no preço das ações repentinamente, fazendo com que muitos investimentos fossem perdidos, o desemprego também assolou o país, a crise refletiu em vários países do mundo. A dificuldade de escoamento da produção exacerbada foi outro fator que propiciou a crise.

O Fordismo é fortalecido durante a crise de 1929, e durante/após as Guerras Mundiais, acompanhada dos preceitos Keynesianos, Maynad Keynes propõe que a economia seja regulada pelo Estado, já que anteriormente o Estado não regulamentava a expansão de crédito, e esse fator foi determinante para o surgimento da crise, portanto, a partir desse momento, o trabalho passa a ser regulamentado pelo Estado, que em alguns casos, o salário passa a ser maior, o tempo de trabalho diminui, e outros direitos passaram a ser garantidos, além do apoio dos sindicatos, “como o fordismo implica em um consumo de massa, passam a existir novas formas de reprodução da força de trabalho e emerge uma nova sociedade de massa, democrática, moderna e racionalizada.” (Jinkings, 2002, p. 15). A economia volta a ganhar força, com obras públicas que forneciam empregos e possibilitava o retorno da população ao consumo que correspondia ao ritmo da produção.

Esse quadro encontra na década de 1970 uma crise econômica de grandes proporções.

A crise estrutural é explicada pelo princípio da acumulação, e pelo entendimento da “ativação dos limites absolutos do capital” (István Mészáros) e a sua dimensão, é preciso pensar no processo que rege a dinâmica da acumulação, como a circulação, a distribuição e o consumo, que interagem entre si e realizam o

ciclo do capital. Quando um desses componentes é alterado, todo o sistema entra em crise.

Assim, o princípio da produtividade excessiva, revela a própria contradição do sistema, mostrando a vulnerabilidade de sua dinâmica e os seus limites existentes. Este cenário ocorre a partir da década de 1970.

Com o fordismo/taylorismo, o sistema do capital tem toda sua totalidade alterada. No setor produtivo e aumento da composição orgânica do capital, nos países de economias mais avançadas, somado ao desenvolvimento do capitalismo em outras partes do mundo, como América Latina, por exemplo, as mudanças se aprofundam e a produção se alarga ao tempo em que o trabalho vivo diminui na linha de produção, acarretando em redução da demanda efetiva demandada pela produção em grande escala. Uma situação que afeta o ciclo do capital, quando a produção acontece, mas a circulação, distribuição e consumo são afetados. As taxas de lucro esperadas pelos capitalistas também começam a decair, em certa medida.

Com os novos métodos de organização do trabalho, como o sistema Toyostista, o uso da tecnologia cada vez mais avançado colabora para a redução de boa parcela de trabalho vivo. Como nos lembra Antunes (2009), ocorreram diversas transformações da própria concorrência intercapitalista, no contexto em que o desenvolvimento das forças produtivas em diversos países levou à intensificação das disputas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas. Ao mesmo tempo, o capital sentiu a necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho. Com isso, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural

O capital deflagrou, então várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo-fordismo, em que se destaca especialmente o “toyostismo” ou modelo japonês. (IBID, p. 49-50)

Ao prosseguir com o avanço das forças produtivas, avanço da ciência e da tecnologia, a desordem se aprofunda. A crise deixa de ser cíclica e passa a ser uma crise estrutural, pois as implicações que surgem abalam toda a lógica de funcionamento e afeta o sistema global econômico e financeiro. Ela passa a ser percebida como estrutural por adquirir novas características, como o fato de ser global e atingir todos os países do mundo, que passam a competir no mercado internacional.

A crise possui elementos autodestrutivos para o modo de produção, mas mesmo num contexto de estagnação da economia, o processo que viabiliza o aumento da dominação permanece ativo. Ou seja, as crises agem como parte da atividade. Ao mesmo tempo, ela cria perspectivas de produção que possibilitam a fluidez do capital.

No capítulo que segue o debate sobre a reestruturação produtiva do capital, como tentativa de recuperação das taxas de lucro ajuda a compreender os rebatimentos desse período de crise para o trabalho e as saídas que essas mudanças representam para o capital continuar se expandindo. Os ajustes espaciais que perpassam a economia brasileira depois da década de 1990, nos levarão a compreensão do processo de realocação das indústrias têxteis e o caso das indústrias que migram para Itabuna. A inserção de Itabuna nesse cenário permitirá compreender as mudanças no interior do trabalho têxtil, no cenário da reestruturação produtiva do capital.

CAPÍTULO II

Foi no contexto da saga do cacau que a cidade de Itabuna despontou, cresceu, tornou-se o centro de uma região rica, caiu do pedestal, e hoje enfrenta problemas sociais os mais diversos, causados pelo desemprego e falta de capital e agora luta para encontrar alternativas.

Lurdes B. Rocha, 2000, p. 64

2. Transformações no capitalismo: neoliberalismo e reestruturação produtiva

O modo de produção capitalista nesses poucos séculos de vigência passou por momentos de grande rentabilidade, seguidos de crises arrasadoras. O sistema do capital hoje está em sua fase madura, nela vivenciamos um nível de avanço das forças produtivas nunca dantes visto na produção de riqueza e ao mesmo tempo a generalização da pobreza pelo mundo.

No início do século XX o mundo passou por duas grandes guerras e uma grande depressão em 1929, tais acontecimentos colocaram em cheque o modo de produção capitalista na condução da humanidade. A pobreza vivenciada pela classe trabalhadora e sua insatisfação fez emergir um contexto de ameaça a manutenção do capitalismo, para conter tais ameaças os Estados passaram a assegurar uma série de medidas de proteção social e direitos trabalhistas a fim de garantir a ordem e paz social, e elevar as taxas de lucratividade. A esse processo deu-se o nome de Estado de Bem-Estar Social. Cabe aqui frisar que esse Estado de bem-estar não foi generalizado por todo o mundo, e atingiu apenas alguns países Europeus e pontualmente os Estados Unidos. Para a periferia do sistema foram alcançados alguns avanços pontuais no que diz respeito a previdência social, saúde, educação e direitos trabalhistas, contudo, sem o pleno emprego, visto como elemento central de Estado de bem-estar.

Os chamados 30 Anos Gloriosos viveu de entre os anos de 1945 e 1975, e foi de grande crescimento econômico dentro do modo de produção capitalista. No final da década de 1960 o capitalismo já dava os primeiros sinais de crise, as taxas de lucratividade começavam a cair, o capital advindo do setor produtivo não (re)investido, posteriormente se soma ao capital proveniente da elevação do preço dos barris de petróleo, dando origem aos petrodólares, cujo maior destino foi para empréstimos aos países Latino-americanos, e que acarretaram no endividamento e na crise da dívida destes países. Outro evento importante a ser destacado é o fim do acordo de Bretton Woods em 1971, de maneira unilateral pelos Estados Unidos, acordo este que estabelecia a conversibilidade do dólar em ouro. O fim do acordo de Bretton Woods teve como rebatimento a elevação das taxas de juros, e, por

consequente o endividamento dos países da América Latina, que anteriormente tinham realizado empréstimos com taxas de juros próximas de zero.

Os eventos que sucederam são de conhecimento geral, as dívidas dos países se tornaram impagáveis, e o rolamento da dívida e de novos empréstimos por meio do Banco Mundial - BM e do Fundo Monetário Internacional – FMI foram realizados sob a condição da instauração das ideias neoliberais na condução dos países. No contexto de endividamento externo e crise interna “o FMI obrigou muitos países a assinar ‘carta de intenções’ nas quais se comprometiam a ampliar a austeridade fiscal e acelerar as privatizações” (CHESNAIS, 2005 p. 65). Ainda segundo este autor foi a ‘dívida do terceiro mundo’ que permitiu a imposição de políticas enérgicas de ajuste estrutural, austeridade fiscal e liberalização comercial (CHESNAIS, 2005).

Sob a égide da dominância do pensamento neoliberal, dar-se a fuga do capital da esfera produtiva para a esfera financeira, e com tal realidade emerge o desemprego estrutural que atinge grande parte da população mundial. Intensificam-se os ataques ao mundo do trabalho, através da implementação de reformas (contrarreformas), que provocam a dilapidação dos direitos trabalhistas, a redução dos políticas sociais, nos setores chaves como saúde, educação e habitação, dar-se a entrada dos capitais estrangeiros por meio da abertura comercial dos países, o que fragilizou ainda mais por meio da concorrência as empresas nacionais, além das privatizações da indústrias de base, enfim, foram inúmeros os rebatimentos dessa nova fase do modo de produção capitalista.

Precisamos aqui pontuar, que a difusão das ideias neoliberais e a instauração da reestruturação produtiva foi posta como uma necessidade e condição para a perpetuação do sistema do capital, dada a realidade da crise que se instaurara em meados da década de 1970, cuja principal característica era a queda da taxa de lucros e a impossibilidade de manutenção dos direitos dos quais gozavam os trabalhadores. Tendo como principais características; “livre mobilidade de capital, intervenção estatal restrita, redução de direitos trabalhistas” (GÉRARD E DUMÉNIL, 2004, p 13). A ideologia neoliberal prega que a intervenção estatal deve ser limitada apenas ao necessário.

Harvey (2005) em seu livro “O neoliberalismo: história e implicações” define que o neoliberalismo propõe em sua teoria, que o bem-estar dos indivíduos pode ser melhor promovido “liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2005, p. 2). Estabelecendo como papel do Estado criar as condições apropriadas para essas práticas, visando à acumulação do capital. Também Basso (2018), afirma a visão da ideologia neoliberal sobre a liberdade e a busca pelo bem-estar. Segundo este autor “para o neoliberalismo, liberdade de mercado, liberdade empresarial, liberdade e bem-estar da sociedade e, portanto, também dos trabalhadores são a mesma coisa” (BASSO, 2018, p. 313).

Para Harvey (2008), assim como para Gérard e Duménil (2004), o neoliberalismo se mostrou ineficiente na elevação das taxas de lucratividade, tal como se davam antes da década de 1970, contudo se mostrou bastante eficiente na restauração do poder de classe e para os países dominantes ao drenar enorme renda do resto do mundo. Nas palavras de Gérard e Duménil:

O neoliberalismo não se configura um modelo de desenvolvimento, vide as taxas de crescimento por todo o mundo. Os objetivos da ordem neoliberal são de uma outra natureza que o desenvolvimento da periferia ou mesmo que a acumulação no centro. Na verdade, sua razão de existir é a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes. (2004, p. 17)

Na crise da década de 1970 as famílias mais ricas perderam parte de sua riqueza pela inflação, riqueza esta que foi reestabelecida com as políticas neoliberais. Outro dado que reforça a rentabilidade do neoliberalismo para as camadas mais poderosas, são os lucros das filiais transnacionais nos países da periferia do sistema que representavam nos anos 2000, 53% dos lucros destas empresas, fenômeno propiciado pelo Estado neoliberal através da abertura dos países ao capital estrangeiro (DUMÉNIL e LEVY, 2004). Também Harvey (2005, p. 14), argumenta nesse sentido, ao afirmar que depois do neoliberalismo a renda dos 1% mais ricos dobrou na Grã-Bretanha e aumentou nesta parcela por todo o mundo. Ainda segundo este autor pode-se;

Interpretar a neoliberalização como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de reestabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. (HARVEY, 2005, p 13)

Ainda que apregoem o livre mercado, e a “liberdade” como elementos centrais das políticas neoliberais, o Estado tem um papel fundamental na sustentação do modo de produção capitalista, sobretudo nos momentos de crise para salvar a economia, resgatar as empresas ou evitar fracassos financeiros. Tudo isso, à custa da degradação ambiental e trabalhista, na qual a desregulamentação, a flexibilização e a exploração tornam-se regras gerais.

No Brasil, o neoliberalismo chega poucos anos após a restauração do governo democrático conquistado a duras penas através da luta e da mobilização da população nas ruas, e que culminou com a elaboração da “Constituição Cidadã” em 1988, constituição esta, considerada muito avançada do ponto de vista da busca pelos princípios que regem os direitos humanos, e da inserção da proteção social como um direito, o Estado neoliberal ganha forma após a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. A diretriz do Estado neoliberal é o livre mercado e a diminuição do Estado social, nesse sentido os ataques a “Constituição Cidadã” começam antes mesmo deste ser implementado na sociedade brasileira.

É por meio do Estado neoliberal, atendendo as necessidades do sistema do capital que se instaura no país a reestruturação produtiva, esta é marcada por uma reorganização das formas de produção, através da adoção de novas tecnologias, e maior controle do trabalho.

A reestruturação produtiva e a adoção do modelo toyotista, surge como alternativa para o fordismo, na medida em que a flexibilização do trabalho e a desregulamentação, propiciam um ambiente favorável para o acúmulo de capital.

2.1 Do Fordismo ao Toyotismo: rebatimentos para o mundo do trabalho

O modelo de produção fordista nasce como um compromisso da burguesia com o proletariado, a fim de reduzir a insatisfação da classe trabalhadora, e ameaça

ao sistema do capital no pós-guerra, inseri-los como consumidores ativos e reduzir a situação de pobreza da classe trabalhadora. No interior das empresas o modelo fordista tinha como principal característica a fixação dos trabalhadores em uma única função no processo de trabalho, visando o melhor aproveitamento do tempo e com isso uma produção mais acelerada e lucrativa.

Essa consolidação da dominação do capital sobre o processo de trabalho vai permitir a intensificação da exploração da força de trabalho operária. A parcialização do trabalho operário permite aumentar a destreza de cada operário, sua habilidade na execução de alguns gestos elementares, mas também reduz o tempo morto; em resumo, aumenta a intensidade do trabalho. Quanto à mecanização fordista do trabalho, acentua também esses efeitos, mas seu objetivo específico é aumentar a produtividade do trabalho operário propriamente dito. (BIHR, 1998, p. 40)

Contudo, a intensificação progressiva do trabalho promovida pelo avanço das forças produtivas controladas pelos gestores ao longo de anos, levaram os trabalhadores novamente a questionar a exploração que viviam, uma vez que os aumentos dos salários não acompanhavam a intensificação do trabalho. Emerge já na década de 1970 e 1980 os movimentos de contestação e as greves dos trabalhadores, que buscavam melhores condições salariais.

O compromisso fordista arrefeceu por anos a luta da classe trabalhadora, ainda que a tenha eliminado, esse compromisso ou pacto é visto por Bihir (1998), como a renúncia do proletariado a sua “aventura histórica” em troca da obtenção da seguridade social. No entanto, “o compromisso fordista só poderia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental que ele tornaria possível fosse viável” (BIHR, 1998, p. 39), esgotamento que se deu com a crise estrutural que se iniciou na década de 1970.

[...] as ondas de insatisfação ampliaram-se praticamente a todo o mundo, numa escala sem precedentes. Esse conjunto de contestações, reforçando-se reciprocamente, constituiu a motivação profunda da grande crise econômica mundial iniciada em 1974, que se apresentou como uma crise do taylorismo. (BERNARDO, 2004, p. 79)

No Japão, o pós-guerra deixou marcas irreversíveis, e para se reestabelecer economicamente, uma nova modalidade produtiva ganha destaque no cenário mundial. O modelo Fordista/Taylorista foi perdendo espaço, apesar de não ser abandonado totalmente, já que em muitos países as características principais do fordismo continuam sendo utilizadas nas linhas de montagem, como o trabalho repetitivo e intensivo. Segundo Menezes (2007, p. 47-48)

A “reestruturação produtiva”, como assim é chamada, representa, desta forma, a construção política, ideológica e produtiva de um terreno de lucratividade mais fértil e tem como principais fenômenos: o neoliberalismo; a privatização das funções sociais e produtivas do Estado; desregulamentação da legislação trabalhista e a consequente perda dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores; e o “Toyotismo”, que representa o conjunto de característica que visa a intensificação da extração do mais-trabalho pela inserção de novas técnicas gerenciais na organização do trabalho e pela inserção da lógica técnico-científica na produção (a flexibilização do trabalho).

A estagnação da economia faz com que durante a década de 1970, o Fordismo fosse fortemente abalado, resultado em mais uma crise cíclica de superprodução, conforme discutido no capítulo anterior.

A baixa demanda comercial diante das crises estimula uma forte competitividade entre as empresas. No Japão com o objetivo de transformar a economia que sofria os impactos da Segunda Guerra, as empresas adotam o sistema Toyota como referência de produção, para atender as necessidades de acumulação do capital e reestabelecer a elevação das taxas de lucro. Inicia-se nos países orientais, mas em seguida muitos outros países se apropriam das mesmas técnicas, que estão pautadas no trabalho flexível, e em políticas neoliberais, o Estado vai atuar de forma menos ativa, propiciando consequências devastadoras para o cenário social.

Consideramos toyotismo o que pode ser tomado como mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital. Ela é

adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro, ajusta-se à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária. Os princípios organizacionais do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos 80, a serem adotados por várias corporações transnacionais dos EUA, na Europa e na Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços). (ALVES, 2005 p.32)

Dada a impossibilidade de manutenção do compromisso/pacto fordista, a crise de superprodução e subconsumo e o reacender da chama da luta do proletariado o Toyotismo emerge com um dupla função, rearranjar a forma de produzir, na dimensão das novas tecnologias, controle de qualidade, produção sob demanda, e exploração do componente intelectual do trabalhador, e por outro lado a fragilização dos sindicatos, via cooptação dos líderes, por meio do uso da força de trabalho terceirizada, via negociação individual em detrimento da coletiva. A luz de Bernardo (2004, p. 80)

O toyotismo resultou desta dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas, de que era necessário explorar a componente intelectual do trabalho e que era necessário fragmentar ou mesmo dispersar os trabalhadores.

Outra grande sacada presente do modelo toyotista era o estabelecimento da vigilância de uns trabalhadores sobre os outros, através dos grupos de trabalho. “O taylorismo separava produção de controle, item que o toyotismo une, colocando um grupo de trabalhadores vigiando uns aos outros, fazendo reduzir o nível de absenteísmo e a sabotagem” (BERNARDO, 2004, p. 85).

A Luz de Giovanni Alves (2000), em seu livro “O novo (e precário) mundo do trabalho” O objetivo da reestruturação produtiva no Brasil é instaurar de forma sistêmica a acumulação flexível, o autor ressalta a descentralização produtiva, caracterizada pelo processo de terceirização e pela deslocalização industrial, promoveu a disrupção do mundo do trabalho, buscando fragilizar os sindicatos e obter mais lucros com mão de obra mais barata (ALVES, 2000, p. 202).

Outra alteração do toyotismo em relação ao fordismo diz respeito a fragmentação e a dispersão dos trabalhadores. “A fragmentação do taylorismo ocorria na organização do trabalho sem se verificar no plano físico, enquanto o toyotismo passou a fragmentar mesmo fisicamente a força de trabalho” (BERNARDO, 2004, p. 110). Emerge o trabalho domiciliar, a terceirização, as subcontratações, o trabalho parcial, o teletrabalho. “Em suma, mais do que desemprego, são a fragmentação da força de trabalho e a precarização do assalariamento que caracterizam atualmente a situação de grande parte da classe trabalhadora” (BERNARDO, 2004, p. 123).

O capital como sociometabolismo é voraz em seu âmago, pois é, em suma, ampliação da valorização do valor, seja com mais espaços (destruição da natureza), seja com a subordinação das mais distintas formas de trabalho à lei do valor. A ampliação do capital, perpassa mais uma vez pelos princípios da flexibilidade, porém nesta nova fase, com outras especificidades, ligadas as novas formas de gestão do trabalho. De acordo com Alves, (1998). “O novo método de gestão da produção, impulsionando, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo”. É importante destacar, que o sistema de produção Toyota tem êxito em função da necessidade de ressurgimento do capital, diante da crise de superprodução e a busca por novos ganhos. Como afirma Giovanni Alves,

Tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da “produção enxuta” – continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e o fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria. Por outro lado, cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar – e dar uma nova qualidade – a subsunção real do trabalho ao capital inscrita na nova forma material do capitalismo da Terceira Revolução Científica e Tecnológica. (ALVES, 2005 p.32)

A mudança na organização capitalista de produção, além de derivar do avanço técnico-científico, que amplia o desemprego estrutural em virtude da necessidade mínima de trabalhadores, enquanto as máquinas operam, também recebe o apoio político em diversos países, que torna ainda mais viável a implementação de ideias que coagem o trabalhador a trabalhar por mais tempo e receber baixas remunerações, que não condizem com o necessário para a sua reprodução social, muitos problemas surgem com as novas exigências da polivalência, ou referente ao ritmo de trabalho.

A ascensão de políticas neoliberais, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, a de Reagan, nos EUA, promoveram a desregulamentação da concorrência e a liberação comercial, além de adotarem políticas anti-sindicais, impulsionando, deste modo, novos patamares de flexibilidade e contribuindo, para instaurar um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado (o que implica considerar, portanto, a reestruturação produtiva enquanto acumulação flexível, antes de tudo, um resultado sócio-histórico da luta de classes, que atingiu seu ponto decisivo, nos países capitalistas centrais, na primeira conjuntura da crise - 1973/79 - ou ainda um pouco antes, a partir de 1968 (ALVES, 1998, p. 13)

A crise estrutural do capital traz uma nova configuração à lógica produtiva, muitas empresas se apropriam dessa realidade em busca do acúmulo de capital, onde há um controle dos trabalhadores em vários sentidos e âmbitos. A luta da classe trabalhadora se fragiliza através da perda dos referenciais de socialização e coletividade nos espaços sindicais e grevistas, que é parte do processo de desmonte do aparato social e dissemina a ideologia neoliberal como universal: cada um por si em uma competição entre indivíduos cada vez mais individualizados.

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismos e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades "pós-industriais" estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital "liberal". (MÉSZÁROS, 2011 p.69).

Enquanto os países do centro capitalista assumem os centros de tecnologia e gestão, os países da chamada periferia (e aqui, inclui-se o contexto brasileiro) são abarcados pela determinação histórica de posição subalterna na dinâmica imperialista do capital. Todavia, a precarização como condição universal possui rebatimentos em ambos os polos do desenvolvimento desigual e combinado.

Desse modo, a situação de declínio e insegurança por parte das trabalhadoras e trabalhadores, se alastra cada vez mais em conjunto com a desigualdade socioespacial. A reestruturação produtiva metamorfoseia o trabalho industrial e fragmenta a classe trabalhadora, em processo que Antunes (1996) e Alves (1999) intitulam subproletarização ou disseminação dos subempregos caracterizados pela terceirização generalizada

O novo complexo de reestruturação produtiva é conduzido pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, os verdadeiros “agentes” do capital em processo. Ele expressa a perpétua sublevação e a interminável incerteza e agitação do “sujeito” da modernização capitalista: o capital. O capital não pode substituir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. (ALVES, 1998, p. 16)

O conflito capital/trabalho, ganha uma nova proporção, dentro da nova lógica dominante de acumulação. Em Marx (1893), trata-se da “subsunção formal” do trabalhador, sua inserção é tão profunda que lhe causa estranhamento e afeta a subjetividade do sujeito, até mesmo a apropriação intelectual. “O valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital.” (ALVES, 1998). A luta do movimento operário e dos excluídos socialmente, se torna ainda mais complexa, na medida em que o processo de alienação é por conta da desintegração causada nos grupos de luta, essa fragilização dos sindicatos ocorrem a partir de medidas que fragilizam as leis trabalhistas.

No Brasil, vivemos momentos bastante ilustrativos dos resultados deste tipo de concepção, basta observar os últimos 2 anos da era

neoliberal aqui gerenciada por personificações do capital dos mais variados espectros ideológicos e alianças partidárias – esquerda, direita, centro – no interior do Estado. Mesmo os que se apresentam como representantes dos trabalhadores e contaram com um corpo de intelectuais, administradores e sindicalistas experimentados da “esquerda”, em nada modificaram a atuação do Estado. Ao invés de “refuncionalizar” o Estado voltando-o para uma atuação popular e social, foram cooptados pela lógica reprodutiva do capital e suas exigências acumulativas a qualquer preço. (PANIAGO, 2012 p.61).

As expressões da precarização são inúmeras, e em relação ao Brasil, deve-se considerar seu caráter genético à própria formação territorial e conformação das bases escravagistas, que não são rompidas com a Abolição em 1888. Um século depois, a Constituição de 1988 em seu aparato jurídico que aponta para a defesa do ‘bem-estar’ como ‘condição de todo cidadão brasileiro’ é invalidada através da efetivação do Neoliberalismo.

A ideologia neoliberal e da reestruturação produtiva, via modelo toyotista buscam a captura da subjetividade do trabalhador, para tanto a disseminação do individualismo, com sua responsabilização individual pelo fracasso e sucesso no mundo, a concorrência de um contra todos, e a cultura de massa, serve para desmobilizar as práticas de coletividade, e pôr fim aos movimentos que contestam as contradições do modo de produção capitalista.

Da perspectiva do mundo do trabalho, o objetivo é constituir um verdadeiro obstáculo a elaboração da consciência de classe, na medida em que pulveriza o coletivo do trabalho. É por isso que a terceirização é uma das inovações produtivas mais temidas pelo sindicalismo no Brasil. (ALVES, 2000, p. 204)

A reestruturação produtiva no Brasil e os rebatimentos para a classe trabalhadora ganha um impulso maior a partir de 1994 com;

A adoção da automação microeletrônica nos polos industriais mais desenvolvidos. Ocorrem importantes mudanças na base técnica industrial, com a intensa da automação industrial e informática. Dá-

se um a irrupção da flexibilização do contrato de trabalho, cujo desdobramento legal é a Lei do Contrato Temporário de Trabalho, promulgada pelo governo Cardoso em 1998. (ALVES, 2000, p. 201)

No período de maiores implantações das indústrias no Nordeste, apesar da ampliação dos números de vagas de trabalho, fruto da intensificação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a necessidade dos trabalhadores se encaixarem no perfil exigido, aumenta a competitividade, portanto, Francisco de Oliveira traz a atuação das políticas neoliberais e os impactos para os trabalhadores;

A imensa oferta de mão-de-obra, ela mesma amplificada pelo processo de industrialização, pressiona para baixo os salários reais. De outro lado, a matriz técnica da nova industrialização des-especializa: o processo de trabalho é o da montagem. Além disso, as condições concretas do mercado de trabalho põem em marcha hierarquização e segmentação, e de par, uma forte concorrência entre os trabalhadores, seja a partir das determinações de idade – a mão-de-obra nova expulsando a velha -, de sexo – a entrada da mulher na força de trabalho-, e um complexo processo em que o trabalho não-social – o doméstico, por exemplo – serve de sustentação de parte dos custos de reprodução da força de trabalho. (OLIVEIRA 2003, p.68-69).

Contudo, fica evidente que a reorganização do trabalho com o Toyotismo mantém características do Fordismo, a flexibilização na produção com o colapso da economia em 1970, não elimina totalmente o Fordismo, há alterações nas formas de gestão, para o barateamento da produção, além do controle do trabalhador que antes já havia, mas que permanece com outras determinações, porém com os mesmos objetivos. Muitas empresas ainda adotam linhas de montagem, fornecem alimentação, segurança e transporte, em contrapartida, o controle dos horários de chegada/saída, tempo de alimentação, tempo de produção contínua garantido, podendo-se exigir cada vez mais dos funcionários.

No processo de acumulação flexível, o trabalhador é denominado “colaborador”, e suas funções são múltiplas e ilimitadas, todo o trabalho gira em torno da produtividade, desta forma, há a sobrecarga dos trabalhadores, que são recompensados com valores ínfimos ou títulos referentes à sua competência e

disponibilidade, de acordo com as avaliações praticadas pelos gestores que comandam as empresas.

A terceirização, também, outra característica particular da atual fase do capitalismo, exime o capitalista das responsabilidades com custos e outros riscos, e inclui o trabalhador no processo sem acesso à vários amparos legais, pois muitos contratos são temporários, e gera uma grande rotatividade de grupos de trabalhadores, que se submetem à trabalhos insalubres, por conta da existência de um enorme exército industrial de reserva.

Para entendermos a inserção do município de Itabuna na Bahia na lógica de modernização do sistema mundo, é preciso compreendermos também a formação econômica do município, as características e determinações que tornam o Sul da Bahia território estratégico de acordos receituários, advindos de organizações multilaterais que buscam maiores rentabilidades e retrocedem nos ganhos sociais guiados pelas condutas neoliberais.

2.1 A economia de Itabuna/Ba a partir da monocultura cacaeira e as novas formas de acumulação

Mapa 2 Itabuna e Municípios Limítrofes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração Gilberto Alves de Oliveira Júnior. 2008

De acordo com a regionalização utilizada pelo IBGE, o município de Itabuna está situado na microrregião Ilhéus-Itabuna, composta por 41 municípios compreendendo uma área de aproximadamente 21.308 km². Essa microrregião está localizada na mesorregião Sul do estado da Bahia. Itabuna possui uma população estimada em aproximadamente 213 mil habitantes, com densidade demográfica de 473,50 hab/km² (a maior entre as cidades médias do estado). O município ocupa uma área de 443,19 km², envolta de municípios com baixa expressão populacional, uma média de 30 mil habitantes, com exceção de Ilhéus que possui uma população de 159 mil habitantes.

Itabuna limita-se ao leste com o município de Ilhéus, ao sul com Buerarema e Jussari, ao norte com Itajuípe e Barro Preto, e a oeste com Ibicaraí e Itapé. No interior do seu território localiza-se o encontro de duas rodovias importantes no

sistema rodoviário de transportes do estado da Bahia, sendo, portanto, um relevante eixo de articulação e de centralização de fluxos. Por essas rodovias, Itabuna interliga-se ao norte com Feira de Santana e Salvador (cidade da qual dista 429 Km) e ao sul com Eunápolis, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e o estado do Espírito Santo pela BR-101, e à oeste com Itapetinga (a 130 Km), Vitória da Conquista (a 240 Km) e região Sudoeste do estado e à leste com Ilhéus pela BR-415, Oliveira, (2008).

Segundo o IBGE, em 2019 a média salarial do pessoal ocupado era de 2,2 salários, com uma totalidade de 46,529 mil trabalhadores formais, representando um percentual de 21,8% da população. Em 2010, segundo o IBGE, 39% das pessoas recebiam uma média de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,712. Com taxa de escolarização de 96,6% entre a faixa etária de 6 aos 14 anos.

A cidade de Itabuna é caracterizada por uma população majoritariamente urbana com cerca de 97,02 de sua população vivendo na zona urbana, onde apresenta uma densidade demográfica de 3000 hab/km². Por apresentar uma pequena área urbana com uma expressiva densidade demográfica, a paisagem urbana de Itabuna é caracterizada pela proximidade entre as periferias da cidade com o centro tradicional, evidenciando uma clara desigualdade social. Como afirma Oliveira, (2008), esse fato se intensificou ainda mais com a crise da monocultura do cacau, que extinguiu milhares de postos de trabalho, o que forçou a migração em massa para as cidades. Dessa forma, para entendermos a produção do espaço em Itabuna, se faz necessário um resgate dos processos histórico, econômico e social.

2.2 Formação territorial e econômica da região Sul da Bahia

Em proporções pequenas e com baixa expressividade econômica, a produção do cacau no Brasil, data desde o início da colonização, sendo cultivado inicialmente na Amazônia onde se estabeleceu como a principal fonte de riqueza do vale amazônico no período colonial. Entretanto, de acordo com Souza (2011) com o crescimento do consumo de chocolate pelos Estados Unidos e Europa, o cacau passa a figurar como um dos principais produtos agroexportadores do país,

tendo seu principal local produtivo transferido da Amazônia para o Sul da Bahia. Com uma demanda expressiva, e com o declínio da produção de açúcar na Bahia, por volta de 1770 a coroa portuguesa incentivou os fazendeiros da comarca de São Jorge (atualmente cidade de Ilhéus-BA) a produzirem cacau como uma alternativa à dependência do comércio de açúcar, e por ter um mercado consumidor que garantiria o escoamento da produção.

No século XVIII, jesuítas, autoridades coloniais e imigrantes europeus introduziram a cultura do cacau, iniciando assim pequenos plantios para testar a sua viabilidade econômica. Já nas seis primeiras décadas do século XIX, seu cultivo cresceu muito e, em torno de 1870, emergiu como o mais importante produto de exportação do Estado da Bahia, colocando o Brasil como o segundo maior produtor do mundo (MAHONY, 2007, *apud.* SOUZA, 2011 p. 39).

De forma paulatina, o cacau vai ganhando destaque econômico e o Sul da Bahia torna-se responsável por mais de 90% da produção nacional, se estabelecendo como o segundo maior produtor mundial. Para a Bahia, isso significava uma excelente alternativa para superar a crise na produção de açúcar, uma vez que no século XIX, 20% da renda pública baiana derivava de um imposto cobrado pela exportação do cacau.

A Bahia conhecerá então mais uma fase de bem-estar e progresso, depois do longo período de estagnação e decadência que se vinha estendendo desde princípios do século passado, de não dantes. O ciclo do açúcar que no século XVIII a elevara a culminâncias – Salvador, a capital, fora então uma das principais cidades da América -, encerra-se por completo no século XIX. O cacau lhe proporcionará, depois de tão longa espera, uma nova perspectiva; e como dantes se vivera da exportação do açúcar, agora se vivera do cacau. Para se verificar o significa este gênero na economia baiana, basta lembrar que mais de 20% das rendas públicas do Estado provinha, em princípios do século atual, de um imposto sobre a exportação do produto (PRADO, Júnior, 1963, p. 248).

De acordo com Souza (2011), a ascensão da exportação do cacau no final do século XIX e início do século XX, atraiu capital nacional e estrangeiro, que se apropriavam das cidades por meio da implementação das casas exportadoras, que eram responsáveis pela intermediação da compra e venda do cacau, além de outros negócios que giravam em torno da monocultura em ascensão, como por

exemplo, o financiamento de instalações das propriedades. Dessa forma, as casas exportadoras desempenhavam papel importante na atividade cacauceira, atuando desde o processo de produção por meio de empréstimos aos produtores para custos com instalações, até o processo de comercialização. Vale ressaltar que a territorialização de capital estrangeiro ampliou o lucro em torno da exploração da comercialização do cacau para benefício de latifundiários e empresários, mas em nada alterava as condições do trabalhador, que permanecia vivendo uma vida miserável mesmo com o aumento produtivo e com altas taxas de lucros.

É interessante observar como a atuação dessas casas exportadoras, ao mesmo tempo em que acumulava lucros a partir da acumulação de capitais pela compra e venda do cacau, por outro lado, representava o fortalecimento da concentração de terras nas mãos dos Coronéis do cacau, ao passo que significava também, a degradação de grande parte da produção camponesa. Segundo Falcón (2010), a atuação das casas exportadora significava para o pequeno produtor o ponto terminal de suas atividades, para o autor, os exportadores desempenhavam um papel singular neste processo. Os comerciantes atuavam como verdadeiras casas bancárias, financiando a instalação das propriedades, mecanismo que lhe assegurava o controle das safras e a garantia de posição privilegiada no comércio de exportação". Neste sentido, o capital comercial assegurava o controle da produção, através de empréstimos ao passo que garantia a submissão financeira dos produtores. O que significava a transformação da renda camponesa em renda mercantil. (SOUZA, 2011, p.42)

Nessa primeira fase do ciclo da exportação do cacau, que compreende o período de 1890 a 1931, percebemos que o Estado pouco atuou em benefício da manocultura cacauceira, sendo as casas exportadoras o principal elo entre os produtores e o mercado internacional, assumindo dessa forma o controle da exportação e em muitos momentos investindo também no processo produtivo, como forma de garantir a expropriação máxima dos trabalhadores, por meio da submissão financeira.

Com o avanço da participação do cacau na balança comercial, chegando em 1930 a representar 80% das exportações da Bahia, e figurar como o terceiro maior produto das exportações brasileiras, o Estado passa a elaborar políticas públicas com o objetivo, não apenas de atender a economia local, mas principalmente de cumprir com as exigências do sistema do capital, até então em crise. Dessa forma,

a partir de 1930 o Estado começa a atuar de forma mais efetiva na monocultura cacauera, investindo em infraestrutura, políticas de créditos, e elaboração de pacotes tecnológicos, como afirma Souza (2011)

O Estado, a partir dos anos 1930, assumiu medidas e ações para garantir as bases do aumento da produtividade, primeiro, com as estruturas físicas e incentivos para empréstimos e políticas de créditos e posteriormente por políticas modernizantes que seriam responsáveis pela elaboração de pacotes tecnológicos a partir dos órgãos institucionais e seus centros de pesquisas; a exemplo, o Instituto de Cacau da Bahia (ICB) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). A elaboração de políticas estatais através de Institutos, Cooperativas, Centros de Pesquisas, entre outros, eram definidoras para aumentar a produtividade no momento de crise do capital. (SOUZA, 2011, 37)

Inicialmente o Estado passa a investir em infraestrutura, no que diz respeito ao escoamento da produção, dessa forma cria duas rodovias, uma que liga Ilhéus a Vitória da Conquista, garantindo dessa forma o escoamento da produção para as regiões Sul e Sudeste, e uma segunda rodovia Ilhéus-Itabuna que proporcionou uma conexão eficiente entre as duas principais produtoras do cacau. Segundo Souza (2011), a ação do Estado de forma mais efetiva se verifica a partir de 1931, motivado pelo efeito da crise da Bolsa de Valores em Nova York, que provocou uma crise nas exportações do cacau, provocando endividamento dos produtores, uma vez que a demanda diminuiu e o preço do cacau baixou no mercado internacional.

Assim, a Elite agrária, intercedeu ao presidente Getúlio Vargas, que por meio do Decreto n. 7.430 criou o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), que tinha como objetivo a defesa da classe produtora do cacau, por meio de política de créditos para sanar as dívidas dos produtores, e a inserção de pacotes tecnológicos e pesquisas. Entretanto, o ICB, nunca atingiu as metas do programa inicial, e provocou uma maior concentração de terras, uma vez que havia uma diversidade de produtores, com condições diferenciadas, como afirma Souza (2011)

Haviam vários problemas inerentes ao programa. O primeiro era que entre os cacaucultores existiam grupos diferenciados com interesses distintos: a elite, composta por produtores muito ricos,

que também tinham investimentos em comércio; e por um grupo de comerciantes com investimentos em cacau; um grupo de produtores de médio porte que também comercializava o cacau; e um grupo de pequenos produtores sem investimentos em comércio, porém cujos filhos e irmãos complementavam a renda familiar trabalhando para outros produtores. O programa que objetivava “proteger os produtores da ação dos exportadores”, contraditoriamente, excluía os pequenos produtores, já que foi determinada pelo Instituto apenas a participação de proprietários que possuíssem o título legal de suas terras. A maioria desses pequenos produtores que se encontrava endividados não pôde receber créditos e nem foi possível sanar as dívidas, contribuindo, portanto, com a exclusão dos pequenos produtores das políticas de créditos ao tempo em que provocava a concentração fundiária na região. (SOUZA, 2011, p. 47)

Dessa forma, verifica-se que a ação do Estado está voltada para atender aos interesses da elite, uma vez que favorece o acúmulo de capital por meio da melhoria da produção e da circulação do produto, e cria barreiras para que o pequeno produtor tenha acesso às linhas de crédito, dificultado dessa forma, sua sobrevivência. Para Souza (2011) a política implementada pelo Estado representa diretamente a garantia da atuação e apropriação do espaço pelo capital, garantindo renda para os proprietários fundiários e lucro para as empresas capitalistas, que passaram a atuar a partir de então.

A criação de órgãos executivos em nível federal, capazes de atuarem nos focos de possibilidades para o chamado “desenvolvimento”, entra em ação. O Estado brasileiro cria na região Nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - (SUDENE), conciliando interesses de grupos clientelistas e oligárquicos e conseqüentemente dando suporte para a corrida expansionista do capital. O mesmo ocorrerá com a implementação da – Comissão Executiva do Plano da Lavoura de Cacau CEPLAC, no Sul da Bahia, que servirá de apoio tecnológico para a expansão da lavoura cacaueira, sendo este o principal órgão de desenvolvimento regional. (SOUZA, 2011, p. 49)

Por meio do ICB o Estado passa a atuar na produção do cacau de forma mais incisiva, promovendo a melhoria técnica da lavoura, atuando como entidade financeira, e investindo na instalação de infraestrutura viária. A criação do ICB inicialmente tem como objetivo prestar um socorro emergencial aos produtores afetados pela crise econômica, que por meio de empréstimos oferecidos a longos

prazos e juros baixos, puderam investir na compra de maquinário, implementos e insumos.

Vale ressaltar, que a política de crédito possibilitou que os produtores quitassem suas dívidas com as entidades bancárias e com as casas exportadoras, evitando dessa forma a perda de suas propriedades para os credores. Para além da oferta de créditos, o ICB também tinha como objetivo estimular e desenvolver pesquisas que melhorassem a produção e a produtividade; participação na comercialização; desenvolvimento de meios de transportes; combater os baixos preços do produto e permitir as vendas nos momentos de alta, com melhor remuneração aos produtores, dentre outros. (SOUZA, 2011, p.53)

Por meio dessas políticas, é evidente que o Estado assume um papel importante na defesa dos interesses da elite capitalista e detentora dos meios de produção, oferecendo condições para que os produtores mantivessem seu ritmo de acumulação. De acordo com Souza (2011) em meados das décadas de 1970 e 1980, boa parte das indústrias que atuavam em Salvador passam a se estabelecer nas cidades de Itabuna e Ilhéus, em virtude da ascensão da produção do cacau, que passa a figurar como um dos maiores parques industriais de processamento de cacau da América Latina, sendo composto por empresas como: Joanes Industrial S.A, Barry Callebout, Cargill Cacau, Atlântico Óleos da Bahia Ltda e a Barreto de Araújo.

De acordo com Oliveira (2008) a região cacauzeira da Bahia passa por um elevado crescimento na década de 1970 e 1980, isso se deve principalmente ao alto investimento na modernização tecnológica vivida pelo setor, que se traduziu no aumento da produtividade da terra e do trabalho, associado a isso, nesse período, o valor do cacau no mercado externo estava a preços elevados, o que garantiu uma alta lucratividade. No que se refere a modernização tecnológica do setor, Gaspareto; Silva; Tourinho (1988) afirmam que de fato houve um investimento massivo de capital e de novas tecnologias, mas que a adubação foi a principal responsável pela elevação da produtividade. Nesse período, as áreas adubadas aumentaram a produtividade em 209%, e a produção de cacau na Bahia passou de 158 mil toneladas para 302 mil. Ampliando sua relevância econômica de regional/estadual para nacional, ao gerar divisas de US\$ 1 bilhão por ano ao país.

O crescimento vertiginoso da produção e exportação do cacau não provocou mudanças significativas no desenvolvimento social, esse tese é defendida por

Gaspareto; Silva; Tourinho (1988), que afirma que por mais que a região do cacau tenha vivenciado um alto desenvolvimento econômico, isso não significava dizer que a população teve acesso à riqueza produzida, o que denota uma clara concentração de riquezas, e a incapacidade de pensar políticas que atuem na melhoria dos níveis educacionais, de saúde, moradia e lazer.

Está-se imputando a não correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento social a duas ordens de fatores: na primeira, tem-se a sangria permanente da riqueza gerada na região; e, na segunda, ao fato de que, embora a produção da mesma se dê socialmente, a apropriação se dá privadamente. Há ainda que se lembrar que ao capitalista, enquanto personificação do capital, interessa o lucro, a acumulação de capital, e não necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos assalariados. (GASPARETO; SILVA; TOURINHO, 1988, p. 77)

No decorrer da década de 1980, o setor cacauero começa a apresentar uma baixa na produção, e com isso, uma queda na lucratividade. Essa crise produtiva é motivada por alguns fatores internos, como a dizimação do cacau pelo vírus denominado crinipelles pernicioso, conhecido popularmente como “vassoura-de-bruxa”, tal vírus afetava o cacauero e destruía todo o fruto, além de provocar o escurecimento da planta quase que por completo. A propagação do vírus provocou uma queda significativa na produção e qualidade do cacau no Sul da Bahia, gerando o endividamento dos produtores, e a desestruturação econômica. Além da vassoura-de-bruxa, fatores externos também foram responsáveis pela crise econômica cacauera, como a ampliação de novas áreas produtoras de cacau no continente africano (Costa do Marfim e Gana principalmente), o que provocou uma super oferta para pouca demanda do produto, diminuindo dessa forma o preço do cacau no mercado internacional, provocando uma grande crise na região, uma vez que a monocultura do cacau se constituía como a principal atividade econômica.

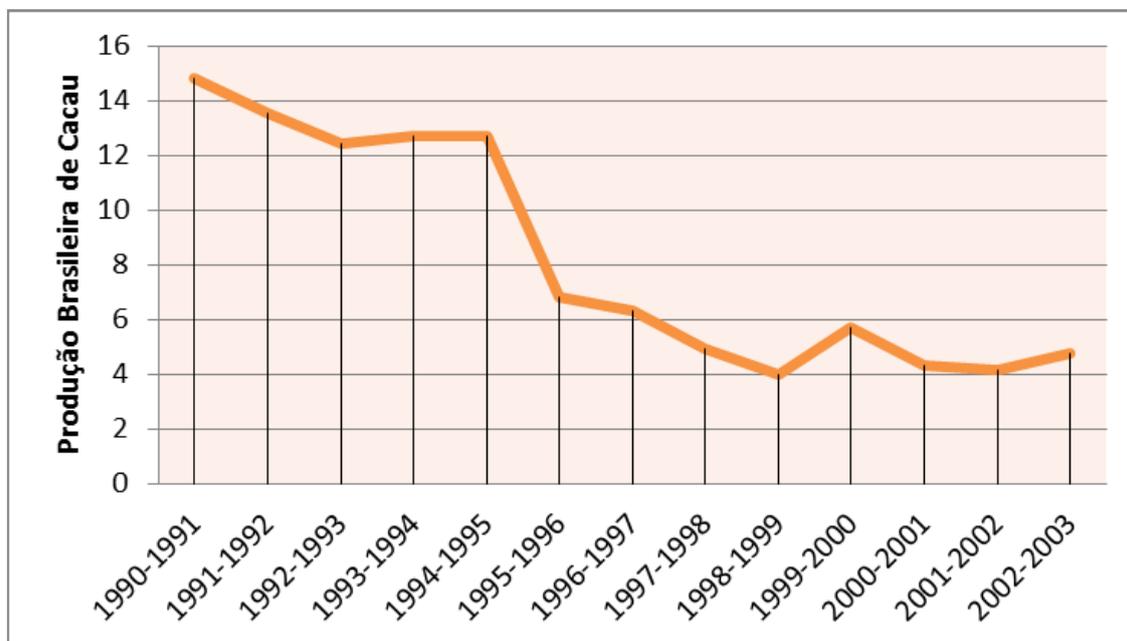
A economia do Brasil historicamente sempre esteve atrelada às necessidades do mercado externo. A economia do cacau no Sul da Bahia é um

exemplo de como uma estrutura econômica alicerçada apenas em um único produto, e submisso exclusivamente ao mercado externo, pode provocar prejuízos irreparáveis, uma vez que essa dependência torna a economia extremamente vulnerável às oscilações externas. A expansão de áreas produtoras de cacau se soma à crise produtiva provocada pelo vírus vassoura-de-bruxa, e a produção começa a cair paulatinamente, e a capacidade competitiva no mercado mundial passa a ser desvantajoso, uma vez que os demais países produtores não enfrentavam o vírus vassoura-de-bruxa, que desvalorizava a qualidade do fruto do cacau e não exigia tantos recursos.

Figura 3 Cacau saudável e cacau infectado



Fonte: SOUZA, Andressa Araújo. 2021

Gráfico 1 Produção Brasileira de Cacau na Produção Mundial.

Fonte: CEPLAC, CEPEC, SESOE. Adaptação: SOUZA, Dayse Maria.

A busca por soluções de recuperação da economia do cacau, não trouxe resultados satisfatórios do ponto de vista econômico. A baixa na produção chegou ao ponto de a região passar de exportadora para importadora em 1996, como afirma Oliveira (2008), o que denota uma baixa produtividade e uma baixa rentabilidade dos produtores. A elite empreendedora local, agora procura redirecionar seus investimentos para outros cultivos agrícola, bem como para investimento no setor urbano.

No que se refere ao desenvolvimento de outros cultivos agrícolas, Oliveira (2008) elucida a relação do cacau com o meio ambiente, sendo marcada pela necessidade de manter o manto florístico, para que as árvores de grande porte, provoque sombreamento sobre o cacau, e assim, possa crescer e gerar seus frutos, uma vez que o mesmo é sensível à alta insolação. Entretanto, com o desenvolvimento de outras atividades agrícolas, como o café conilon, pupunha e a pecuária de corte, verifica-se um intenso processo de desmatamento.

Para além de um prejuízo ambiental, a crise do cacau provocou um elevado número de desemprego, fomentando o êxodo rural para os centros urbanos, principalmente Ilhéus e Itabuna, que por serem os maiores centros urbanos da região, recebeu esse exército de mão-de-obra, que se alocou nas áreas mais periféricas das cidades, se submetendo às mais precárias condições de vida. Segundo Oliveira (2008), estima-se que o contingente de pessoas que migraram em decorrência da crise do cacau está na ordem de 200 a 300 mil pessoas. Isso denota uma característica do uso do trabalho manual pela monocultura do cacau, que carece da utilização de um número significativo de trabalhadores, diferentemente de outros cultivos como o milho e a soja, por exemplo, que tem quase que todas as etapas da produção executadas por máquinas cada vez mais modernas, dispensando dessa forma, a mão-de-obra humana.

Portanto, o desemprego e o processo migratório decorrente apresentam íntima relação com a reafirmação das estruturas urbanas e dos conteúdos sociais das parcelas do tecido urbano, aprofundando o processo de periferização nos principais centros urbanos da região com a ausência de infra-estruturas, muitas vezes básicas. Isso, contudo, não significa a existência de excelentes condições de vida para os trabalhadores do campo. Muitas das fazendas, inclusive, sequer possuíam escolas, o que se revela em baixos graus de instrução dos trabalhadores e em extrema desigualdade social, apresentados também em outros indicadores da reprodução da classe trabalhadora. (OLIVEIRA, 2008, p. 162)

Como apresentado anteriormente, o Estado passa a atuar na monocultura cacauzeira de forma mais efetiva a partir da segunda metade do século XX, tendo como foco a superação de crises por meio de políticas públicas voltadas para favorecer a acumulação do capital globalmente articulado. Tais políticas atraíram as indústrias de processamento do cacau na região a partir da década de 1960, atendendo dessa forma ao novo modelo de reprodução capitalista no Brasil. Com a crise do cacau vivida na década de 1980, o Estado irá intervir mais uma vez na economia cacauzeira, por meio de uma série de políticas que visa atender às necessidades das empresas multinacionais e com toda a cadeia produtiva do cacau.

Segundo Oliveira (2011), o foco das políticas do Estado para superação da crise estava na recuperação produtiva do cacau, que por meio de pesquisas

orientadas pela CEPLAC, buscava-se o melhoramento genético do cacau, afim de combater a vassoura-de-bruxa. Ao mesmo tempo, tais políticas visavam uma promoção da diversidade agroindustrial, inserido na região o desenvolvimento de novas culturas.

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB) foi a primeira intervenção do Estado na superação da crise do cacau em 1995. O programa visava beneficiar os produtores de cacau afetados pelo vírus vassoura-de-bruxa, por meio do acesso facilitado aos recursos financeiros para o combate à doença e ao manejo da cultura. O projeto contava com um orçamento de R\$367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais) e para participar, o produtor precisa ter uma renda anual de no mínimo R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais). A CEPLAC e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) foram as responsáveis pelo projeto e pela assistência técnica aos produtores. Para além da linha de crédito, o Estado investiu em diversas pesquisas para o combate ao vírus crinipelles pernicioso, com convênio com a (Universidade de São Paulo – USP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade de Wisconsin, Maryland, Flórida e Pensilvânia nos Estados Unidos, além do Centro de Recursos Genéticos da EMBRAPA). (OLIVEIRA, 2011, p.86).

Dessa forma, a nova lógica de garantia do processo de acumulação, por parte do capital, se estabelece em conjunto com o Estado - que mais uma vez em momentos de crise de acumulação, desempenha sua função de representante da classe dominante - trazendo novas possibilidades de reerguer o setor produtivo, incentivar cultivos de novas culturas, criar condições de recuperação da lavoura cacaueira a partir dos sistemas de créditos, e apoio tecnológico. As ações do Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio são um excelente exemplo da atual parceria entre Estado e Capital, fortalecendo a política mais abrangente do agronegócio em todo o campo brasileiro. (OLIVEIRA, 2011, p.88)

De acordo com Oliveira (2011), o plano de recuperação da lavoura cacaueira não alcançou seus objetivos, uma vez que a produtividade não aumentou e os produtores ficaram endividados em razão do crédito adquirido. Por outro lado, as pesquisas científicas desenvolvidas pela CEPLAC, lhes dão o título de líder em

pesquisas de cacau no mundo. Atualmente o Brasil ocupa o 5º lugar como produtor de cacau, sendo a Costa do Marfim ocupando o primeiro lugar no ranking.

Com o declínio da economia cacauzeira, e a formação de um exército de mão-de-obra desempregada, o capitalismo procura novas estratégias de acumulação por meio da exploração dessa mão-de-obra. Assim, num contexto de inserção da política neoliberal no Brasil, a Bahia inicia o processo de interiorização do seu parque industrial, e o exército de reserva de mão-de-obra do campo, passa a ter utilidade no chão da fábrica têxtil. Assim, por meio de uma série de políticas de incentivo, o estado irá atrair capital privado para o interior do estado, ao cumprir com a agenda neoliberal, expressada inicialmente pela isenção fiscal e investimentos em infraestruturas necessárias para implementação dessas indústrias. Nesse contexto, o capital industrial se territorializa em regiões que antes eram dominadas pela economia da monocultura do cacau, que agora cede lugar para a indústria têxtil, como a Trifil que chega em Itabuna a partir de 1998.

A partir de 1998, cresce a atuação de grupos empresariais no estado da Bahia, a exemplo da Trifil-Indústria de Meias Scalina – Ltda., localizada na cidade de Itabuna-Ba e, principalmente, as do setor calçadista, como o grupo Vulcabrás – Azaléia localizado na cidade de Itapetinga-Ba e que sustentam seus lucros com o excedente de mão-de-obra que se apresenta, principalmente, nos municípios da região sul e sudoeste do estado. (OLIVEIRA, 2011, p.88)

O processo de interiorização das indústrias no Estado da Bahia foi impulsionado pelo Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia, (PROBAHIA), em 1991 que tinha como objetivo a diversificação industrial da Bahia, bem como sua interiorização. Isso se deu por meio do beneficiamento fiscal de empreendimentos que fossem externos à região metropolitana de Salvador, e que incorporassem alta tecnologia e que estivessem alinhados com as diretrizes do governo. Por conta do exército de mão-de-obra barata oriunda da crise do cacau, as cidades de Itabuna e Ilhéus serão os principais centros de investimentos do PROBAHIA. Em Itabuna, para além da isenção fiscal, o ramo calçadista ganhou concessão de terrenos e infraestrutura física, como foi o caso da Trifil, como afirma Oliveira (2011).

O processo de desconcentração industrial brasileiro, fez com que indústrias localizadas nas regiões Sul e Sudeste de deslocassem para a região Nordeste, em busca de benefícios fiscais, locacionais e mão-de-obra barata. Nesse sentido, as indústrias Penalty e Kildere, originárias do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1990 passaram a atuar na cidade de Itabuna. De acordo com Oliveira (2011), esse deslocamento se justifica também pela diferença de salários praticados entre um trabalhador do setor calçadista do Rio Grande do Sul, com um trabalhador do mesmo setor na região Nordeste. Estimasse que 60% da força de trabalho ganha em média de 2 a 2,5 salários mínimos no Rio Grande do Sul, enquanto que na região Nordeste a média salarial é de um salário mínimo para o funcionário contratado regularmente pela indústria, ao mesmo tempo em que se a produção se der por meio de cooperativas, o salário é ainda menor.

Dessa forma, o mapeamento de espaços capazes de gerarem uma quantidade maior de extração do lucro capitalista se dá, sobretudo, pela procura de mão-obra-barata (nesse caso, a função do exército de reserva torna-se fundamental, mantendo a possibilidade de intensificar a exploração do trabalho, assim como garantir a diminuição dos salários, logo um maior lucro), diminuindo os custos de produção. Nesse sentido, tanto o capital como o trabalho se tornam móvel para acumular mais-valia e garantir o processo de reprodução capitalista. O deslocamento das indústrias calçadistas para o Nordeste, nesse caso específico a Vulcabrás Azaléia S/A, implicou, sobretudo dentro do processo de concorrência capitalista, uma nova territorialização do capital, a fim de extrair sobretrabalho, projetando assim uma produção satisfatória para fazer jus a leis de mercado. (OLIVEIRA, 2011, p.172)

A economia regional do sul da Bahia é marcada por vários momentos de desequilíbrio, precisou da intervenção estatal e incentivos financeiros e nem sempre obteve resultados satisfatórios, principalmente no âmbito social. O gerenciamento técnico científico moderno serviu como escape para as inúmeras crises econômicas, sobretudo a partir da década de 1970, mas o destaque desse breve resgate histórico se deve ao desenho social que o município de Itabuna adquire em decorrência dos impactos produtivos econômicos, que vão desde o expressivo monocultivo do cacau, à produção industrial. Itabuna participa da guerra fiscal com fortes características favoráveis para receber o capital privado industrial. O trabalho adquire um novo caráter discutido no próximo capítulo, que desvenda

outra parte da história do trabalho em Itabuna, no qual a violência contra os trabalhadores assalariados se faz presente sob as mais diferentes formas.

CAPÍTULO III

“Se o trabalho se recusa a ser atraído, apesar de todas as formas de sedução e lisonja, e apesar da ideologia dominante mobilizada pela burguesia, então o capital precisa impor a barganha, por que a paisagem da sociedade capitalista, precisa, em última instância, responder mais as necessidades de acumulação de capital do que as verdadeiras exigências humanas para o trabalho”.

(HARVEY, 1982)

3. Desdobramentos da reestruturação produtiva no trabalho têxtil em Itabuna: rotatividade do trabalho, gênero e o trabalho polivalente na indústria têxtil

A implantação do Estado neoliberal no Brasil, tem sido nefasta se comparada aos países centrais e traz consigo consequências para o mundo do trabalho nacional, pois novas configurações e mutações organizacionais no setor produtivo têm sido estabelecidas em busca de solucionar a crise estrutural que se alarga e domina todos os setores da vida humana, tendo como sustentáculo uma lógica de exploração extremamente precária do trabalho que se agrava com o quadro histórico do mercado de trabalho brasileiro.

O conjunto das políticas neoliberais trouxe o aumento do desemprego. Com o avanço tecnológico das forças produtivas, o trabalhador passou a ter receio da possibilidade de ficar desempregado, o que leva a intensificação da extração da mais-valia relativa e a maior subordinação do trabalhador. Na realidade do município de Itabuna, na fábrica Penalty, entre o fim de 2017 e início de 2018, mais de 140 funcionários foram demitidos, muitos desses trabalhavam na fábrica há mais de uma década, da qual provinha o sustento da família. Estes trabalhadores com idade avançada, dificilmente conseguirão outra oportunidade de trabalho no mercado formal. Menezes explica (p. 173-174, 2007)

Isso porque o capitalismo atinge uma fase de alta produtividade, e nunca se produziu tanto, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego estrutural pela dispensa de trabalho, e nunca se dispensou tanto trabalho. Isto só quer dizer que a quantidade dos produtos do trabalho humano, o resultado da atividade humana na natureza, atingiu um nível como nunca antes, mas que pela necessidade desta produção ser lucrativa e por ela, assim estar subjugada a concorrência do mercado, milhões de trabalhadores são dispensados pela simples lógica de cortar custos.

As industriais têxteis Trifil e Penalty, são as industriais que mais empregam trabalhadores no município de Itabuna, segundo uma publicação “De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico”, da Universidade Estadual de Santa Cruz de 2005, somente a Trifil em 2003 possuía mais de 2.400 trabalhadores, uma quantidade expressiva de trabalhadores para o município. As medidas tomadas para a diminuição de gastos das empresas têm afetado os trabalhadores ao longo

dos anos em vários aspectos. Podemos perceber nos dois últimos anos o esvaziamento das respectivas fábricas, que atualmente são umas das principais fontes de trabalho do município, ocorre correspondendo ao progressivo aumento da pobreza.

A expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho formal, os empurram à precárias condições de trabalho, e obrigam os trabalhadores formais a se submeterem as pressões exercidas no interior da fábrica, com o trabalho polivalente e flexível pela mesma remuneração, fazendo com que as empresas continuem obtendo altas taxas de lucratividade.

Fiscalizações recentes do Ministério Público do Trabalho da Bahia – MPT/BA, na fábrica Penalty constataram 181 infrações à legislação trabalhista e às normas de saúde e segurança do trabalho. Na página do MPT existem relatos também referente a fábrica Trifil;

O MPT na Bahia apurou durante as investigações mais de 300 acidentes de trabalho ocorridos em dez anos envolvendo empregados da Trifil, por causa da inadequação do meio ambiente de trabalho e dos maquinários e mobiliário. O caso mais grave aconteceu em setembro de 2013, quando um trabalhador, Joadson Bispo Oliveira, foi vítima de acidente de trabalho e morreu dentro da própria empresa “sugado” por uma máquina de tintura. A empresa já havia sido autuada, notificada e interditada por irregularidades trabalhistas diversas vezes pela fiscalização do trabalho, realizada por auditores da Gerência do Trabalho e Emprego local. (BRASIL, MPT, 2014)

Inúmeras reportagens em sites jornalísticos regionais, denunciam as irregularidades frequentes nas empresas. Dentre elas o assédio moral, além processos trabalhistas por descumprimento da lei, já houve inclusive casos de morte, além de ser frequente a perda de membros do corpo e problemas com intoxicação respiratória. Nessa perspectiva Lourenço e Bertani, (2010, p. 187)

As atuais mudanças do mundo do trabalho e as inovações técnicas e de gestão da força de trabalho tem se repercutido negativamente nas condições de vida e saúde da classe trabalhadora, em especial, na gênese das doenças relacionadas ao trabalho. Tais, como as lesões por esforço repetitivo (LER), um conjunto de enfermidades

que congregam o grupo de doenças Osteomuscular relacionadas (DORT), desgaste mental com repercussões do sofrimento psíquico, entre outras as complicações ou associações psicossomáticas.

Atualmente os rebatimentos acerca desse processo de submissão do trabalhador as empresas, vêm se tornando mais nítido, tendo em vista o discurso alienador, embutido em palavras que ludibriam os sujeitos como “colaboradores e parceiros” e das ideologias empregadas pela burguesia convencendo à sociedade que o capital é a solução em tempos de crise com a intenção de causar conformidade. Como afirma Netto; Braz (2012, p. 170) “Tal significação é pretendida pelas ideologias burguesas, que buscam transformar as crises (e suas terríveis consequências para os trabalhadores) em algo absolutamente imprevisível [...]”. Cada vez mais é enaltecida a lógica de participação em conjunto com a flexibilização das relações de trabalho, a subcontratação, a terceirização e os novos processos produtivos oriundos do avanço tecnológico, que imprimem a maior necessidade de qualificação profissional e ao mesmo tempo aumenta a exploração. Consoante Antunes,

Para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais) interessa, portanto, a mescla entre equipamentos informacionais e a força de trabalho “qualificada”, “polivalente”, “multifuncional”, apta para operá-los, porém percebendo salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de regida por direitos sociais amplamente flexibilizados. (ANTUNES, 2006. p. 17).

Outra tendência geral da reestruturação produtiva com repercussão também nas industriais têxteis é a contratação preponderante da mão de obra feminina, segundo Antunes (1995), desse incremento da força de trabalho um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. A contratação de jovens tem sido outra mudança recorrente, segundo a ex-trabalhadora da Penalty e atual membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia. M. T., 37 anos “Os jovens se adequam facilmente as normas das empresas, além de desconhecerem a luta de classe, na

maioria das vezes precisamos dar uma aula de história para conscientizá-los sobre a importância da sindicalização”.

Essas são as contradições do mundo do trabalho contemporâneo, no qual o processo de reprodução econômica passa agora pela produção de um novo espaço, realizando-se através dele como condição e produto desse processo. Por isso Carlos, (2016), considera importante pensar o espaço como categoria de análise da realidade, vendo-o como produto das mudanças geradas no mundo com o desenvolvimento do capitalismo. Só assim, conseguimos enxergar a dinâmica histórica de acumulação do capital em curso dentro da totalidade. Aprofundando o debate a autora mostra que;

O sentido do espaço está, portanto, associado a ação humana, à produção, ligando-se à noção de atividade e de trabalho, o que o situa no âmbito do processo de produção, do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, da sua orientação das relações de propriedade que comandam a divisão dos seus frutos, a técnica e o conhecimento. (CARLOS, Ana F. 2016, p. 24)

Como resultado, a leitura do trabalho nas fábricas nos permitirá compreender a produção desigual do espaço no município de Itabuna. Onde estão os trabalhadores das indústrias têxteis, onde vivem, como vivem, quais as suas condições de vulnerabilidade e o porquê. Quais respostas as fábricas e as organizações desses trabalhadores nos dão, além de tentarmos entender as características utilizadas na produção, e de que forma se assemelham aos modelos de gestão apresentados na pesquisa, e suas interferências na reprodução social dos sujeitos que fazem parte desse processo.

Na busca pelo desenvolvimento, as indústrias atualmente procuram um modelo de gestão que permita maior margem de lucro, que esteja atrelado à tecnologia de ponta, e ao controle das atividades internas. Mas por vezes podem ser contraditas quando postas em prática, através do trabalho na linha de produção, ou referente a qualquer atividade realizada, inclusive na administração. Do ponto de vista da administração, algumas dessas estratégias parecem produtivas. O autoritarismo se conforma através das pressões e cobranças, que são recorrentes no ambiente de trabalho, somado a uma construção hierárquica que envolve os

próprios trabalhadores para que sejam mais produtivos. São medidas que tendem a levar a empresa a margens de lucratividade maiores, mas que podem também levá-las a sair do controle e aumentar as denúncias de assédio e coação.

No processo de acumulação flexível, que, de acordo com Harvey

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2006, p. 140)

Em virtude da ampla competitividade, a estratégia descoberta foi a de colocar gestores e trabalhadores aparecendo como parceiros e se colocando dispostos a encontrar soluções dos problemas que interferem no alcance das metas estabelecidas, e no próprio crescimento da empresa, com o oferecimento de cestas básicas, ticket alimentação, um valor para a compra de peru no período natalino ou outras premiações de baixo custo.

Apesar das gestões assumirem perspectivas que assegurem produtividade e lucratividade, a rotatividade do trabalho se apresenta como um dos desafios a serem amenizados pelos administradores de grandes empresas. Pensar num ambiente de trabalho mais sadio, seria uma forma de elevar o nível da empresa, afim de atenuar os índices de desenvolvimento de transtornos e doenças provenientes do estresse nos sujeitos e reduzir o percentual de rotatividade do trabalho.

3.1 A rápida substituição do trabalhador têxtil

A rotatividade do trabalho é, na visão do autor Chiavenato (2010) [...] a entrada e saída de pessoal entre uma organização e seu ambiente. Em outras palavras, o intercâmbio entre a organização e o ambiente é definido pelo volume de pessoas que ingressam e que saem da organização.

A rotatividade acontece no setor industrial por inúmeros motivos, o que deve ser levado em conta é a frequência, a saída constante de trabalhadores indica um desequilíbrio que envolve os trabalhadores. O desligamento do trabalhador da empresa pode ocorrer através da demissão, mas também a decisão pode partir dos funcionários. Durante o tempo trabalhado, o índice de doenças desenvolvida nos trabalhadores é alto e esse é um dos principais motivos que torna os trabalhadores supérfluo na visão dos gestores.

Durante as entrevistas de campo, realizadas entre os meses de dezembro de 2020 e abril de 2021, em relação às condições de trabalho junto às empresas têxteis aqui destacadas, visitamos a sede do Sindicato de Trabalhadores das Indústrias Têxtil e Calçadista do Sul e Extremo Sul da Bahia- SINTRATEC. Na ocasião, ouvimos uma representação da entidade sindical, que nos explicou:

Existem muitas denúncias de assédio que envolvem gritos e humilhações, controle de idas ao banheiro, extrapolação de horário, banco de horas que raramente são disponibilizadas depois, metas abusivas, casos de coação no trabalho. Sobre a prática do 'banco de horas' muitos funcionários são solicitados para trabalharem mais que o horário estabelecido, no horário de bater o ponto, eles batem e retornam ao trabalho (Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

Nota-se aí uma estratégia de exploração para a ampliação da mais-valia absoluta. A ampliação da jornada pelo controle do tempo de trabalho, é uma prática histórica que se aprofunda quanto mais o desemprego se constitui estrutural. A representação sindical ainda completa dizendo;

Grande parte desses casos, não são tratados com a devida importância, porque é complicado encontrar provas, até mesmo quando um colega testemunha, é difícil ter coragem de denunciar e pôr em risco o trabalho, porque como em alguns casos não existem documentos que provem, eles temem ser questionados ou desmentidos e inclusive passarem a ter problemas com a justiça se fizerem denúncias (Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

A partir disso, é perceptível a gravidade da pressão que muitos trabalhadores vivenciam. Evidentemente, a insatisfação do trabalhador implica diretamente nos

resultados da empresa, por isso as causas que levam a constantes saídas dos trabalhadores devem ser passíveis de atenção. Para Chiavenato,

A rotatividade não é uma causa, mas o efeito de alguma variável externa e interna. Dentre as variáveis externas estão a situação de oferta e procura do mercado de RH, a conjuntura econômica, as oportunidades de emprego no mercado de trabalho, etc. Dentre as variáveis internas estão as políticas salariais e de benefícios que a organização oferece, o estilo gerencial, as oportunidades de crescimento interno, o desenho de cargos, o relacionamento humano, as condições físicas e psicológicas de trabalho. A estrutura e a cultura organizacional são responsáveis por boa parte dessas variáveis internas. (2010, p.88).

A contratação de novos funcionários costuma ser imediata, existe a necessidade da substituição da vaga de forma rápida para que a produção prossiga com o ritmo esperado pelos gestores. Em outros casos os desligamentos estão associados a redução de custos, consequência do enfrentamento de alguma crise financeira ou até mesmo a introdução de novos maquinários que dispensam um quantitativo maior de força de trabalho na linha de produção.

Mudanças deveriam ocorrer, em consonância com reavaliações dos modelos de gestão, mas as gestões costumam olhar apenas as vantagens financeiras do mundo do empresariado, que preza pelo tempo e por recursos, já que esse é o objetivo central buscado.

Em relação aos métodos implementados nas indústrias, é possível perceber que eles são instalados quando os resultados são considerados insatisfatórios. Não é interessante para a fábricas terem funcionários que frequentemente se ausentem, recorrem a licenças, afastamentos, antes de chegarem ao limite (a saída do trabalhador da empresa) por desenvolverem doenças, transtornos e vícios.

Mesmo que as faltas sejam causadas devido a algum contratempo do dia a dia, como a existência de problemas relacionados aos filhos ou familiares, os trabalhadores sentem receio de não cumprirem a carga horária ou de se atrasarem o mínimo possível, pois existem chefes incompreensíveis, que deixam subentendido o risco que o trabalhador está correndo de perder o emprego, o que traz ainda mais preocupação para os sujeitos. A seguir uma entrevistada asseverou

quando perguntada sobre a necessidade de se ausentar do trabalho em algum momento devido alguma urgência.

Durante o tempo que passei trabalhando raramente eu faltava, mas com filhos pequenos às vezes precisei me atrasar ou faltar um dia, também aparecia outras situações com algum parente, ou casos de doença, e ter que ir ao médico. Tinha que apresentar atestado, se o chefe fosse mais maleável, quando não era possível apresentar o atestado, em alguns casos eu consegui negociar as horas de atraso, eu ficava pagando as horas depois, ficava uma hora ou mais depois do serviço para completar a carga horária e não perder o dia, que vinha descontado no salário. (T.M. 38 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

Expressando os casos de falta ao trabalho, S.R, 51 anos, nos afirma sobre as dificuldades enfrentadas:

Eu moro em um bairro perigoso e não pude sair de casa para chegar no horário da empresa nesse dia. Eu ia sozinha a pé para o trabalho e fiquei com medo, quando eu estava saindo vi uma movimentação com algumas pessoas estranhas próximo a minha casa, esperei a situação acalmar para ir. Quando eu cheguei e fui explicar a situação para o meu chefe que era um carrasco, ele me respondeu de uma forma bem grosseira “você deveria ter ligado para a polícia” ele não quis compreender. Eu tinha medo de perder um dia de trabalho também porque a gente não recebia a cesta básica que a empresa passou a fornecer, e isso me ajudava bastante durante o mês. (S.R. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

A princípio, para a empresa, os desligamentos desses sujeitos podem não ser vistos como algo comprometedor, mas a longo prazo, as lacunas podem acometer a qualidade dos produtos e a própria extração da mais-valia absoluta e relativa. Em alguns casos, o tempo que o trabalhador passa na empresa, não é suficiente para adquirir a técnica ou agilidade, e quando aprendem, saem repentinamente para que outros ocupem seus lugares, é um ciclo perigoso, quando visto por outros ângulos.

A entrevistada L.M, 33 anos, foi demitida com cerca de setenta colegas, e relatou que não estava esperando que isso fosse acontecer. Ela observa que:

Eu achava que realizava muito bem a minha função, mesmo com todos os problemas que surgiram na minha vida. Porque quando comecei lá, passei a priorizar o trabalho e a minha vida pessoal ficou de lado, adquiri muitos problemas de saúde, era difícil conciliar, sempre dei um jeito de não faltar. Mas quando eles decidiram que iam mandar todo mundo embora, foi de repente, eles não pensam no que a gente precisa e em como a gente vai ficar. Nesse caso, a demissão foi coletiva (L. M. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

No caso das empresas Trifil e Penalty esse processo de demissões e admissões frequentes, que as caracteriza, deve trazer prejuízos para si, já que a rotatividade do trabalho implica em grandes gastos, pois os sujeitos ao iniciarem como trabalhadores fabris demandam treinamento, principalmente nas indústrias têxteis. No processo de produção, nos dois casos, por vezes são utilizados materiais especiais e específicos, que exigem técnica e habilidades que são aperfeiçoadas no cotidiano. Assim, quanto menor for o tempo que o trabalhador permanece na fábrica, maiores serão as lacunas deixadas, junto à perda de ritmo na produção. Essa é uma regra geral do processo produtivo.

Por sua vez, essas perdas são compensadas, quando as novas contratações se dão entre trabalhadores que não perdem o dia de serviço, que se adequam às demandas da empresa, sem faltar ao trabalho. Ter funcionários novos constantemente permite que os trabalhadores não criem vínculos entre eles, a ideia é que os trabalhadores se concentrem mais na procura por soluções de problemas, o contato é dificultado e desta forma a produtividade é extraída de uma maneira mais efetiva. Além disso, o medo é instaurado por fazerem os trabalhadores acreditarem que uma possível demissão pode ocorrer caso eles não atendam a todas as demandas. O trabalhador também pode ser demitido e ser recontratado em outro momento e em outros moldes, através do trabalho intermitente, em que o vínculo com a empresa acontece de forma totalmente vaga.

As maiores consequências das altas taxas de rotatividade são basicamente os custos que a organização tem que dispor após a saída do trabalhador, ou seja, muitas alterações no quadro de trabalhadores crescem substancialmente os prejuízos financeiros. Os custos com o processo de admissão e rescisões com

questões médicas, uniformes, treinamentos e equipamentos de segurança, influenciam a gestão das finanças.

No entanto, perder um funcionário que não sente mais nenhum interesse pelo processo produtivo, devido ao estresse de um ambiente de trabalho que causa sérios transtornos, traz prejuízos antes mesmo da saída desse funcionário, enquanto ele ainda está ativo na empresa. São contínuos os casos de afastamento, licenças médicas e faltas com ou sem justificativas.

Nem sempre as causas do absenteísmo estão no próprio empregado, mas na organização, na supervisão deficiente, no empobrecimento das tarefas, na falta de motivação e estímulo, nas condições desagradáveis do trabalho, na precária integração do empregado à organização e nos impactos psicológicos de uma direção ineficiente. (Chiavenato, 2000, p.191).

A rotatividade do trabalho acontece devido as políticas salariais adotadas, as pressões exercidas sobre os trabalhadores, as políticas disciplinares de vigilância entre os próprios funcionários, além de todo ambiente de trabalho de qualidade duvidosa, que põe em risco a saúde física e mental do trabalhador.

No ano de 2013 houve um caso que chocou o município de Itabuna, um funcionário recém-contratado da Trifil, havia cerca de 15 dias, morreu ao cair numa centrífuga no setor de tinturaria. O caso diz respeito às políticas de segurança da empresa que é questionada devido ao quantitativo de casos de acidentes. A Central de Trabalhadoras e trabalhadores do Brasil (CTB), se pronunciou sobre o caso:

A 3ª Vara do Trabalho de Itabuna, no sul da Bahia, concedeu liminar pedida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) obrigando a indústria têxtil Trifil a cumprir as normas de saúde e segurança do trabalho em sua fábrica no município. A decisão na última sexta-feira, dois dias após a morte do operário Joadson Bispo Oliveira, 18 anos, ocorrida na planta da empresa. O MPT move ação civil pública contra a Trifil por descumprimento de uma série de normas de saúde e segurança definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A morte de Joadson Bispo Oliveira, 18 anos, sugado por uma centrífuga, é mais um capítulo da série de fatos que corroboram a tese de que a empresa é negligente com aspectos de saúde e segurança do trabalho. Nos últimos dez anos, foram registrados cerca de 400 acidentes de trabalho na fábrica e, em

novembro passado, fiscais do trabalho interditaram 18 máquinas e lavraram 33 autos de infração contra a Trifil. (VARA DO TRABALHO, Itabuna-Ba, 2020)¹

Há registros de manifestações de trabalhadores das empresas, contrariados com o descuido em relação à segurança no trabalho, às condições de trabalho.

Figura 4 Manifestantes em frente à Trifil em Itabuna/ Ba, em 2013 devido a morte de um trabalhador dentro da fábrica



(<https://ctb.org.br>) Acesso em: 21 dez de 2020

Uma das denúncias é feita pela diretoria do Sindicato da categoria, em que relata assédio moral dentro da empresa.

É lamentável que algumas pessoas pensem que, por ocuparem um cargo de monitor, tenham o direito de humilhar seus companheiros e companheiras de trabalho. É o que acontece no setor Vôlei da Penalty/Itabuna. Lá tem um indivíduo arrogante e mal-educado que tripudia dos comandados com ofensas verbais e perseguições constantes nas idas ao banheiro. Dia desses proibiu uma gestante de sentar, por puro capricho. As reclamações contra a nefasta figura foram tantas que o Sintratec realizou uma manifestação na porta da Penalty no dia 30/05, para cobrar uma atitude da administração. “Os trabalhadores não podem ser penalizados pelo

¹ Fonte: <https://ctb.org.br>. Acesso em: 21 de dez de 2020.

mau treinamento que a Penalty oferece aos seus encarregados (S. N. Diretoria do SINTRATEC, 2020)².

O assédio moral também motivou e encorajou os trabalhadores à manifestarem seu repúdio a atuação da empresa nesse quesito.

Figura 5 Trabalhadores se manifestam contra assédio moral na porta Fábrica da Penalty em Itabuna/Ba em 2011



Fonte: 2 (operariosnarede.blogspot.com)

As campanhas salariais são os momentos de luta que os trabalhadores representados pelos sindicatos encontram para levarem pautas de direitos sociais para os patrões, a fim de fecharem os acordos. Na Penalty são feitas negociações entre o sindicato dos trabalhadores e os patrões que são representados pela gerência da empresa, em longas reuniões que os sindicatos utilizam para reivindicar direitos além do aumento de salário, como por exemplo, a criação de creche, planos de saúde, ticket alimentação, transporte. Existiram algumas

² Informação retirada do blog do Sindicato Operariosnarede.blogspot.com. Acesso em: 12 de ago, 2020.

conquistas e outras nem saem do papel. Referente ao período de campanha salarial, uma trabalhadora afirmou:

Tinha ameaça de greve, ficava aquele clima tenso, de qualquer forma nós éramos ameaçados discretamente. Tinham falas como “quem parar vai ficar desempregado”, aí tinham pessoas que ficavam com medo, ficavam retraídas, não paravam, não iam para rua, entendeu? No final fechavam com poucas resoluções, mas a gente ganhava um pouquinho. Faziam uma reunião com a gente depois para contar o que tinham resolvido, aí a gente sentia o tom de ameaça, a gente esperta percebia, né, quando era época de parar o carro de som na porta da fábrica, aí os encarregados mais influentes ficavam no portão, tipo, olhando, coagindo a gente, era nesse contexto. (E. A., 46 anos. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

As campanhas salariais eram também motivações para que os trabalhadores fossem às ruas. Essas campanhas são momentos de aprendizado da luta política em defesa de melhores condições de trabalho e renda.

Figura 6 Trabalhadores em protesto por campanha salarial na frente da Penalty



Fonte: 1 (<https://ipiauonline.com.br>)

Moura (2013) declara que a falta de reconhecimento e de perspectiva de crescimento na empresa, bem como a falta de projetos desafiadores e de uma boa liderança, são elementos que podem desestimular o avanço dos funcionários. É mais complicado para um trabalhador se sentir confortável, quando não há valorização quanto aos seus esforços, e isso envolve a questão salarial, grande

parte das horas trabalhadas são pautadas num processo de subordinação e rotinas exaustivas, problemas de continuidade do trabalho, garantia de qualidade e cumprimento aos prazos. Rotatividade significa a substituição de um trabalhador por outro e não cortes ou acréscimo de postos de serviço.

Diversos são os fatores responsáveis pelos desligamentos nas empresas e, conseqüentemente, pela rotatividade dos funcionários. Chiavenato (2009) cita fenômenos internos e externos que são possíveis causadores da rotatividade como oportunidades de empregos no mercado de trabalho, conjuntura econômica favorável ou desfavorável, política salarial e de benefícios oferecida pela organização, qualidade do ambiente de trabalho e das relações entre os funcionários e até mesmo a cultura da organização.

O pressuposto de que existe certa facilidade por parte das empresas de conseguirem força de trabalho barata, é naturalizada. Quase sempre um desligamento provocará a contratação de um substituto como reposição. Porém as empresas atualmente têm utilizado um processo mais excludente durante a seleção dos trabalhadores, com provas, inclusive para a realização de serviços que podem ser executados que não exigem nível educacional elevado.

Para os estudiosos da administração de empresas, uma das medidas possíveis para o entendimento das motivações que resultam na rotatividade pode ser obtida por meio de entrevistas entre os funcionários, que devem ser registradas em seguida e finalmente analisadas para que possam ser tomadas medidas para reduzir a rotatividade (MEJÍA, 2004). Apesar dos índices de rotatividade não terem parâmetros que registrem o fluxo ideal de saída dos trabalhadores, considera-se que as taxas aceitáveis de rotatividade estão entre 10 e 15% (MEJÍA, 2004).

Qualquer saída é traumática para a organização, por mais “argumentos” que existam a seu favor. Basta imaginar o quanto foi gasto com treinamento dessa mão-de-obra, com a burocracia contratual, benefícios, encargos e outros gastos operacionais não tão facilmente mensuráveis, para notarmos que de uma forma ou de outra, a empresa sempre sai perdendo nesse caso. (FERNANDES, 2006).

Para os funcionários, os prejuízos estão relacionados a própria reprodução social, eventualmente perdem seus empregos e se deparam com o crescente desemprego gerado pela crise econômica mundial, que reflete no Brasil de uma forma ainda mais agressiva. É difícil para as empresas encontrarem força de trabalho qualificada para cargos específicos, no entanto, a força de trabalho disponível que atende aos requisitos necessários para a linha de produção, sempre existe em um volume elevado. Sobre esse ponto, um entrevistado que na data do relato a seguir ainda estava ativo na empresa, trabalhando na linha de produção, nos chama atenção. Ele observa que “concluí apenas o ensino médio, e quando me candidatei a vaga na Penalty, em uma das etapas tinha uma prova, que eu fiquei apreensivo de não conseguir a vaga” (A. S, 28 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

O segundo entrevistado R.B, 39 anos, ex-funcionário, afirmou que;

Na época que trabalhei na Penalty não teve prova, trabalhei lá por oito anos e logo no começo eu conseguia fazer o serviço, não tinha dificuldade com as máquinas, o único problema para mim era quando chamavam a minha atenção ou de algum colega desnecessariamente. (R. B. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 12/2020).

Durante uma entrevista concedida por um dos representantes sindicais, sobre a rotatividade do trabalho, uma das falas evidencia a frequência de demissões:

Um trabalhador em média permanece nessas fábricas por seis meses, a frequência de demissões é muito alta. A Penalty, por exemplo, antes funcionava os três turnos, hoje só funciona um, além disso, atualmente funciona sazonalmente e com trabalho intermitente (Representação Sindical. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

A rotatividade do trabalho, corresponde a mais trabalhadores sendo demitidos. Suas expectativas de estabilidade financeira, no que concerne à

reprodução social, já que os salários são baixos, é frustrada, interrompida. A expectativa de novo trabalho em cenário de crise econômica é a pior.

A problemática da rotatividade do trabalho atinge a maior parte dos trabalhadores de baixa qualificação, contudo como tentaremos pontuar a seguir a situação da mulher é ainda mais delicada e digna de atenção, uma vez que estão numa situação de fragilidade e vulnerabilidade ainda maiores já que são os sujeitos mais faltosos, e menos valorizados no ambiente de trabalho.

3.2 A situação da mulher na indústria têxtil de Itabuna

Pensando historicamente a inserção da mulher como operárias nas indústrias, quando a condição da mulher se transforma a partir da Revolução Industrial no século XIX, a indústria mecânica na medida em que se desenvolvia, exigia mais destreza para lidar com as máquinas. Assim, as mulheres já começam a trabalhar na nascente indústria, fazendo parte da força econômica do capitalismo, ainda que antes fossem vistas como seres inferiores e sem força física ou potencial intelectual.

Romper com a concepção criada da mulher frágil, apta apenas para o trabalho doméstico e da família, é um processo ainda em andamento. No capitalismo contemporâneo, esse processo de exclusão da mulher, sua restrição dos assuntos públicos, a limitação na sua cidadania, mantendo-a apenas no âmbito privado é ainda uma realidade que atravessa séculos (SOUZA, 2019).

Segundo Engels (1997, p.70) “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

[...] casamento então se dava por uma questão de conveniência econômica e não uma relação pressuposta do amor entre os indivíduos. A mulher proletária também faz parte do processo produtivo, sendo responsável pela base de sustentação familiar reprodutiva e também financeira. (Souza, 2019, p.71)

A condição da mulher não pode ser lida como fenômeno puramente subjetivo, isolado da dimensão material ou da luta de classes, “a opressão das mulheres não é uma invariante na história, mas sim produto de formações sociais; as relações entre os sexos não são naturais, mas sociais” (VINTEUIL, 1989, p. 8). Na indústria têxtil, a presença de homens na linha de produção destaca uma mudança importante da consideração do gênero em uma atividade historicamente designada para o feminino cuja justificativa sempre esteve associada a um nível de detalhamento do produto oriundo da costura tradicionalmente associada à mulher. Esse recorte de gênero mais recente que poderia sinalizar para uma distribuição mais igualitária do trabalho e menos preconceituosa realiza exatamente o seu oposto, quando vem associado a uma preocupação específica com os direitos do gênero feminino. Nesse viés, as escolhas das empresas estão atreladas à condição da mulher para o cuidado, conforme estabelecido pela sociedade do patriarcado.

A predominância do gênero feminino é uma marca tradicional do ramo industrial têxtil. Nas industriais Penalty e Trifil a participação feminina também é evidente. Uma análise do perfil socioeconômico revela eventuais causas desse fenômeno. A maioria são mulheres, mães, com o nível de escolaridade baixo e em situação de vulnerabilidade. As novas formas de organização do trabalho e até mesmo as inovações da tecnologia, facilitam a realização de algumas tarefas, que antes demandavam maior força física e hoje são resolvidas ao acionar um botão. O cenário permanece o mesmo, e os setores de vestuário ainda são atraídos preferencialmente pelo público feminino.

[...] em diversos postos de trabalho, os homens se apropriaram da tecnologia, enquanto conceito, desenvolvem tecnologias de produção específicas que reivindicam como direito deles, e que defendem como domínios masculinos. E a partir da apropriação da esfera tecnológica pelos homens há uma construção social do feminino como incompetente tecnicamente (HIRATA, 2002, p.138).

O cenário inicial da industrialização no Brasil, na década de 1970 passa a absorver as mulheres em alguns setores, essa introdução ocorreu em ampla escala, porém, elas ainda hoje permanecem principalmente em setores específicos,

que são tradicionalmente considerados femininos, como é o caso da indústria têxtil. As mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho, quando não obtinham qualificações, eram limitadas à poucas opções. O setor industrial foi uma porta de entrada para muitas mulheres sem acesso à educação formal e a informação.

A lógica em torno da “divisão sexual do trabalho”, permite que enxerguemos a profundidade das desigualdades de gênero. As competências valorizadas nas mulheres são atribuídas ao gênero, habilidades que eram enfatizadas no âmbito familiar, a questão da delicadeza, a destreza manual, e o zelo, características que podem ser facilmente remetidas as tarefas domésticas.

(...) Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher. E quem diz hierarquia diz relação social. (HIRATA e KÉRGOAT, 2003, p.11)

É a mulher quem deixa de trabalhar quando o filho adoece, quando precisa fazer a matrícula na escola etc. Ou seja, a motivação recente pela escolha do masculino no setor têxtil é o conjunto dos direitos conquistados por esse grupo social, como por exemplo, o direito à licença maternidade, o direito à amamentação. Quando vem associada a condição da mulher e a sua condição para o cuidado estabelecida na sociedade do patriarcado.

As relações de trabalho postas ressaltam um perfil historicamente traçado para a mulher, enquanto os homens puderam ter acesso ao trabalho assalariado, trabalho público e em diversos outros setores, as mulheres foram subjugadas ao trabalho sem remuneração e às tarefas dentro de casa. Pensar o trabalho feminino hoje no chão da fábrica, é compreender o nível de exploração e precarização que permeia a sociedade atualmente, além de todo preconceito e discriminações que são enfrentados.

A mulher que necessita realizar o trabalho dentro de suas casas e estão também produzindo a mais-valia são exploradas com jornadas duplas de trabalho, essa força de trabalho é fundamental para a reprodução do sistema capitalista, mesmo que seus esforços sejam invisibilizados.

As indústrias nas quais realizamos o trabalho de campo, a contratação de homens em maiores quantidades nos anos recentes, nos mostra que apesar de não haver uma divisão formal de gênero para as atividades desempenhadas, há alguns setores em que existe a predominância de um gênero específico, as atividades de setores que necessitam de maior força física ou com um nível maior de periculosidade ficam ao cargo dos homens. Na Trifil, por exemplo, a maior parte dos homens encontram-se no setor de tinturaria, fiação, carregamento de caixas. Na Penalty existe uma variação maior entre ambos os gêneros, por exemplo, é possível encontrar mulheres trabalhando com a mecânica ou em máquinas perigosas, mas a maioria dos homens estão em setores de máquinas de silk, pintura da bola, cortando os materiais e as placas, em contato com produtos químicos como o látex. Nos últimos anos, há homens sendo contratados para setores que historicamente eram considerados femininos, como a costura propriamente.

Durante as entrevistas feitas, no mês fevereiro de 2021, com 6 mulheres trabalhadoras e 4 ex trabalhadoras da Penalty e Trifil, todas elas eram mães, que precisam sustentar a família, cuidar dos filhos e da casa, se confirmando a assertiva de Antunes, qual seja:

[...] a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa [...]. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato de trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital [...] Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução de sistema de metabolismo social do 30 capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizada (ANTUNES, 1999, p.108).

O trabalho desenvolvido pelas mulheres nas indústrias têxteis majoritariamente difere das funções dos homens. As mulheres se encarregam de executar os trabalhos repetitivos, como a da separação de tamanhos, etiquetagem e embalagem, trabalhos mecânicos que não apresentam “perigo”. Os traços considerados femininos são valorizados, e utilizados pelo modo de reprodução como mais uma ferramenta de expansão. A delicadeza, paciência e por vezes, obediência, submissão, e todos os outros atributos são peças-chaves para a inserção das mulheres no trabalho polivalente. A capacidade de fazer inúmeras coisas ao mesmo tempo, diferente dos homens, são frases naturalizadas no cotidiano. Quando pensamos nas ocupações dos homens, existe um privilégio em ocuparem cargos ligados a chefia, comando e tomadas de decisões, além de trabalhos em que a força física é mais exigida.

O início da vida de trabalho das operárias dava-se na fiação executando as tarefas consideradas mais simples. As trabalhadoras mais habilidosas, pacientes e delicadas se encarregavam dos fusos, emendando os fios que arrebatavam nos filatórios. Outras cuidavam das espulas, das bobinas, das canelas, além da limpeza do ambiente e de outras tarefas adjacentes. Na medida em que cresciam, adquirindo compleição física, tornando-se mais diligentes, desenvoltas, demonstrando inteligência, bom comportamento, obediência e aptidão para o trabalho, poderiam mudar de ocupação, chegando a operar os teares na tecelagem (GONÇALVES e LIMA, 2010, p.12).

A entrevistada J.L, 26 anos, ex trabalhadora da Trifil relatou que “um dos setores que praticamente todas são mulheres é a da “skala”, os únicos homens presentes é o líder, o abastecedor e quem carrega as caixas” (J. L. Trabalho de campo, Itabuna-BA, 02/2021). Ela explica que a skala é para onde os produtos que saem da tinturaria vão, vários tipos de roupas íntimas, lá é feita a separação por tamanhos, embalagem e etiquetagem.

Outra entrevistada, M.R, 53 anos, ex trabalhadora da Penalty, confirmou que:

As mulheres são maioria absoluta, normalmente elas são o homem e a mulher da casa, a gente comentava, somos mais responsáveis, não faltávamos, trabalhávamos mesmo estando doente, deixávamos nossos filhos pequenos em casa, e muitas vezes não podíamos dar a atenção que gostaríamos para a nossa família e

isso sempre trouxe uma culpa muito grande. (M. R. Trabalho de campo, Itabuna-BA, 02/2021).

Alguns estudos mostram que as mulheres são mais propensas a adoecerem no trabalho, o Ministério da Previdência Social - MPS (2015), ressalta a inadequação dos ambientes de trabalho para as mulheres. Foi feito um estudo que mostra que entre 2004 e 2013, o vínculo empregatício com mulheres teve um crescimento de 79%, e a concessão de auxílio-doença acidentário cresceu 172% entre as trabalhadoras. Já referente aos homens, o vínculo empregatício cresceu 53% durante o mesmo período, enquanto a concessão de auxílio-doença cresceu pouco mais de 60%.

Em relação às causas de afastamentos também há diferença entre os gêneros, as principais causas do afastamento de mulheres são em casos de doenças relacionadas às condições ergonômicas, esforços físicos, postura inadequada, estresse, controle rígido da produtividade, trabalho em períodos noturnos, rotina intensa, esses são alguns exemplos de que:

Os números desse estudo indicam que as políticas de prevenção de acidentes devem focar a diferença entre os gêneros e, além disso, mostram a necessidade de uma melhor adequação do ambiente de trabalho levando em consideração a maior vulnerabilidade da mulher destacou Marco Pérez, diretor do departamento de saúde e segurança ocupacional do MPS. Fonte: (www.gov.br/previdencia). Publicado em 08/06/2020

Segundo os entrevistados a rotina dentro das fábricas para as mulheres costuma ser bastante intensa. A Trifil opera em três turnos, pela manhã de 06:30 às 14:20, de 14:20 às 22:35, de 22:35 às 6:30, com uma hora de descanso. A Penalty que já operou em três turnos, atualmente funciona só com dois, antes haviam direito a uma hora de descanso que diminuiu para trinta minutos, existe também a possibilidade de fazer hora extra. Ambas as empresas, possuem posicionamentos firmes para evitar atrasos e faltas dos funcionários, há a exigência de entrega de atestado, além disso algumas gratificações para quem possui regularidade com a carga horária de trabalho. Nas palavras de uma trabalhadora ativa da Trifil:

No início o medo de entregar atestado e ser demitida era muito grande, né, mesmo em casos de extrema necessidade eu evitava, depois que eu tive a minha filha, eu precisava ir ao médico e arriscava mesmo. Eu tinha receio porque cansei de ver colegas sendo demitidos por causa da entrega de atestados. Uma vez minha filha adoeceu e precisou ser internada por uma semana, ela tinha só seis meses na época, eu apresentei o atestado constando tudo certinho, e eles só aceitaram um dia, porque eles disseram que internação de filho era válido só um dia, eu achei um absurdo. Eu dei sete dias de atestado, mas só constou um, quando eu fui pegar meu salário nesse mês foi uma tristeza, não veio quase nada G.G, 28 anos. Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

Além dos relatos feitos durante as entrevistas com os trabalhadores sobre a questão das necessidades de se ausentarem. Referentes ao período de crise pandêmica do Coronavírus desde 2019, (COVID-19) doença respiratória grave, o representante do sindicato (SINTRATEC) afirmou que durante o período da campanha de vacinação dos trabalhadores industriais, a Penalty não liberou os funcionários e eles tiveram que renunciar à imunização.

No início da pandemia uma colega que tinha acabado de entrar na empresa, estava nos três meses de experiência e pegou covid-19, o atestado apresentado para essa doença é de mais ou menos 7 a 10 dias, quando ela retornou ao trabalho ela simplesmente foi demitida. Ver isso acontecer foi difícil, porque no início da pandemia todos tinham um medo maior da doença, mas também tinham medo de perder o emprego. Vários colegas foram trabalhar com os sintomas, mas não faziam o teste com medo de perder os dias, porque 10 dias descontam muito do salário. (C.R, 33 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

A entrevistada K.D, 28 anos, nos explicou sobre como funciona as premiações na Trifil, que tem como objetivo estimular os trabalhadores a não faltarem e a serem mais produtivos;

Eles nos dão um prêmio de 352 reais a cada seis meses, mas tem uma cota de atestados, que é de cinco atestados durante esses seis meses. Se faltar e não apresentar atestado, você perde tudo, ticket de 208 reais também. Assim, não é uma empresa ruim, sabe, no natal nós recebemos 120 que é para comprar um peru. O que

eu acho injusto é que na maioria das vezes quem entrega atestado é porque realmente precisa, mas aí tudo é descontado, você perde tudo, já vi caso de gente com problema sério de coluna, no final do mês ter o salário praticamente todo descontado. (K.D, 28 anos Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021).

A Penalty é adepta do banco de horas e do trabalho intermitente, duas situações que favorecem os interesses da empresa. Na modalidade do trabalho intermitente ocorre que o trabalhador só trabalha quando é solicitado pela empresa, a frequência pode variar em turnos, dias, meses.

A modalidade do banco de horas, consiste no pagamento das horas extras trabalhadas em forma de 'folgas' compensatórias ou na diminuição da carga horária, como se houvesse um banco, no qual é permitido acumular horas. O banco de hora é mais uma face da flexibilização do trabalho e intensifica ainda mais a jornada de trabalho e aumenta o desgaste físico e emocional.

O Banco de horas foi implementado por Fernando Henrique Cardoso em 1998. Para funcionar inicialmente, o banco de horas, precisava de um acordo coletivo com a participação do Sindicato, que dificultava a aprovação. Mas na última alteração da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em 2017, com a nova reforma trabalhista há a necessidade apenas da negociação entre o patrão e o empregado. Como não existe a obrigatoriedade de ser um acordo formal, muitas empresas favorecem a si mesmas durante a negociação, o controle das horas é feito pela própria empresa, e nem sempre essas horas são compensadas por completo.

A discussão da desigualdade de gênero é fundamental para entendermos a inserção das mulheres na indústria, as formas que o sistema se articula com o Estado, obriga as mulheres a se submeterem a níveis altíssimos de exploração a fim de garantir o sustento, com os direitos sendo revogados mesmo após anos de lutas, sempre que é necessário fazer reajustes para o acúmulo do capital.

As mulheres enfrentam dificuldades para se desenvolverem no âmbito profissional por serem subestimadas, assim são designadas a tarefas específicas. O papel social da mulher é atrelado a tarefas domésticas que não é considerado um trabalho legítimo, mas sim algo intrinsecamente ligado a natureza feminina. A realidade da maioria das mulheres marginalizadas é de não ter os pais dos filhos

presentes em casa, o número de casos de abandono paterno no Brasil cresce a cada ano. E quando estão presentes são isentos das obrigações, grande parte do tempo é dispendido no trabalho fora de casa onde são validados como homens “provedores” e não participam da manutenção do lar. As mulheres em sua maioria quando decidem trabalhar fora de casa, são desvalorizadas e não recebem o mesmo apoio, nem valorização.

3.3 O trabalho polivalente no chão da fábrica

O trabalho polivalente na fase atual do modo de produção capitalista objetiva a ampliação do capital e está relacionado a capacidade produtiva do trabalhador de realizar mais de uma tarefa no ambiente de trabalho. O trabalhador deve estar disposto a se adaptar as inúmeras exigências que podem surgir. O método é eficiente para a empresa no sentido de manter o fluxo produtivo, mesmo quando a demanda for baixa. Segundo Pinto (2010 p.68), “num período de baixa demanda, estabelecem-se metas de uso do tempo de tal modo que os trabalhadores fiquem ocupados durante toda a jornada, sem formação de estoque de produtos”.

O uso da automação cessou a necessidade de que cada trabalhador cuidasse de uma máquina, já que o próprio sistema conseguia identificar problemas na fabricação, então os trabalhadores foram remanejados, pois um só sujeito conseguia ficar responsável por várias máquinas.

Dentre essas funções estavam a de programação de máquinas, o planejamento e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle de qualidade dos produtos, sem contar, evidentemente, a transformação propriamente dita dos insumos e matérias-primas em produtos intermediários ou acabados (a produção direta). (PINTO, 2010 p. 63).

O trabalho polivalente surge no contexto da acumulação flexível e se espalha com a reestruturação produtiva do capital. Para a abertura do mercado internacional os países precisavam adotar medidas que facilitassem o fluxo de capital, de modo que a crise da superprodução fosse superada, portanto, passa a

existir um controle sobre a produção de estoque, já que a crise não estava permitindo o escoamento da produção.

No sistema Taylorista/Fordista o trabalho era organizado de uma forma estritamente racional, com divisões técnicas detalhadas, cada trabalhador exercia sua função de acordo com suas qualificações e obtinha um ritmo estipulado previamente de trabalho que previa uma produção intensa³. Com o regime Just-in-time o controle capitalista visa concluir a produção após a venda do produto. A matéria-prima e o tempo de trabalho são calculados para que apenas a demanda estabelecida seja atendida, de modo a não haver desperdício de tempo nem de dinheiro, principalmente ao procurar sair de uma crise de superprodução, com o mercado saturado de produtos.

O regime just-in-time significa que, na montagem de um produto, todos os seus componentes, fabricados em processos distintos de submontagem, devem chegar aí no momento exato e na quantidade estritamente necessária, sem a formação de estoques nem tempo de espera entre postos de trabalho. (PINTO, 2010 p.69)

Sendo assim, no modelo toyotista o trabalho polivalente é um reajuste da organização da produção. A centralização de várias funções dentro de postos polivalentes trouxe facilmente à vista das gerências o trabalho defeituoso, ou então, o acúmulo de estoques, evidenciando capacidade produtiva ociosa (PINTO, 2010 p.74). Por sua vez, a absorção de inúmeros conhecimentos, é apresentada como

³ Por meio do Taylorismo e com o Fordismo, o trabalho com divisão de tarefas se mostrou eficiente, o principal objetivo era o controle do tempo para que a produção ocorresse ao máximo e num tempo menor, algumas técnicas eram criadas e repassadas para os trabalhadores para que cada um executasse suas funções. Com a padronização de materiais e até dos movimentos dos trabalhadores que costumavam ser ritmados e repetitivos, assim os próprios trabalhadores iam adquirindo técnicas que agilizavam o andamento da produção. Nessa forma de organização, cada trabalhador realizava apenas uma tarefa específicas, o sujeito não conhecia as outras etapas da produção, pois para as indústrias deter o conhecimento e ocultá-lo era importante para manter o controle e garantir a evolução da extração da mais-valia. “A ideia fundamental desse sistema de organização é o de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias e tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador”. (PINTO. 2010 p. 30).

asseguradora de certa autonomia para o trabalhador, por conta da possibilidade de levá-lo a conhecer outras etapas do processo produtivo.

Estabelece-se como “benefícios” do trabalho polivalente para a empresa e para os trabalhadores, a qualificação acentuada, ou a possível retomada da consciência do trabalhador sobre a produção que foi perdida no capitalismo, com o Fordismo/Taylorismo, que tinha como princípio a rigidez da divisão do trabalho. Por sua vez, Geraldo Pinto observa que:

Dizer que os trabalhadores estariam sendo “requalificados” através da exigência da polivalência e pela sua organização em equipes, ou que estariam sendo diminuídas as jornadas de trabalho, com aumento do tempo livre, são afirmações insustentáveis, são contrárias à perceptível intensificação de sua exploração, a par da sutileza do controle de atitudes pessoais e profissionais a que estão cada vez mais submetidos, numa gigantesca fragmentação de sua subjetividade numa atividade social – o trabalho – que, por excelência, é coletiva, estando, porém, ainda subordinada aos ditames da acumulação de capital. (PINTO. 2010 p. 84)

Por intermédio das mudanças criadas frente à crise financeira do Japão após a Segunda Guerra Mundial, que permitiu difundir o modelo Toyotista criado pelo engenheiro industrial da Toyota, Taiichi Ohno, o objetivo da mudança era produzir diversos tipos de produtos, mas com uma demanda inferior comparada a produção exacerbada que antes imperava. Portanto, foram necessários reajustes na organização da produção, como o de utilizar vários tipos de máquinas com diferentes funções, desta forma, trabalhadores com incumbências opostas se somavam no mesmo ambiente. Cada uma dessas funções aglutinava grupos diferentes de atividades, rotineiramente realizadas por distintos trabalhadores, por elas responsáveis” (PINTO, 2010 p. 63).

A polivalência foi adquirindo formato durante o processo de reestruturação produtiva, a multifuncionalidade foi uma das principais características que surgiu, assim, os trabalhadores tinham acesso a várias perspectivas da fábrica que antes estavam restritas aos administradores. A questão em torno dessa mudança é o fato de que os trabalhadores passaram a assumir grandes responsabilidades, inclusive referentes aos resultados obtidos.

A pressão era muita em cima da gente, o setor que eu trabalhava era o setor de células e eles exigiam produção, então de hora em hora a gente tinha que dar a produção e no final do turno a gente tinha uma meta e tinha que cumprir, e dificuldades existiam porque existiam o material de segunda qualidade, materiais com defeitos, peças estragadas e eles nunca queriam saber disso. Eles queriam que no final do turno a gente desse essa meta, por exemplo, eu tinha que fazer mil e duzentos gomos por turno, no final do dia eu tinha que ter isso pronto, se eu não conseguisse, eu ia ter que no outro dia, na reunião explicar o que foi que aconteceu e porque não tinha dado, e nem sempre a nossa justificativa agradava a eles, então já fui muito humilhada, de gerente bater na mesa e dizer que eu não fiz porque eu não quis, porque eu não me esforcei, porque eu não corri atrás do problema para interceder antes, aí eu comecei chorar na frente de todo mundo, foi bastante constrangedor, são muitos casos, esse foi o que eu mais me lembro, que mais me marcou. (D.C 48 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021)

Nesse sentido, uma ex trabalhadora da Penalty, que trabalhou entre 2008 a 2011 como auxiliar de produção, foi promovida para exercer a função de líder de um setor, mas o aumento do salário só veio depois de seis meses de trabalho, a função inicial teoricamente era a de orientar os trabalhadores a alcançar metas e os resultados almejados pela empresa, N.P, 45 anos nos relatou sobre a facetas do trabalho polivalente dentro da indústria;

O que acontece na Penalty, além dos líderes terem a função de orientar os colaboradores, os líderes também trabalham pegando no pesado, colocam a mão na massa até mesmo na linha de produção, ou no serviço que surgisse, eles tem essa função de orientar, mas na prática a gente também trabalhava em outras atividades, os coordenadores, já era quem orientava a gente, entendeu, mas a gente trabalha e muito. N.P, 45 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021

A entrevistada N.P, 45 anos, segue o relato;

Eles pegavam colaboradores da empresa que tinha perfil de liderança, fazia um treinamento, a empresa pagava cursos de otimização do tempo, liderança e motivação de equipe. Eles ficavam seis meses trabalhando com a pessoa já exercendo o cargo de líder, mas ganhando o que um auxiliar de produção recebia, para depois ganhar mais um pouco, não era muito na época. Porque para eles era mais fácil pegar pessoas que já conhecia o trabalho, já era da própria empresa, que ficaria um tempo trabalhando como auxiliar de produção, do que pegar

peças de fora, porque quando peças de fora vinham, ganhavam o dobro do que a gente ganhava, e a gente que ainda tinha que ensinar as peças que eles contratavam como líderes e coordenadores, a gente que ajudava, treinava, para as peças ficarem capacitadas. (N.P, 45 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021)

Conversamos com mais uma trabalhadora que exerceu a função de líder, M.B, 51 anos;

Lá tinha diversos setores, então um setor fornecia material para o outro, até chegar na finalização, muitos setores erravam durante o processo. Quando mudou a gerência, a direção da fábrica em 2016, o novo gerente era horrível, era muito mal-educado, muito agressivo com a gente, ele veio e trouxe uma equipe de fora, foi muito constrangedor para a gente, nós éramos líderes/monitores, e a equipe que ele trouxe de fora já entrou como coordenadores, então nós éramos totalmente submisso a essas peças, só que eles vieram de fora e não sabiam nada, vieram ganhando mais que o dobro do que a gente ganhava, fora que a gente que tinha que ensinar a função, então, pense que isso era muito constrangedor. A gente se sentia vigiado o tempo todo, passou a existir muita rivalidade, eles eram os olheiros dele, a gente não podia nem respirar, foi a pior época que teve. Em um desses erros entre os setores, no meio do setor de montagem de bola, chamaram a líder do setor, me chamaram, e perguntaram, “o que foi que aconteceu com sua bola?”. Eu expliquei que o material veio errado, e por isso não deu para eu ter uma produção. Ele no meio de todo mundo, com todos os colaboradores ouvindo, começou a falar bem alto comigo e com a outra líder, “então fala aí pra mim que você quer que eu demita ela agora! Fala aí pra mim! Abra a sua boca, porque ou vai ser ela ou vai ser você, diga que ela te prejudicou!” Naquele momento eu fiquei paralisada, foi horrível. (M.B, 51 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021)

Outro relato forte de experiências vividas dentro da indústria foi o de F.T, de 41, uma ex trabalhadora que foi coordenadora na Penalty por sete anos. O papel inicial posto para ela foi o de ajudar os monitores a executarem tarefas exigidas para suas funções, orientava e direcionava os líderes da empresa.

As reuniões aconteciam todos os dias de manhã e durava uma hora e meia, com os gerentes, coordenadores, supervisores e líderes, eles me perguntavam antes de iniciar o trabalho “quantas bolas

“você vai me dar hoje?” Se eu não alcançasse a meta, aí pronto, ele falava alto, e eu tinha que ficar com a cabecinha baixa. Para mim essa era a pior hora, eu suava, tremia, todas as vezes que falavam assim, “a reunião vai ser oito horas”, me dava dor de cabeça, dor de barriga e até ânsia de vômito de tanto nervosismo que eu tinha, eu tinha tanto medo do gerente, tanto medo de quando eu não dava a produção, que eu não conseguia justificar, porque eu poderia justificar de todas as formas, mas ele não se importava. (F.T, 41 anos, Trabalho de Campo, Itabuna-BA, 01/2021)

No dizer de Alves, o Toyotismo, por meio da reorganização da linha produtiva, com seus vários protocolos vai na busca da captura do pensamento do operário, “integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias” (2005, p.55). Para o autor, “a autoativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa “educativa” do capital, - entre outros - um mecanismo de integração (controle do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias (Ibid).

No Brasil, as políticas neoliberais permitiram o avanço progressivo da reestruturação produtiva no setor industrial. Com a abertura comercial o mercado encontra força nos países emergentes, no qual a nova logística de descentralização produtiva satisfaz as determinações do capital. Mas é apenas no governo Collor que a liberalização econômica surge como um dos principais eixos da política neoliberal voltada para a inserção na mundialização do capital, capaz de instaurar novos patamares de valorização no Brasil (ALVES, 2005 p.186).

A passagem para a “acumulação flexível” implica (re)compor o espaço-território da produção capitalista, que se torna, deste modo, desconcentrado e segmentado – diríamos melhor, polarizado e fragmentário em suas múltiplas expressões sociais culturais e tecnológicas. No espaço produtivo de mercadorias, articulam-se dimensões “modernas” e “arcaicas” não apenas do estatuto salarial, mas do processo de trabalho e da base tecnológica – o que implica considerar, por conseguinte, a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho. (ALVES, 2005 p. 203).

A adoção de políticas que possibilitassem o controle patronal dentro das indústrias tem o apoio do Estado. As reformas nas Leis trabalhista dão acesso a níveis de exploração cada vez mais profundos. Em Itabuna, as marcas e

expressões da reestruturação produtiva ressoam de forma evidente, quando vemos qual a prática organizacional que insere o trabalho polivalente, a expansão tecnológica, o trabalho intermitente, os inúmeros casos de rotatividade do trabalho, tudo isso reflexo da precariedade do trabalho nos moldes atuais.

A flexibilização da produção exige que se flexibilizem as leis que regulamentam o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente nas economias periféricas onde já são escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas normas salariais (como vinculação dos salários ao faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho. (PINTO, 2010, p.79)

Pensar no trabalho polivalente a partir do Toyotismo, é pensar sobretudo, nas consequências das inúmeras transformações na organização administrativa para os trabalhadores, questionar quais são as implicações de tantas medidas, que mesmo que apresentem aos trabalhadores como possíveis ganhos, fazem parte da desregulamentação das leis trabalhistas.

Ao inserirem os trabalhadores num projeto que os impulsionam a se sentirem próximos da empresa, nas tomadas de decisões, ou com habilidades superiores de raciocínio, a empresa lucra em cima do desgaste emocional e físico do trabalhador que, mesmo nessas condições, permanecem na função e se sentem obrigados a cumprirem com a rotina dispendiosa.

[...] é preciso notar que a implementação dos sistemas de organização flexível, em especial o toyotista, gera não apenas aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as portanto, elevar com rapidez até então intangível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores – ao contrário, o efetivo de trabalho tem sido reduzido drasticamente. (PINTO, 2010, p.73)

A capacidade exigida de atenção em várias operações ao mesmo tempo, fazem os trabalhadores muitas vezes sentirem dificuldades de adaptação. Uma vez que isso os mantém altamente concentrados na superação de dificuldades, tornam-se reduzidas as chances de refletirem sobre sua condição social comum no ambiente de trabalho (PINTO, 2010, p.75).

No trabalho com a nova divisão, fica ao cargo dos próprios trabalhadores o papel de dividirem as atividades a serem realizadas, a dinâmica do trabalho em equipe muda por completo. Como os resultados dependem do desenvolvimento dos trabalhadores, a vigilância do comportamento parte dos próprios sujeitos, logo os companheiros de equipe se transformam em ameaças constantes em torno da iminência do desemprego. De acordo com Pinto, o desemprego, fator expressivo na contenção de gastos das empresas para a produtividade:

Serve ainda a outros dois propósitos. Além de garantir a manutenção de baixos salários, viabiliza o intenso uso de trabalhadores contratados temporariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para, num momento de recessão, voltarem à condição de desempregados por representarem capacidade produtiva ociosa. Ou seja, o desemprego é um dos fatores que garantem as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo. (PINTO, 2010, p.81)

As indústrias não apenas nos momentos de crise financeira demitem os trabalhadores, elas também agem de maneira estratégica provocando o desemprego para a contenção de gastos com a produção. A não adaptação dos trabalhadores aos moldes da reestruturação produtiva resulta em demissões. Em 2010 a Trifil demitiu mais de 500 trabalhadores sob o pretexto de substituição de mão de obra, na época a Central de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil - CTB fez uma publicação no site oficial sobre a situação.

Na opinião do Sintratec (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia), um belo presente para o centenário de Itabuna, se não fosse a política de demissão que a empresa vem implementando nos

últimos anos. De acordo com a entidade apenas no primeiro semestre deste ano mais de 600 operários e operárias foram demitidos pela indústria, ou seja, a Trifil utiliza o artifício da substituição de mão de obra, tornando os trabalhadores meras peças descartáveis. “As milhares demissões patrocinadas nesses treze anos demonstram que a fábrica não tem responsabilidade social para a criação e consolidação do emprego em nossa região”, afirmou nota do sindicato. O Sintratec reforçou sua defesa pela geração de novos postos de trabalho em Itabuna e região e repudia essa política equivocada da Trifil de demissões em massa e substituição contínua de mão de obra⁴.

Na empresa Penalty, em agosto de 2019, mais de 100 trabalhadores foram demitidos ao mesmo tempo. Em uma nota, à imprensa regional, publicada no site Jornal Bahia Online, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia (SDE) afirmou que a fábrica Penalty segue em operação em Itabuna, no Sul baiano. A Cambuci S.A., empresa detentora da marca, informou à Secretaria que as recentes demissões ocorreram em virtude do cenário econômico nacional e do baixo faturamento da unidade grapiúna. Reforçaram, contudo, que se trata de uma adequação momentânea e que voltariam a contratar.

Nos últimos anos, entre 2015 e 2021 houveram outros momentos em que a Penalty dispensou vários trabalhadores ao mesmo tempo, provocando o desemprego de muitas pessoas. Muitas delas, por possuírem idade avançada, encontram ainda mais dificuldades de se reinserirem no mercado de trabalho.

A adaptação à dinâmica do trabalho polivalente, impõe dificuldades independente das idades dos trabalhadores. Se é assim para os mais jovens, para os que possuem idades avançadas as coisas pioram, na medida em que ainda precisam enfrentar estigmas e preconceitos. Em entrevista no mês de janeiro de 2021, com uma ex trabalhadora da empresa Penalty na qual ela relata a demissão, há um lamento em relação as dificuldades de adaptação com as mudanças que teve que enfrentar:

Por mais que eu soubesse que a qualquer momento isso poderia acontecer, eu não imaginava que seria num momento tão difícil. Eu estava a 12 anos trabalhando na empresa e de lá eu retirava o meu

4 Fonte: <https://ctb.org.br>. Acesso em dez de 2020.

sustento e o da minha família. A primeira coisa que eu pensei foi no que eu faria a partir dali, também lembrei da história de cada um dos meus colegas. Nós não ficamos apenas com uma função, mas o pior não era ter que mudar de função, isso a gente acostuma, é normal lá dentro as mudanças entre alguns setores, não é difícil para aprender, porque os nossos colegas nos mostram o que é preciso fazer, mas isso nos deixava mais suscetíveis a erros, e com os erros vinham as reclamações e ameaça, isso afetava a minha saúde, porque eu estava sempre no estado de alerta”. (D.B, 49 anos Trabalho de campo, Itabuna-BA, 02/2021)

Quando falamos de trabalho polivalente de modo associativo pensamos nas questões relacionadas a saúde, a pressão que muitos trabalhadores enfrentam dentro dos ambientes de trabalho, que afetam a saúde psicológica. Os trabalhadores dentro de uma escala hierárquica estabelecida continuam sendo subordinados aos chefes e gerentes, e as situações de assédio moral são frequentes: gritos e humilhações na presença dos demais colegas. Os principais afetados no caso da Penalty são os monitores e coordenadores, que frequentemente participam de reuniões para serem lembrados dos seus papéis na cobrança dos que atuam na produção, referente ao tempo da produção. Uma ex coordenadora relatou durante a entrevista.

Eu comecei na linha de produção com um salário mínimo, após um tempo eu fui promovida à monitora e depois a coordenadora, no início pareceu uma boa oportunidade, principalmente de ganhar um dinheiro a mais, apesar de que o valor nunca compensou, eu fazia de tudo além das funções de um coordenador, ficava no controle de qualidade, ia para a linha de produção, o que precisasse ser feito para adiantar todo o processo, eu fazia. (Trabalho de Campo, 01 /2021, L. S., 46 anos, Ex funcionária)

A realização de multitarefas provoca dificuldade de adaptação dos trabalhadores e a cada momento surgem novos processos, cronogramas, ajustes, produtos que são incorporados à rotina dos trabalhadores, que se encontram confusos na maior parte do tempo.

As novas máquinas com tecnologias avançadas levam à redução no número de funcionários, para serem recontratados apenas quando solicitados, assim funciona o trabalho intermitente, enquanto os trabalhadores se defrontam com a

única possibilidade de se reproduzir socialmente em períodos específicos, o sustento do sujeito e de sua família fica completamente comprometido.

Durante entrevista realizada para a pesquisa, muitos trabalhadores falam sobre o tamanho da insegurança que a regulamentação do trabalho contemporâneo, tornando-o mais flexível, traz para suas vidas:

Cansei de passar do meu horário de trabalho para demonstrar serviço e capacidade de permanecer ali. Fui promovida, ganhava um pouquinho para ter que fazer muito mais. Comecei a ter vários problemas para resolver, não somente relacionados à empresa, mas a minha saúde também. Minha vida era caótica, se as coisas não acontecessem a culpa poderia recair sobre mim". (Trabalho de campo, jan/2021. P.R. 43 anos, Ex funcionária da Penalty)

A rotatividade do trabalho faz com que os trabalhadores deixem as fábricas em pouco tempo, e o que foi aprendido em relação a dinâmica da produção é deixada para trás, assim, outro profissional necessita aprender tudo do zero sem saber por quanto tempo permanecerá no trabalho. As informações vão se perdendo e pode comprometer o próprio funcionamento da empresa, além dos gastos referentes as constantes saídas e entradas de novos trabalhadores, com Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's), gastos com exames médicos, com treinamentos, que costumam ser diversificados, com matérias de custo elevado.

Nota-se que as empresas mergulham nos ajustes que o capital exige, como se o problema das crises fosse ser resolvido com flexibilização e novas gestões de organização, que se contradiz quando é posto em prática, afinal, se atinge os trabalhadores de forma negativa, impactando negativamente na qualidade da vida dos sujeitos resultado de demissões e adoecimentos, afetam também todo processo produtivo.

3.4 A organização dos trabalhadores através do sindicato

Os sindicatos como movimento de luta no Brasil têm uma importância histórica para os trabalhadores na busca por melhorias nos ambientes de trabalho, no âmbito político e econômico. Apesar de possuir um caráter múltiplo pela diversidade dos sujeitos que engloba, o interesse em transformar a estrutura da sociedade os une desde sua formação.

É importante destacar a participação da mulher nos movimentos sindicais, que apesar de ter sido qualitativamente menor, é relevante e expressa a necessidade por autonomia, após séculos de dominação. Trabalhar fora de casa, participar das questões políticas, instigou as mulheres a ocupar mais espaços. A inserção das mulheres no mercado de trabalho retira certas imposições ao gênero, mas em contrapartida as inserem num processo perverso de submissão ao capital.

As marcas da repressão é uma forte característica que acompanha os movimentos sociais. Grupos ideológicos de cunho neoliberal consideram a luta por justiça social um ato de transgressão e rebeldia, assim a classe trabalhadora é estigmatizada ao longo das décadas. Como uma forma de conter o avanço de manifestações e greves que indicam a insatisfação do povo o governo brasileiro os criminaliza.

As ações intervencionistas estatais escondem toda desregulamentação em curso, a reestruturação neoliberal que altera por completo as relações de trabalho exigem dos trabalhadores atenção para conter os avanços hegemônico do capital no país, ao inserirem rapidamente tecnologias avançadas, intensificou o desemprego estrutural e desarticulou a luta dos trabalhadores. A abertura da economia forneceu aparatos o capital internacional explorar ainda mais a mão de obra brasileira, conseqüentemente aumentar o nível de pobreza e miséria no país. Empurrou a sociedade para o trabalho informal como alternativa para a sobrevivência, sem acesso aos direitos conquistados e afundados no trabalho degradante.

Nos anos de governo neodesenvolvimentista os trabalhadores desfrutaram do apoio do Estado que atende várias reivindicações dos trabalhadores, além de ampliar as políticas distributivas e de valorização do salário mínimo. Apesar das melhoras significativas, havia um descontentamento da classe operária em virtude do não atendimento à algumas demandas específicas, por isso o número de greves

que se sucedem cresce exponencialmente, esse fenômeno revela a maior “liberdade” dos trabalhadores em irem as ruas com mais segurança.

Quando a crise de 2008 explodiu, o sindicalismo vinha dando mostras de que, dentro daquele que é seu padrão histórico de atuação – com muita ação reivindicativa de caráter econômico na base e pouca adesão orgânica dos trabalhadores aos sindicatos – vinha se recuperando dos duros anos 1990. O número de greves chegou, em 2002, ao seu patamar mais baixo desde a redemocratização (1985-1988), 298 greves. A partir de 2004, esse número foi aumentando progressivamente, até chegar a quase o dobro em 2009, 518 greves (Dieese, 2019 apud Marcelino, P., & Galvão, A. (2020).

O cenário econômico mundial no processo de produção e reprodução do capital reflete no Brasil, problemáticas referente a regulamentação do trabalho, nos anos de governos do Partido dos Trabalhadores, os operários puderam experimentar avanços a partir da reforma sindicalista, com os movimentos ganhando destaque no cenário político, por isso as demandas dos trabalhadores se expandiram em direção a recuperação das centrais sindicais que tentaram minar durante os governos militares, no ano de 2008 surge a lei de reconhecimento das centrais sindicais.

Devido os inúmeros casos de extrapolação aos direitos dos trabalhadores, esses sujeitos encontram dificuldades de expressar suas angústias e as relações abusivas que vivenciam no cotidiano dentro das fábricas, procuram alternativas para modificar a situação na qual estão submetidos, buscam se fortalecer coletivamente com o apoio do Sindicato que presta um serviço crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em Itabuna o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia – SITRATEC, assiste os trabalhadores no cotidiano, mesmo com as limitações impostas e os constantes ataques sofridos, como o fato dos trabalhadores serem impedidos indiretamente de participar das ações, greves, por medo de represálias ao se exporem contra as medidas abusivas.

O sindicato Sintratec surge no ano de 1999 para representar a classe operária da região que se formava com a chegada das novas indústrias e gestores dos estados do Sul e Sudeste do país. Logo no início, a nova organização foi

altamente discriminada pelo patronato, que demitiu todos os primeiros representantes do sindicato.

Atualmente o sindicato conta com o apoio da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, e já esteve à frente de lutas, que garantiram alguns direitos como o Vale transporte, Ticket Alimentação, Ticket de Natal, Auxílio Creche, o fim de revistas íntimas praticadas pela Trifil, o fim de jornadas de 12 a 14 horas de trabalho, a reintegração de mulheres demitidas grávidas, que não é permitido por lei, ao acionarem o Ministério do Trabalho através de denúncias do departamento jurídico do sindicato. Mesmo que alguns dos benefícios estejam atrelados ao cumprimento de metas inatingíveis e a valores irrisórios por conta da resistência dos patrões, que alegam problemas com as crises financeiras e com a alta concorrência, os trabalhadores permanecem ativos na busca da valorização.

Para o sindicato sempre existirão lacunas no processo de combate à quebra dos direitos trabalhistas, lidar com as empresas durante as negociações é uma tarefa extenuante, devido as transformações prescritas pela reestruturação produtiva que os fragilizam. Os sindicatos historicamente representam os operários com contratos de trabalho formais, mas as mudanças no mundo do trabalho que apresentam diferentes formas sociais do trabalho, como o trabalho terceirizado, individualizado e flexível trazem limitações para as organizações que necessitam repensar o caminho da luta.

A vinculação ao Estado pode restringir o desempenho da organização, pelos objetivos contrários fruto do permanente conflito capital/trabalho. O sindicato apesar de não ser a única possibilidade de organização dos trabalhadores, é uma forma consolidada historicamente de unir a classe. O enfraquecimento proposital dos sindicatos que os incapacita de ter maiores alcances tem possui uma vertente neoliberal ameaçadora.

O Sintratec apesar de ser bastante atuante se depara muitas vezes com dificuldades de encontrar associados, principalmente depois que a contribuição dos trabalhadores conhecida como Imposto sindical passou a ser opcional e não mais descontado em folha, com a última reforma trabalhista de 2017 sancionada pelo governo de Michel Temer, que desestruturou ainda mais o sindicalismo no Brasil, e provocou mudanças drásticas na CLT ao aniquilar os direitos já conquistados.

Existe uma necessidade de ações efetivas de conscientização política da classe trabalhadora para que os sujeitos atuem como protagonistas na defesa dos

seus direitos mínimos, e a estrutura sindical mesmo possuindo contradições na sua formação histórica legitimada pelo Estado, em muitos municípios se faz presente de uma maneira combativa que delimita respeito e condições mais humanas para os trabalhadores.

Considerações finais

O trabalho é a fonte criadora de valor, assim, a força de trabalho no capitalismo constitui-se como uma mercadoria especial, pois ao produzir outras mercadorias por meio do consumo de sua energia, está se põe a produzir valor, agregando à mercadoria produzida.

O avanço das forças produtivas, as novas tecnologias, a adoção da microeletrônica, da automação e do mundo informacional, tem elevado muito o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, o que tem provocado a descartabilidade de grande parte dos trabalhadores, e como resultado o desemprego que se apresenta de forma conjuntural e estrutural.

O nosso objetivo desde o início foi fazer uma análise do trabalho, engendrado pela reestruturação produtiva em Itabuna na Bahia, tendo como exemplo as duas indústrias têxteis Penalty e Trifil. Os anos de 1990 marcam a chegada das empresas Penalty e Trifil no município baiano, como resposta ao ajuste espacial do capital e sua busca de condições favoráveis de acumulação. É nesse contexto que as empresas se especializam com o propósito de geração de emprego e renda para o exército industrial de reserva associado à crise estrutural do capital, que se prolonga desde a década de 1970.

A atenção sobre o tema surge após as evidências de mudanças gradativas no mundo do trabalho em decorrência das necessidades do capital. As desregulações das leis trabalhistas refletem no aumento da pobreza e na degradação do trabalho no município, além de outras questões encontradas durante a pesquisa, que tornam esses trabalhadores parte de um movimento mundial de acumulação, mas com singularidades que foram resgatadas durante os capítulos.

A proposta teórica no primeiro capítulo subsidia a discussão sobre a categoria trabalho na construção e transformação do espaço, o trabalho enquanto ação emancipatória, que permitiu o desenvolvimento do homem. Partiu-se de uma revisão da literatura sobre a ontologia do Trabalho e sobre as mudanças no mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível para em seguida apresentar a

reestruturação produtiva como pano de fundo da apropriação de espaços, tornando-os territórios de consumo do trabalho vivo precarizado.

O trabalho em seu sentido ontológico possui um caráter completamente oposto ao que encontramos no capitalismo contemporâneo, que é o período que estamos retratando, ao início da década de 1970 ampliam-se as possibilidades de extração de mais-valia, com novos métodos de organização do trabalho que priorizam as demandas do capital. Como o trabalho flexível, polivalente, banco de horas, num ritmo de trabalho incontrolável que ultrapassa a capacidade biológica do sujeito e causa vários tipos de doenças que afeta principalmente as mulheres. Todas essas condições impostas aos trabalhadores se apresentam como uma excelente alternativa para o trabalhador, como maior “liberdade” dentro do ambiente do trabalho, além da falsa ideia de participação nas decisões. Os desrespeitos às leis trabalhistas são denunciados nas entrevistas, nos casos manifestados junto ao ministério público do trabalho, reconhecidos também pelo sindicato, mesmo que muitas vezes a condição do trabalhador seja desassociada das relações de trabalho pelos que representam e estão a serviço do capital.

Dentre os inúmeros efeitos do trabalho flexível, estão o aumento das taxas de desemprego impulsionado pela precarização do trabalho, que renega os trabalhadores quando não são tidos como necessários e os desumanizam quando os privam da sua condição social de desenvolver-se a partir da criação, além da falta de políticas que supram com as necessidades sociais e diminuam as desigualdades.

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é a transformação de tudo em mercadoria) pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos” isolados (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade. (Mészáros, 2006, p.39)

A pobreza gerada pelo desemprego e pela falta de oportunidades, ao mesmo tempo produz o aumento exponencial da violência, muitos jovens e adultos

encontram na criminalidade a luta pela sobrevivência, assim, várias vidas são descartadas, pela falta de acesso à moradia, saúde e educação de qualidade. A redução dos direitos trabalhistas, impedem os trabalhadores de se organizarem e negociarem por direitos fundamentais que atingem toda a classe trabalhadora, que por sua vez, encontra-se cada vez mais fragilizada diante do cenário de busca por contenção dos efeitos e riscos para o sistema do capital.

Vis a vis, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre os trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral. Isto é, sob determinadas condições que, nas sociedades contemporâneas, primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentuando ainda mais a degradação do trabalho. (Thomaz Junior, 2011, p.323)

A fragilização da luta para reivindicar por mudanças estruturais, acontece também em função do novo processo de organização do trabalho, que cria novas formas de sociabilidade relacionadas ao individualismo. Cria situações de competição constante entre os sujeitos, que por falta de proteção social e outras opções, que os levam a mergulharem na condição de sobreviventes diante do desemprego estrutural. As contradições estão presentes também nas novas invenções que sustentam o modo de produção, como a cultura de massa, o individualismo, e o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, não como produto das suas conquistas políticas por melhores condições de reprodução social, mas para tornar possível mais um mecanismo de exploração.

Nesse sentido, é possível perceber que toda a sociedade se submete as imposições do capital, que visa o tempo todo expandir-se não importa os danos que esse movimento cause, enquanto as questões sociais e ambientais se agravam, em decorrência da destruição causada pela busca incessante por matéria-prima e pelo consumo de produtos desnecessários pautado na obsolescência e no descarte. A mesma lógica se aplica aos sujeitos, que se tornam supérfluos para o capital em momentos oportunos. Segundo Mészáros “as conseqüências (sic)

negativas da cega expansão do capital se tornam tão óbvias que não podem mais ser ignoradas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 265).

A crise estrutural conduz a sociedade a pensar em outras possibilidades de existência, que a base da vida seja pautada em um pouco mais de equilíbrio. Para que uma transformação aconteça é necessário o fortalecimento da classe trabalhadora, a partir de aparatos políticos, e da constante luta contra o poder do capital.

O mercado ocupa o papel central no processo de expansão predatória do capital, e a permissividade do Estado com políticas neoliberais e macroeconômicas inserem os países, principalmente os periféricos, na abertura do mercado ao capital estrangeiro, além de intervir politicamente facilitando processo de “mundialização do capital” através das privatizações, que trazem instabilidade para os trabalhadores.

As empresas, que são importantes fontes de trabalho do município de Itabuna/BA, na ânsia pela adequação à concorrência capitalista, vem promovendo nos últimos anos o enxugamento das respectivas fábricas, com demissões de trabalhadores e constante rotatividade do trabalho no seu interior, submetendo os que permanecem a pressões exercidas com o trabalho polivalente e flexível.

As condições presentes no trabalho fabril apontam um processo de coisificação do trabalho, dadas as condições de ausência de direitos e submissão às regras impostas no cenário recente, que prejudicam principalmente as mulheres e ampliam as desigualdades de gênero. Assim, as marcas encontradas na nova configuração do trabalho são preocupantes, em função da inserção dos trabalhadora/es na lógica destrutiva que afeta todas as esferas da vida humana, e que dificultam sua organização por melhores condições de reprodução social. Reforçamos, portanto, a necessidade de organização da classe trabalhadora como a única capaz de transformar tal realidade. A revolução e a superação do modo de produção capitalista, faz-se necessário, afim de pôr fim a submissão do conjunto dos trabalhadores, por isso os sindicatos apesar de todas as contradições que os engendram são ferramentas de luta. Com a celebre frase de Marx encerramos esta pesquisa convocando a todos: “Trabalhadores do mundo, que uni-vos!”.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovane. **Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. Tese de Doutorado IFHC/Unicamp, 1998.

ALVES, Giovane. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho no capitalismo global**. Bauru: Praxis, 1999.

ALVES, Giovane. **O novo e precário mundo do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovane. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. 1º reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol. **De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico/ colaboração Agenor Gasparetto... [et al.]**. – Ilhéus, Ba: Editus, 2005. 183p. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/de_tabocas_itabuna.pdf> Acesso em: 17 de mai. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O sentido do trabalho: ensaios sobre a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASSÉDIO Moral Na Penalty/Itabuna. **Operários na rede**. Disponível em: <<http://operariosnarede.blogspot.com/2011/06/assedio-moral-na-penaltyitabuna.html>> Acesso: nov de 2020

BANCO DO NORDESTE. Informe Técnico do ETENE. **Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/iis_ano8_n03_2014_textil.pdf/d9c9bc9c-38ac-4991-bf84-d25669d9c818>. Acesso em: ago de 2019.

BANCO DO NORDESTE. **Setor Têxtil**. Caderno Setorial ETENE, Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8079157/2020_CDS_142.pdf/8ac7409b-a6c5-d60f-2a01-27cc23fe8d13. Acesso: fev de 2021.

BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**. Cap. VI – Tempos modernos, jornadas antigas: um enigma? Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. Parte I “A herança”. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. **Jusbrasil**. Trifil é condenada em Itabuna a pagar R\$ 4 milhões por dumping social. Publicado por Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região. Disponível em: <<https://mpt-prt05.jusbrasil.com.br/noticias/129283765/trifil-e-condenada-em-itabuna-a-pagar-r-4-milhoes-por-dumping-social>>. Acesso em: 12 ago de 2019.

BRASIL. **Ministério da economia, Secretaria da Previdência**. CNPS: Mulheres são mais vulneráveis a doenças causadas pelo trabalho Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/noticias/previdencia/conselho-de-previdencia/cnps-mulheres-sao-mais-vulneraveis-a-doencas-causadas-pelo-trabalho>> Publicado em 08/06/2020

CARLOS, Ana F. Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: contexto, 2011.

CHESNAIS, François. O capital portador de Juros. In: **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 9ª impressão. 131 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. – 9.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, n. 18, p. 11-36, 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ENGELS, Friedrich. **Esboço de uma crítica da Economia Política**. Friedrich Engels: política. São Paulo: Ática, 1981.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do homem em macaco**, Brasília: Editora Centelha Cultural, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

FERNANDES, Ricardo Lopes. PAYÉS, Manuel Antonio Munguía. **A rotatividade da indústria metalúrgica sorocabana**. São Paulo em Perspectiva, V. 20, n.4. dez. 2006.

GASPARETO, A.; SILVA, O. H. da; TOURINHO, M. M. **Desenvolvimento econômico, logo desenvolvimento social?** O caso da região cacauzeira da Bahia. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 26, n. 1, jan/mar, 1988.

GONÇALVES Irlen; LIMA, Júnia. **Fiandeiras E Tecelãs: O Cotidiano De Operárias Têxteis Fabris Em Minas Gerais No Final Do Século XIX – Um Estudo Na Cia. De Fiação E Tecidos Cedro E Cachoeira (1872-1930)**. In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

HARRES, M. M. **História Oral: algumas questões básicas**. Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.28, p.99-112, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/28/28art5.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola. 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A divisão do trabalho revisitada**. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. (Orgs.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora SENAC. 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trabalho e rendimento**. 2019.

ITABUNA: Fábrica da Penalty demite mais de 100 empregados. **Ipiaonline**. Disponível em: <<https://ipiauonline.com.br/itabuna-fabrica-da-penalty-demite-mais-de-100-empregados/>> Acesso em: nov de 2020.

JINKINGS, Isabella. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC. 2002.

JINKINGS, Isabella. **Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo**. Tese (doutorado Universidade Estadual de Campinas), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2007.

JUSTICA baiana obriga Trifil a cumprir normas de saúde e segurança. **CTB**.

Disponível em: <<https://ctb.org.br/noticias/estados/justica-baiana-obriga-trifil-a-cumprir-normas-de-saude-e-seguranca/>> Acesso: 21 dez de 2020.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar: O Caráter de Classe das Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013

LIMA, José Hinaldo. **Elaboração do mapa da localização do universo em estudo, Itabuna-Ba**. Fonte: PHICARTO.

LOURENÇO, E. A. DE S.; BERNATANI, I. F.. Invisibilidade Social das Doenças Relacionadas ao Trabalho: desafios para a reabilitação profissional. In: LOURENÇO, E. A. de S. et al (Orgs). **Trabalho, Saúde e Serviço Social: textos apresentados ao VII Seminário de Saúde do trabalhador de Franca e V Seminário O trabalho em Debate: CRV**. 2010.

LUZ, Ricardo Santos da. **Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo**. Dissertação, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

Marcelino, P., & Galvão, A. (2020). **O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora**. *Tempo Social*, 32(1), 157-182. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.167468>

MARX, K. **A Origem do Capital: a acumulação primitiva**. Tradução: Walter Maia. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 22° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MEJÍA, Rodolfo Caldera. **Planeación Estratégica de Recursos Humanos**. Universidad Politécnica de Nicaragua, 2004.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “superfulos à sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des) trabalho / São Cristóvão, SE, 2007**.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**; tradução de Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2° ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Denise de. **Turnover – a sua empresa está preocupada com este indicador?** Disponível em: Acesso em: 08 abr. 2021.

NETTO, João Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal /Joao Paulo Netto**. -5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido Classe e Identidade de Classe na Bahia**. 1° ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Gilberto Alves Junior. **Novas expressões de centralidade e (re) produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna – BA**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Nacional de Brasília. Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As Tecnologias e suas Interfaces no Campo como Estratégia de Controle do Capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFS/SE, 2007.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas Públicas E Trabalho Precário: A Retórica Da “Autonomia Empreendedora” E A Permanência Do Desemprego**. Tese. (Doutorado em Geografia) UFS/SE, 2017.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2 ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyostismo**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 88 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Gráfica Urupês S.A., 1963.

SANTOS, Laiany Rose Souza. **A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência**. Tese (doutorado Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2019.

SILVA, Genivânia Maria da. **O (des)mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des)volvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe**. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado?** In: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

TRIFIL presenteia Itabuna com demissão de mais de 600 trabalhadores. **CTB**.

Disponível em : <<https://ctb.org.br/noticias/estados/trifil-presenteia-itabuna-com-demissao-de-mais-de-600-trabalhadores/>>. Acesso: 13 dez de 2020.

TRINDADE, Gilmar. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

VINTEUIL, Frédérique. **“Marxismo e feminismo”**. Cadernos Democracia Socialista, v. 8, 1989.